

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E SOCIEDADE -
PPGAdS

BRUNO SOTO DE ANDRADE

**INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE ACADÊMICA NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar):
ANÁLISE DE DADOS DA PARTICIPAÇÃO DOCENTE E
DISCENTE NOS PROGRAMAS DA ASSOCIAÇÃO DE
UNIVERSIDADES GRUPO MONTEVIDÉU (AUGM)**

SÃO CARLOS - SP
2025

BRUNO SOTO DE ANDRADE

**INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE ACADÊMICA NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar): ANÁLISE DE
DADOS DA PARTICIPAÇÃO DOCENTE E DISCENTE NOS PROGRAMAS
DA ASSOCIAÇÃO DE UNIVERSIDADES GRUPO MONTEVIDÉU (AUGM)**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em Administração e Sociedade,
da Universidade Federal de São
Carlos, para obtenção do título
de Mestre em Administração e
Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Camila
Carneiro Dias Rigolin

São Carlos-SP
2025

Andrade, Bruno Soto de

Internacionalização e mobilidade acadêmica na
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar): Análise
de dados da participação docente e discente nos
programas da Associação de Universidades Grupo
Montevideu (AUGM) / Bruno Soto de Andrade -- 2025.
114f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São
Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Camila Carneiro Dias Rigolin
Banca Examinadora: Ednéia Silva Santos Rocha, Joelson
Gonçalves de Carvalho
Bibliografia

1. Internacionalização da educação superior. 2.
Mobilidade acadêmica internacional. 3. Sul Global. I.
Andrade, Bruno Soto de. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH
Programa de Pós-Graduação em Administração e Sociedade - PPGAdS

Folha de aprovação

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Mestrado do candidato Bruno Soto de Andrade, realizada em 19/05/2025.

Profa. Dra. Camila Carneiro Dias Rigolin
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Profa. Dra. Ednéia Silva Santos Rocha
Universidade de São Paulo - USP

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Dedico este trabalho a minha avó Néia, que apesar de não compreender o que é um mestrado, nunca se absteve de me perguntar sobre “como estava a escola”.

AGRADECIMENTO

Aos meus pais, por sempre serem grandes incentivadores dos estudos e da leitura;

Ao meu irmão Matheus e minha cunhada Carol, por serem um apoio sólido nesta trajetória;

À Daniele, cujo incentivo foi determinante em minha trajetória profissional e acadêmica;

Ao Reginaldo, pela amizade, apoio e escuta;

À Profa. Camila Carneiro Dias Rigolin, pela orientação e apoio nesta jornada;

À Profa. Ednéia Silva Santos Rocha e ao Prof. Joelson Gonçalves de Carvalho, pelas contribuições e participação nas bancas;

À UFSCar, pelo ensino público de qualidade e pela excelência acadêmica.

RESUMO

O estudo identifica, sistematiza e quantifica dados de mobilidade acadêmica internacional na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), especialmente no contexto dos programas da Associação de Universidades Grupo Montevidéu (AUGM), que podem contribuir com a criação de indicadores de mobilidade AUGM na UFSCar. Por meio de uma revisão da literatura, busca-se compreender o processo de internacionalização, a internacionalização da ciência e tecnologia, bem como o papel da internacionalização no ensino superior, sobretudo, nas mobilidades acadêmicas de estudantes de graduação, pós-graduação e docentes. A metodologia utilizada é documental, descritiva e quantitativa, utilizando-se de dados da Secretaria Geral de Relações Internacionais da UFSCar, também sendo exploratória, com o intuito de coletar, sistematizar os dados e formatá-los para a finalidade deste trabalho. São mapeados dados relativos ao gênero dos participantes, faixa etária, instituição, país de origem, destino e aporte financeiro. Os resultados encontrados demonstram uma participação ativa da UFSCar nos Programas ESCALA da AUGM, mas no âmbito da de Graduação, a ausência de dados sistematizados dificulta uma avaliação precisa do impacto das mobilidades *incoming* e *outgoing* na formação dos participantes e no fortalecimento das relações institucionais da UFSCar. Ainda sim, é possível observar que a diminuição significativa da oferta de vagas do Programa Escala de Estudantes de Graduação pode ter relação com a mudança na forma de financiamento das mobilidades *incoming*. Na Pós-Graduação, é possível inferir que o Programa Escala de Estudantes de Pós-Graduação foi impactado pela pandemia, mas há margem para ampliação da mobilidade, uma vez que o investimento financeiro é relativamente baixo. No Programa ESCALA Docentes, fica evidente que a UFSCar recebe mais docentes do que envia aos outros países da América do Sul. Ao avaliar as áreas de conhecimento, percebe-se a predominância de discentes e docentes estrangeiros em cursos de Ciências Exatas, enquanto os estudantes da UFSCar buscam mobilidade em áreas das Ciências Humanas. Nota-se também uma predominância de discentes do gênero feminino realizando mobilidade acadêmica, tanto da graduação como na pós-graduação. Por fim, é importante destacar a ausência

de informações sobre cor e raça, dados relevantes para as instituições brasileiras.

Palavras chave: Internacionalização da educação superior, Mobilidade acadêmica internacional, Sul Global.

ABSTRACT

This study identifies, systematizes, and quantifies data on international academic mobility at the Federal University of São Carlos (UFSCar), with a particular focus on the programs of the Montevideo Group Association of Universities (AUGM), aiming to contribute to the development of institutional AUGM mobility indicators at UFSCar. Through a comprehensive literature review, the research seeks to analyze the internationalization process, the internationalization of science and technology, and the role of internationalization in higher education, especially regarding the academic mobility of undergraduate and graduate students, as well as faculty members. The methodological approach adopted is documentary, descriptive, quantitative and exploratory in nature, utilizing data from UFSCar's Office for International Affairs. The objective is to collect, organize, and structure the data in alignment with the research objectives. The study maps variables such as participants' gender, age group, home and host institutions and countries, as well as financial support mechanisms. The findings indicate UFSCar's active engagement in the AUGM ESCALA Programs. However, in the context of undergraduate mobility, the absence of systematized data impairs a comprehensive assessment of the outcomes and institutional impacts of both incoming and outgoing mobilities. Nonetheless, a significant reduction in the availability of places in the Undergraduate Student ESCALA Program suggests a potential correlation with changes in the funding structure for incoming mobilities. Regarding graduate-level mobility, the data suggest that the Graduate Student ESCALA Program was affected by the COVID-19 pandemic, yet the relatively low financial requirements point to the potential for expansion. In the ESCALA Faculty Program, the data reveal a higher number of incoming

faculty to UFSCar compared to outgoing mobility. In terms of academic disciplines, a predominance of foreign students and faculty in the Exact Sciences is observed, whereas UFSCar students tend to seek mobility opportunities in the Humanities. The data also show a higher participation of female students in mobility activities at both undergraduate and graduate levels. Finally, the lack of data regarding race and ethnicity is noted, which constitutes a relevant gap, particularly within the context of Brazilian higher education institutions.

Key Words: Internationalization of higher education, International academic mobility, Global South

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Organograma do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 2023	23
Figura 2 - Linha do tempo de admissão de novos membros na AUGM por ano	31
Figura 3 - Total de mobilidades de graduação incoming e outgoing 2001 a 2024	60
Figura 4 - Linha do tempo de estudantes em mobilidade (2001 a 2024)	61
Figura 5 - Distribuição de gênero <i>Outgoing</i>	62
Figura 6 - Distribuição de gênero <i>Incoming</i>	62
Figura 7 - Distribuição dos discentes <i>incoming</i> por curso de graduação	65
Figura 8 - Distribuição dos discentes <i>outgoing</i> por curso de graduação	66
Figura 9 - Participação por campus <i>Outgoing</i>	67
Figura 10 – Participação por campus <i>Incoming</i>	67
Figura 11 - Linha do tempo de valor investido por estudante - <i>Incoming</i>	69
Figura 12 - Linha do tempo de valor investido por estudante - <i>outgoing</i>	69
Figura 13 - Relação entre o número de vagas oferecidas e número de vagas preenchidas	72
Figura 14 - Linha do tempo de número de estudantes em mobilidade <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	73
Figura 15 - Investimento financeiro pós-graduação	74
Figura 16 - Distribuição por gênero dos estudantes de pós-graduação <i>outgoing</i>	75
Figura 17 - Distribuição por gênero dos estudantes de pós-graduação <i>incoming</i>	75
Figura 18 - Quantidade de mobilidades docentes no período de 2006 a 2024 - <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	78
Figura 19 - Linha do tempo de mobilidades docente por ano no período de 2006 a 2024 - <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	79
Figura 20 - Linha do tempo PED de vagas ofertadas e vagas preenchidas <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	82
Figura 21 - Investimento financeiro PED <i>incoming</i> por ano	83
Figura 22 - Participação docente por campus - <i>outgoing</i>	84

Figura 23 - Participação docente por campus - <i>incoming</i>	84
Figura 24 – Percentual de vagas ocupadas por campus da Universidade Federal de São Carlos	85
Quadro 1 - Universidades fundadoras da Associação de Universidades Grupo de Montevideú (AUGM)	28
Quadro 2 - Universidades que fazem parte da Associação de Universidades Grupo de Montevideú (AUGM) em 2024	29
Quadro 3 - Órgãos administrativos da Associação de Universidades Montevideú	33
Quadro 4 - Análise de dados sobre o PEEG	55
Quadro 5 - Análise de dados sobre o PEEPg	57
Quadro 6 - Análise de dados sobre o PED	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proporção gênero por curso - <i>outgoing</i> 2017 a 2024	62
Tabela 2 - Proporção gênero por curso - <i>incoming</i> 2017 a 2024	64
Tabela 3 - Mobilidades PEEPg - <i>Outgoing</i>	76
Tabela 4 - Mobilidades PEEPg - <i>Incoming</i>	77
Tabela 5 - Distribuição por gênero no Programa ESCALA Docente segundo modalidades outgoing e incoming	80
Tabela 6 - Valor total e médio de passagens por ano - <i>outgoing</i> 2013 a 2024	81

LISTA DE SIGLAS

ABC - Agência Brasileira de Cooperação
ACE 18 - Acordo de Complementação Econômica Nº 18
ARCU-SUL - Sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários do Mercosul
AUGM - Associação de Universidades Grupo Montevideu
CCBS - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCET - Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia
CCM - Comissão de Comércio do MERCOSUL
CCTS - Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade
CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas
CID - Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CIH - Cooperação Internacional Horizontal
CIT - Cooperação Internacional Tradicional
CMC - Conselho do Mercado Comum
CsF - Ciência Sem Fronteiras
CSS - Cooperação Sul-Sul
CT&I - Ciência, Tecnologia e Inovação
CTPD - Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
C&T - Ciência e Tecnologia
EUA - Estados Unidos da América
FCES - Foro Consultivo Econômico-Social
FURG - Universidade Federal do Rio Grande
GMC - Grupo Mercado Comum
MARCA - Programa de Mobilidade Acadêmica Regional
ME - Ministério da Economia
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
PARLASUL - Parlamento do MERCOSUL
PEB - Política Externa Brasileira
PED - Programa ESCALA Docentes
PEEG - Programa ESCALA de Estudantes de Graduação
PEEPg - Programa ESCALA de Estudantes de Pós-Graduação
PIB - Produto Interno Bruto
RU - Restaurante Universitário
SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SM - Secretaria do MERCOSUL
SRInter - Secretaria Geral de Relações Internacionais
TPR - Tribunal Permanente de Revisão
UBA - Universidade de Buenos Aires
UChile - Universidade do Chile
UPLA - Universidade de Playa Ancha
USACH - Universidade de Santiago do Chile
UV - Universidade de Valparaíso

UDELAR - Universidade da República
UFABC - Universidade Federal do ABC
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA - Universidade Federal de Pará
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
UFMS - Universidade Federal de Santa Maria
UMSA - Universidade Prefeita de San Andrés
UMRPSFXCH - Universidade Prefeita, Real e Pontifícia de São Francisco Xavier de Chuquisaca
UMSS - Universidade Prefeita de San Simón
UNA - Universidade Nacional de Assunção
UNC - Universidade Nacional de Concepción
UNE - Universidade Nacional do Oriente
UNI - Universidade Nacional de Itapúa
UnB - Universidade de Brasília
UNC - Universidade Nacional de Córdoba
UNCuyo - Universidade Nacional de Cuyo
UNER - Universidade Nacional de Entre Ríos
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP - Universidade Estadual Paulista
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo
UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNL - Universidade Nacional do Litoral
UNPL - Universidade Nacional de La Plata
UNMdP - Universidade Nacional de Mar del Plata
UNNE - Universidade Nacional do Nordeste
UNNOBA - Universidade Nacional do Noroeste de Buenos Aires
UNP - Universidade Nacional de Pilar
UNQ - Universidade Nacional de Quilmes
UNR - Universidade Nacional de Rosário
UNS - Universidade Nacional do Sul
UNSL - Universidade Nacional de San Luis
UNT - Universidade Nacional de Tucumán
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 DO MERCOSUL À AUGM – HISTÓRIA TRAJETÓRIA E DINÂMICA	21
2.1 SURGIMENTO DAS ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS DO MERCOSUL E AUGM	21
2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MERCOSUL	21
2.3 O MERCOSUL E O DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL	24
2.4 FUNDAÇÃO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA AUGM	26
2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE MERCOSUL E AUGM	34
2.6 INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE ACADÊMICA NA UFSCAR	35
2.6.1 Internacionalização do Ensino Superior, Cooperação Internacional na Ciência e Tecnologia e Cooperação Sul-Sul	35
2.6.2 As Dimensões da Mobilidade Internacional de Pesquisadores	42
2.6.3 A AUGM na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	48
3 MATERIAIS E MÉTODOS	50
4 PROGRAMAS DE MOBILIDADE AUGM	52
4.1 PROGRAMA ESCALA DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO (PEEG) (OUTGOING E INCOMING)	52
4.2 PROGRAMA ESCALA DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO (PEEPG) (OUTGOING E INCOMING)	54
4.3 PROGRAMA ESCALA DE DOCENTE (PED) (<i>OUTGOING E INCOMING</i>)	57
5 LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE	59
5.1 PROGRAMA ESCALA DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO (PEEG)	59
5.2 - PROGRAMA ESCALA DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO - PEEPG	70
5.3 - PROGRAMA ESCALA DOCENTE - PED	77
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICE A – Estrutura Organizacional do Mercosul	97
APÊNDICE B – Quantidade de Alunos	101
APÊNDICE C – Unidades da UFSCar envolvidas na mobilidade acadêmica	102
APÊNDICE D – Relatório Técnico Conclusivo	103

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 2000, a política externa brasileira dedicou um olhar mais atento para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), e ampliou significativamente os investimentos nesta área (Souza, 2014; Milani et al., 2015; 2016; Leal; Moraes, 2018). Destaca-se uma orientação voltada para a Cooperação Sul-Sul (CSS), também entendida como Cooperação Internacional Horizontal (CIH), a qual Didriksson (1998) propôs como um modelo de cooperação para a América Latina e Caribe baseado na solidariedade e consciência internacional. Trata-se de congregar países que possuem características de desenvolvimento e problemas semelhantes e, juntos, buscar soluções. A importância deste tipo de movimento promove um “fortalecimento desses blocos, necessário num mundo transnacionalizado” (Morosini, 2001, p. 108).

No âmbito da cooperação acadêmica internacional e internacionalização do ensino superior, bem como a colaboração em rede de universidades, é possível destacar iniciativas que precedem este período, como a atuação inovadora e a importância da Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM) que busca, desde 1991, a integração das universidades da América Latina e Caribe, sobretudo dos países Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, os quais atualmente possuem representação na associação. Na esteira desta vanguarda de internacionalização do ensino superior e Cooperação Internacional Sul-Sul, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) adere à AUGM e torna-se um membro da associação em 1994, participando, portanto, das iniciativas do grupo, sobretudo dos programas de mobilidade acadêmica internacional de discentes e docentes, tanto aqueles programas existentes no momento da adesão, quanto aqueles que foram criados posteriormente.

No decorrer das quase três décadas que se seguiram desde que a UFSCar passou a integrar e participar ativamente das atividades da AUGM, vários estudantes e docentes foram envolvidos nessas atividades, assim como um grande volume de recursos humanos e financeiros foram investidos para a persecução dos objetivos dos programas de mobilidade. Todos esses investimentos e movimentações de acadêmicos entre os países deveriam gerar um valioso banco de informações que demonstrem a importância e os impactos que a participação da universidade em uma rede de colaboração pode gerar. A inexistência destas

informações, na forma de indicadores, gera a necessidade e a oportunidade da presente pesquisa de buscar as informações.

Considerando a ausência de dados sistematizados sobre a internacionalização e seus impactos na UFSCar, esta dissertação tem como objetivo identificar, quantificar e analisar os dados referentes à mobilidade acadêmica na UFSCar no âmbito dos programas da AUGM geridos pela Secretaria Geral de Relações Internacionais (SRInter). A partir disso, pretende-se levantar, sistematizar e analisar os dados existentes, para, em momento consequente, propor o desenvolvimento de indicadores que permitam avaliar a eficiência e a efetividade desse tipo de internacionalização, bem como seus impactos na instituição.

Este trabalho buscou a organização e sistematização de dados de mobilidade acadêmica internacional, na UFSCar, de discentes de graduação, discentes de pós-graduação e de docentes no âmbito dos Programas ESCALA da Associação de Universidades Grupo Montevideu, nas modalidades *incoming* e *outgoing*, no período 2001 a 2024. A investigação aqui apresentada foi guiada pela seguinte questão de pesquisa: qual a natureza da participação de discentes, de graduação e pós, e docentes da UFSCar nos diferentes programas ESCALA ofertados pela AUGM?

Para responder essa questão, foram levantados os dados relativos ao Programa ESCALA de Estudantes de Graduação (PEEG), ao Programa ESCALA de Estudantes de Pós-Graduação (PEEPg) e ao Programa ESCALA Docentes (PED).

Para consecução do objetivo geral, o processo investigativo se desdobrou nos seguintes objetivos específicos:

- Identificação e quantificação das ocorrências de acordo com os cursos de graduação, programas de pós-graduação e departamentos, além de campus e centros;
- Mapeamento do gênero dos participantes das experiências de mobilidade acadêmica internacional, tanto discentes ou docentes, com o intuito de apurar se houve tendência de predominância de determinado gênero sobre outros;
- Verificação da faixa etária dos participantes, sejam discentes ou docentes, com o objetivo de observar se o processo de seleção delimitou de alguma forma os participantes utilizando este critério.
- Identificação da instituição e país de origem (*incoming*) e de destino (*outgoing*) dos participantes na modalidade, em busca de verificar se houve uma preferência ou vínculos predominantes com determinadas instituições;

- Aferição do aporte financeiro investido para a concretização das mobilidades, tanto para as mobilidades *incoming*, quanto *outgoing*, considerando os investimentos previstos no regulamento de cada programa, que podem envolver o pagamento de auxílio financeiro ao estudante, aquisição de passagens aéreas, fornecimento de refeições no Restaurante Universitário (RU) e custeio de hospedagem em hotéis conveniados. Independente da modalidade de auxílio prestado, a fonte orçamentária são recursos próprios da universidade.

Para fins de contextualização, é importante trazer a acepção para os termos *incoming* e *outgoing*, os quais serão recorrentes nos capítulos a seguir. A definição, segundo Forim e Rigolin (2022)

Define-se por mobilidade *outgoing* os estudantes que vão para uma instituição do exterior para fazer um período de intercâmbio, mantendo-se vinculados à UFSCar e por mobilidade *incoming* os estudantes vindos de instituições do exterior para fazer um período de intercâmbio na UFSCar, mantendo-se vinculados às suas instituições de origem (Forim e Rigolin, 2022, p. 289).

A mesma lógica se aplica para os docentes que realizam mobilidade acadêmica internacional.

O espaço temporal de apuração definido para cada programa foi estipulado, primeiramente, a partir da adesão e participação da UFSCar em cada um deles, bem como pela disponibilidade dos dados para coleta. Desta forma, o recorte temporal apurado foi de 2001 a 2024 para o PEEG, 2019 a 2024 para o PEEPg e, finalmente, 2006 a 2024 para o PED.

É necessário aclarar que até 2022 os dados relacionados ao gênero foram coletados por declaração binária, ou seja, masculino e feminino. Somente a partir de 2023 que novos itens relacionados à identidade de gênero foram incluídos nos formulários da SRInter, por isso, há a possibilidade da ocorrência de outros dados irrestritos ao binarismo a partir de 2023.

Justifica-se a presente pesquisa tendo em vista que não havia levantamento realizado com o mesmo objetivo, ou seja, existia uma lacuna científica que permitiu a criação dos indicadores de mobilidade acadêmica no âmbito dos programas ESCALA da AUGM na UFSCar. É importante que uma Instituição Federal de Ensino Superior possua séries temporais continuamente alimentadas de dados relativos à

mobilidade acadêmica internacional, de forma que seja possível obter panoramas dos programas de mobilidade e da alocação de recursos financeiros e humanos, possibilitando, ainda, a realização de análises longitudinais que permitam a extração de padrões e sejam uma ferramenta de aprimoramento para os processos que envolvem o envio e recebimento de estudantes e docentes. Para a construção de indicadores, é necessária a existência, em um primeiro momento, de uma sistematização de dados que atenda a dois objetivos. O primeiro é captar um panorama da participação da UFSCar nos programas da AUGM. O segundo é verificar o desenvolvimento dos programas de mobilidade na Instituição.

Indicadores buscam fornecer uma base quantitativa e qualitativa que permita avaliar o desempenho e os resultados da mobilidade acadêmica dentro da UFSCar. Esses indicadores possibilitam uma análise objetiva da eficiência e da efetividade do processo de internacionalização, permitindo identificar pontos fortes, áreas que precisam de melhoria, e entender melhor os impactos dessa mobilidade na formação acadêmica, na produção científica e na reputação institucional. Além disso, podem orientar a tomada de decisões estratégicas, aprimorar políticas de internacionalização e fortalecer a posição da UFSCar no cenário global.

Importante mencionar, também, que a UFSCar participa ativamente dos programas de mobilidade da AUGM e tem os programas ESCALA de forma bastante consolidada nos processos de seleção para mobilidade acadêmica internacional (UFSCar, 2024b, 2024c), além de ser uma das poucas oportunidades que dispõe de recursos financeiros da instituição para a consecução dos objetivos de cada programa. Tendo isso em vista, torna-se bastante justificável um olhar mais atento e detalhado para os dados relacionados às mobilidades da AUGM na UFSCar.

Cabe destacar que em 2023 houve pesquisa semelhante realizada pela pesquisadora Andréia Businaro Forim, todavia, com objetivos diferentes. No artigo, esta busca criar indicadores relacionados à mobilidade acadêmica internacional de discentes de graduação no âmbito dos programas de mobilidade geridos pela Secretaria Geral de Relações Internacionais da UFSCar, no qual se inclui o PEEG da AUGM (Forim, 2020; 2022). O ponto que separa a pesquisa de Forim do presente trabalho, é que aquele buscava a construção dos dados a partir da percepção dos estudantes de graduação, de forma qualitativa, e não de dados quantitativos presentes nos arquivos da SRInter. Além desta diferença, há o fato de que esta

dissertação também sugere a criação de indicadores de mobilidade de discentes de pós-graduação e de docentes.

A construção de indicadores, e um olhar atento aos dados que eles carregam, é de grande importância para uma boa gestão, independentemente do tipo de empreendimento que está sendo observado.

Os indicadores são conceituados de diversas maneiras na literatura, mas compartilham uma base comum. Ferreira, Cassiolato e Gonzales (2009) descrevem os indicadores como medidas quantitativas ou qualitativas com significado particular, utilizadas para organizar e captar informações relevantes dos elementos observados, fornecendo dados empíricos sobre a evolução do aspecto analisado. Segundo Brasil (2012), indicadores são informações que permitem descrever, classificar, ordenar, comparar ou quantificar de maneira sistemática aspectos de uma realidade, atendendo às necessidades dos tomadores de decisões. Bonnefoy e Armijo (2005) afirmam que os indicadores de desempenho são medidas que descrevem quão bem se estão desenvolvendo os objetivos de um programa, projeto ou a gestão de uma instituição. Rua (2004) define os indicadores como medidas que quantificam insumos, resultados, características ou desempenhos de processos, serviços, produtos ou organizações. O IBGE (2008) vê os indicadores como ferramentas constituídas de variáveis que, quando associadas, expressam significados mais amplos sobre os fenômenos observados. Magalhães (2004) os considera abstrações ou parâmetros representativos, concisos, fáceis de interpretar e obter, usados para ilustrar as principais características de um objeto de análise.

A criação dos indicadores de mobilidade no âmbito da AUGM pode ser interpretada como uma forma de avaliar a efetividade dos investimentos empregados nos programas como uma política pública de internacionalização, assim como mensurar a própria internacionalização da instituição de forma mais focada nas colaborações com universidades membro da AUGM.

Para atingir os objetivos e pretensões aqui apresentadas, a revisão bibliográfica tornou-se essencial. A partir dela foi possível compreender o surgimento e estrutura organizacional do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o desenvolvimento das políticas de Cooperação Sul-Sul e o surgimento e a estrutura organizacional da AUGM.

A pesquisa subdivide-se em cinco seções. A primeira, esta introdução, seguida pela segunda seção, teórica, que aborda os tópicos: a “Estrutura

organizacional do MERCOSUL”, apresentando a organização institucional responsável pelas políticas comerciais do bloco e pontuado suas diferenças em relação à estrutura da AUGM; o “O MERCOSUL e o desenvolvimento da Cooperação Sul-Sul”, que investiga as concepções presentes na formação do Mercado Comum do Sul e define a perspectiva analítica adotada em todo o texto; “Fundação e estrutura organizacional da AUGM”, que sintetiza a forma de criação e a estrutura organizacional da associação; “A AUGM e a UFSCar”, que busca evidenciar a vinculação de ambas as instituições e as relações já estabelecidas; “Dos programas AUGM”, que tenta sintetizar de forma breve os programas de mobilidade e outras formas de cooperação existentes na associação” e, por fim, “Considerações sobre MERCOSUL e AUGM”, trecho no qual é realizada uma breve conclusão sobre a relação MERCOSUL e AUGM. Na sequência, o trabalho apresenta a revisão de literatura acerca dos temas: Internacionalização do ensino superior, cooperação internacional na ciência e tecnologia e cooperação sul-sul; a colaboração em redes internacionais no ensino superior; e as dimensões da mobilidade internacional de pesquisadores. Nas demais seções, três, quatro, cinco e seis, serão abordados, respectivamente, os materiais e métodos aplicados na pesquisa, os programas de mobilidade e, os respectivos dados e análise dos mesmos e, por fim, as conclusões.

2 DO MERCOSUL À AUGM – HISTÓRIA TRAJETÓRIA E DINÂMICA

2.1 SURGIMENTO DAS ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS DO MERCOSUL E AUGM

A consolidação do campo organizacional das políticas de Cooperação Sul-Sul se relaciona diretamente com a formação de duas instituições importantes: o Mercado Comum do Sul e a Associação de Universidades Grupo de Montevideu.

Essas duas instituições têm em sua concepção ideais de integração e desenvolvimento territorial da América do Sul. Elas se desenvolvem em um contexto político e socioeconômico de ascensão da globalização e ao longo dos últimos trinta anos tomam uma proporção gigantesca.

A internacionalização da educação pública superior e o intercâmbio entre os países da América do Sul são temas a serem aprofundados pelos estudos da administração pública. O presente trabalho propõe-se a iniciar a construção de indicadores de mobilidade acadêmica de discentes e docentes, da e para a UFSCar, no âmbito de programas da AUGM, ou seja, intercâmbios internacionais focados na Cooperação Sul-Sul.

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MERCOSUL

São três os órgãos com capacidade decisória no Mercado Comum do Sul: o Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum (GMC) e a Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM) (MERCOSUL, 2023a). Estes órgãos definem diretrizes que precisam ser implementadas pelos governos federais dos países que constituem o bloco. Sua estrutura decisória se aproveita da infraestrutura e dos servidores públicos dos Estados-Partes (Brasil, 2023a).

Figura 1 - Organograma do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 2023



Fonte: MERCOSUL. Organograma. 2023a.

O órgão superior do MERCOSUL é o Conselho do Mercado Comum. O CMC é responsável pela elaboração das políticas comerciais do bloco. Seus conselheiros tomam as decisões necessárias para garantir que o Tratado de Assunção seja cumprido. As deliberações do conselho são registradas em documentos denominados “Decisões” e são obrigatórias para todos os Estados Partes da instituição (MERCOSUL, 2023a).

O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do bloco. Ele é responsável pela operacionalização das políticas comerciais empregues pelo MERCOSUL. Suas orientações são publicadas em forma de “Resoluções” que, em consonância com as “Decisões” do CMC, são obrigatórias a todos os países parte da organização (MERCOSUL, 2023a).

Por fim, a Comissão de Comércio do MERCOSUL é o órgão de apoio da organização. Ela é responsável por garantir que a política comercial comum do bloco siga funcionando. Se dedica a assegurar o funcionamento da união aduaneira, o comércio intra-MERCOSUL e o comércio com outros países. As regras da CCM são

divulgadas em documentos chamados “Diretrizes” e são obrigatórias a todos os Estados Partes (MERCOSUL, 2023a).

Além dos três órgãos deliberativos do bloco, o MERCOSUL tem em sua organização institucional o Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL), o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES), a Secretaria do MERCOSUL (SM) e o Tribunal Permanente de Revisão (TPR). Estes órgãos prestam apoio ou fiscalizam a condução das políticas comerciais do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL, 2023a). O quadro 1 do Apêndice A sintetiza as principais atribuições de cada órgão que constitui a estrutura organizacional do bloco.

De acordo com o Ministério da Economia (ME), o Tratado de Assunção estipula que o Mercado Comum do Sul precisa coordenar suas políticas macroeconômicas e harmonizar suas políticas tributária, fiscal, cambial, monetária, de investimentos, de comércio exterior, de serviços, alfandegária, de transportes, de comunicações, agrícola, industrial e trabalhista (Brasil, 2023b). Para dar conta deste objetivo, uma série de normativas foram estipuladas pelo Acordo de Complementação Econômica nº 18 (ACE 18). Estas normativas foram implementadas pelos governos dos Estados Parte do MERCOSUL (Brasil, 2023c).

Diferente da organização descentralizada da AUGM, que define uma tipificação e deixa a critério de cada universidade a elaboração das normativas para a execução de suas atividades, no MERCOSUL as normativas das políticas comuns são aplicadas de forma centralizada, diretamente pelos governos de cada Estado Parte e aplicadas pelo poder executivo.

Paulino e Meneghel (2000) apontam que alguns fatores impactaram as políticas de cooperação acadêmica desenvolvidas diretamente pelo MERCOSUL. O primeiro fator destacado é a centralização das decisões nas instâncias federais, que não se atentam às peculiaridades do desenvolvimento em cada região diferente. Outro ponto destacado é concentração dos estímulos governamentais na integração comercial, deixando de lado a cooperação acadêmica. Mesmo que existam políticas voltadas para a integração regional, as universidades não possuem autonomia para solucionar seus problemas. Outros fatores relevantes são a baixa receptividade das demandas da comunidade científica e dificuldade de compatibilizar regras e normas para o reconhecimento de diplomas e títulos de outros países.

Estes fatores não influenciam a estrutura organizacional da Associação de Universidades Grupo de Montevideu, justamente pela autonomia atribuída a cada instituição que faz parte do grupo.

2.3 O MERCOSUL E O DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

Em 26 de março de 1991, quatro países da América do Sul assinaram o “Tratado de Assunção”, que deu início ao processo de construção do Mercado Comum do Sul. Em 21 de novembro do mesmo ano, o governo brasileiro promulgou o Decreto Nº 350, que oficializou a existência do Mercado Comum entre a República da Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Brasil, 1991).

Entre os pressupostos que fundamentaram a constituição do bloco estão: a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países; o estabelecimento de uma política comercial externa e uma tarifa externa comum; a coordenação de políticas macroeconômicas; o fortalecimento do processo de integração da América do Sul a partir da elaboração, quando necessário, de legislações compatíveis entre os Estados integrantes (MERCOSUL, 2023b).

A organização se propôs a promover uma integração regional através de princípios democráticos e do desenvolvimento econômico. Por isso, incorporou em sua atuação políticas institucionais que efetivaram a cidadania e criaram uma rede de crédito solidário. No âmbito das ações desenvolvidas pelo bloco, surgem “diferentes acordos em matéria migratória, trabalhista, cultural, social, entre tantos outros a salientar, os quais resultam de suma importância para seus habitantes” (MERCOSUL, 2023c, s/n).

A cooperação internacional está presente no bloco desde sua constituição. Graziano e Caixeta (2021) apontam que o artigo 10 do Tratado de Assunção coloca a cooperação entre países como ferramenta essencial para o processo de integração da América do Sul.

Ao longo de seu desenvolvimento, o MERCOSUL aprofunda ainda mais as relações de Cooperação Sul-Sul. Se inicialmente a organização se constitui como um meio que permite a integração entre os países do sul do Continente Americano, quando se consolida ela passa a ser um espaço de articulação interinstitucional, alcançando níveis mais profundos de trabalho conjunto e desenvolvimento regional:

Dessa forma, apresentamos como a prática da CSS veio acompanhando a consolidação do MERCOSUL ao longo desses

trinta anos (1991 a 2021), passando de mero instrumento implícito na integração para um mecanismo estratégico em vários níveis de governo (global, regional, nacional e local/subnacional) (Graziano, Caixeta, 2021, p. 173).

A consolidação do Mercado Comum do Sul foi essencial para a formação do campo organizacional das políticas de CCS. O conjunto de organizações que constituem uma “área reconhecida da vida institucional” (Dimaggio; Powell, 2005, p. 76), configuram um campo organizacional.

A literatura aponta que, para os países do MERCOSUL, a cooperação entre programas de ensino e pesquisa são uma possibilidade de saldar uma “dívida social” do bloco. Isto porque iniciativas na área educacional contribuem para a integração social e cultural da região. Em paralelo, garantem a formação de recursos humanos, o desenvolvimento de produção de conhecimento, a padronização da qualificação e da produção, fatores essenciais na lógica produtivista que guia as ações do bloco (Paulino, Meneghel, 2000).

Algumas iniciativas governamentais de articulação de projetos educacionais universitários são elaboradas pelos países da instituição. Entre elas estão o “Plano Trienal para o Setor Educacional no Processo de Integração do MERCOSUL”, elaborado em 1992 e o programa “Cooperação Interuniversitária”, de 1996. Mas estas ações não são as únicas que surgem nesse momento (Paulino, Meneghel, 2000).

A criação do bloco propiciou um ambiente favorável ao desenvolvimento de outras organizações que tem como princípio a integração entre países da América do Sul. Estas novas organizações se basearam no MERCOSUL e desenvolveram suas próprias instituições.

É neste contexto que surge a Associação de Universidades Grupo de Montevideu, uma organização não governamental que reúne universidades do bloco MERCOSUL. As ações de cooperação desenvolvidas pela AUGM nascem a partir do desejo das próprias instituições de ensino e não de um incentivo governamental (Paulino, Meneghel, 2000).

Em agosto de 1991, universidades públicas e autônomas de países da América do Sul se unem em uma rede que tem como princípio fundamental a cooperação internacional entre instituições de ensino superior. Analisando a AUGM sob a perspectiva dos estudos organizacionais neoinstitucionalistas, o grupo de

pesquisadores e docentes que formam a associação, se configuram como empreendedores institucionais. O termo empreendedorismo é empregado para qualificar ações de atores que formam novas instituições ou transformam organizações já existentes (Mendonça, Alves, Campos, 2010, p. 5).

DiMaggio utiliza a categoria empreendedor institucional ao analisar a forma como determinados atores se comportam na criação ou empoderamento das instituições. O conceito de empreendedorismo institucional evolui até que Maguire, Hardy e Lawrence o definem como o conjunto de “atividades de atores que possuem interesses em determinados arranjos institucionais e que conseguem arregimentar recursos para criar novas instituições ou transformar as existentes” (Mendonça, Alves, Campos, 2010, p. 5).

O ambiente de amadurecimento de políticas de Cooperação Sul-Sul, propiciado pela criação do MERCOSUL, abre espaço para que outros atores elaborem redes de colaboração internacional. Entre estes atores, se destacam as instituições de ensino superior público.

A partir deste cenário, a integração universitária, ao mesmo tempo que enfrenta o desafio de unificar esforços de diversos países, sem que estes percam sua identidade e autonomia, possibilita desenvolver ações que alimentem a identidade de toda região, possibilitando uma percepção menos fragmentada/parcial da realidade e buscando soluções para problemas comuns (Paulino, Meneghel, 2000, p. 57).

Ao longo de seu desenvolvimento, as ações de cooperação universitária na América do Sul enfrentam um desafio: como lidar com a diversidade de características dos sistemas de ensino superior dos diferentes países (Paulino, Meneghel, 2000). A AUGM enfrenta este desafio a partir do desenvolvimento de uma estrutura organizacional descentralizada.

2.4 FUNDAÇÃO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA AUGM

A formação da Associação de Universidades Grupo de Montevideu se relaciona diretamente com o contexto social, político e econômico do início da década de 1990, fortemente marcado pela globalização e pela necessidade de integração dos países da América do Sul (Moreira, Gonçalves, 2016).

Visando colaborar com o processo de integração regional, especialmente a partir da cooperação em Ciência, Tecnologia, Educação e Cultura (Paulino,

Meneghel, 2000), em agosto de 1991, oito universidades públicas de países do MERCOSUL se reuniram em Montevideu para criar a AUGM.

Segundo Moreira e Gonçalves (2016) a cidade foi escolhida por sua proximidade com o Palácio do Governo e com a sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Os autores apontam que a fundação da AUGM só foi possível pela existência de relações pessoais entre os reitores que iniciaram o processo de criação da associação. Mas, com o desenvolvimento da instituição, ela assume um caráter coletivo próprio, atenuando o papel das influências pessoais que marcaram seu início.

Seu objetivo principal é promover a integração e o fortalecimento da educação superior pública na América do Sul, através do intercâmbio de discentes, “docentes, materiais, instalações equipamentos, laboratórios e bibliotecas” (AUGM, 2023a, s/n). Para isso, a AUGM desenvolve uma série de atividades de “educação continuada, consolidação de massa crítica de pesquisadores em áreas estratégicas, fortalecimento das estruturas de gestão das Universidades e de intensificação de interações com a sociedade em seu conjunto” (Paulino, Meneghel, 2000, p. 57).

Inicialmente, reitores de cinco universidades argentinas, uma brasileira, uma paraguaia e uma uruguaia se encontraram na capital do Uruguai para iniciar o processo de formação da associação. No Quadro 1 destacamos todas elas.

Quadro 1 - Universidades fundadoras da Associação de Universidades Grupo de Montevideu (AUGM)

Argentina	Universidade de Buenos Aires (UBA) Universidade Nacional de La Plata (UNLP) Universidade Nacional de Rosário (UNR) Universidade Nacional do Litoral (UNL) Universidade Nacional de Entre Ríos (UNER)
Brasil	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Paraguai	Universidade Nacional de Assunção (UNA)
Uruguai	Universidade da República (UDELAR)

Fonte: Moreira, Gonçalves, “Impacto do capital social no processo de formação e evolução da Associação de Universidades do Grupo de Montevideu (AUGM)”, 2016.

Todas as universidades que fundam a AUGM são públicas, autônomas e autogovernadas. As instituições possuem estruturas acadêmicas e níveis de

desenvolvimento de ensino e pesquisa similares. Tem em comum também a compreensão de que o Ensino, a Pesquisa e a Extensão têm como objetivo principal servir à sociedade (Paulino, Meneghel, 2000).

Entre 1992 e 2001 a AUGM construiu uma sede executiva e criou seus principais programas de intercâmbio. Ao longo dos anos seguintes a estrutura organizacional da instituição se modificou e novas universidades se somaram à rede (Moreira, Gonçalves, 2016). Em 2024, quarenta e seis universidades públicas compunham a associação: quatorze argentinas, três bolivianas, dezenove brasileiras, quatro chilenas, cinco paraguaias e uma uruguaia (AUGM, 2025). O quadro 2 reúne todas elas:

Quadro 2 - Universidades que fazem parte da Associação de Universidades Grupo de Montevidéu (AUGM) em 2024

Argentina	Universidade de Buenos Aires (UBA) Universidade Nacional de Córdoba (UNC) Universidade Nacional de Cuyo (UNCuyo) Universidade Nacional de Entre Ríos (UNER) Universidade Nacional do Litoral (UNL) Universidade Nacional de La Plata (UNLP) Universidade Nacional de Mar del Plata (UNMdP) Universidade Nacional do Nordeste (UNNE) Universidade Nacional do Noroeste de Buenos Aires (UNNOBA) Universidade Nacional de Quilmes (UNQ) Universidade Nacional de Rosário (UNR) Universidade Nacional do Sul (UNS) Universidade Nacional de San Luis (UNSL) Universidade Nacional de Tucumán (UNT)
Bolívia	Universidade Prefeita de San Andrés (UMSA) Universidade Prefeita, Real e Pontifícia de São Francisco Xavier de Chuquisaca (UMRPSFXCH) Universidade Prefeita de San Simón (UMSS)

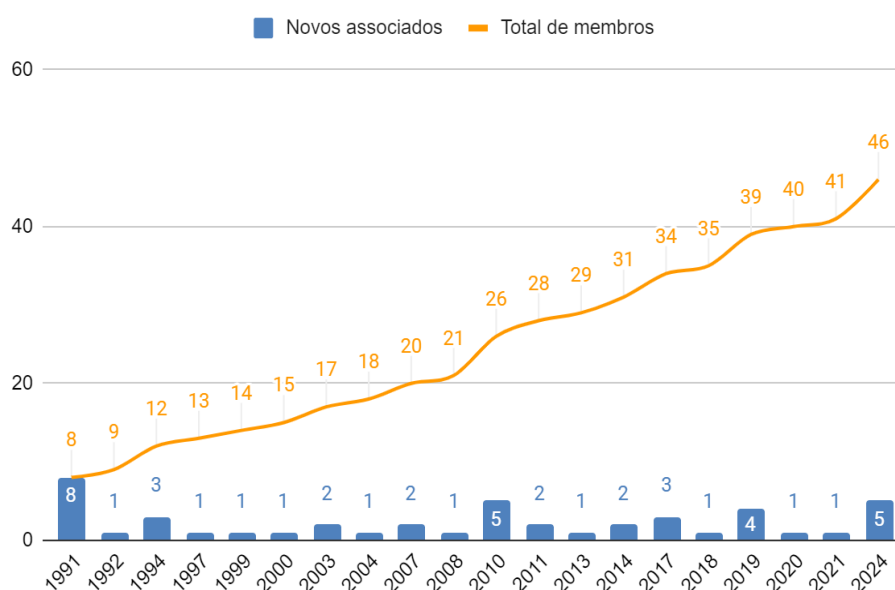
Brasil	Universidade Federal do ABC (UFABC) Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) Universidade Federal de Goiás (UFG) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Universidade Federal de Pará (UFPA) Universidade Federal do Paraná (UFPR) Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) Universidade Federal do Rio Grande (FURG) Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Universidade de Brasília (UnB) Universidade Estadual Paulista (UNESP) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) Universidade de São Paulo (USP)
Chile	Universidade do Chile (UCHile) Universidade de Playa Ancha (UPLA) Universidade de Santiago do Chile (USACH) Universidade de Valparaíso (UV)
Paraguai	Universidade Nacional de Assunção (UNA) Universidade Nacional de Concepción (UNC) Universidade Nacional do Oriente (UNE) Universidade Nacional de Itapúa (UNI) Universidade Nacional de Pilar (UNP)
Uruguai	Universidade da República (UDELAR)

Fonte: AUGM. Universidades membros. 2025.

Para chegar ao número de membros existentes em 2024, a AUGM adotou um ritmo de crescimento lento, com a admissão de novas instituições de forma bastante moderada, conforme a Figura 2. Esta indica um crescimento constante da AUGM, com momentos de maior expansão (1991-1992 e 2010 em diante) e períodos de estagnação (final dos anos 90 e início dos anos 2000). O aumento mais recente (2021-2024) pode refletir um interesse renovado pela associação, possivelmente impulsionado por novas iniciativas ou mudanças estratégicas, bem como ao número de instituições interessadas em ingressar no grupo devido ao seu potencial na região. Isso corrobora o que define o primeiro item das *Pautas reglamentarias para el ingreso de nuevas universidades en la AUGM* (AUGM, 2010), que afirma que o

Conselho de Reitores da AUGM “*adopta una política de crecimiento permanente y gradual*”.

Figura 2 - Linha do tempo de admissão de novos membros na AUGM por ano



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Na atualidade, a Associação de Universidades Grupo de Montevideu coordena nove programas de cooperação internacional, que tem como objetivo central construir um espaço acadêmico comum entre as instituições de ensino que formam a organização:

- **Jornada de Jovens Pesquisadores:** as jornadas são encontros que reúnem pesquisadores das universidades associadas à AUGM. Seu objetivo principal é promover o desenvolvimento de redes interpessoais e científico-acadêmicas entre jovens da América do Sul (FAI/UFSCAR, 2023).
- **Escolas de Verão-Inverno:** os cursos que compõem o programa normalmente possuem temáticas específicas e são organizados por uma das universidades do grupo. As Escolas de Verão-Inverno são destinadas a alunos de graduação, pós-graduação e professores e tem como objetivo principal construir um espaço acadêmico expandido por todo o território de abrangência da AUGM (UNB, 2023).

- Programa ESCALA de Estudantes de Graduação: este programa de mobilidade é voltado para os alunos de graduação, que vão cursar disciplinas em instituições de ensino de outros países. Seu principal objetivo é promover o intercâmbio acadêmico e cultural entre os estudantes das universidades associadas (UNB, 2023).
- Programa ESCALA de Estudantes de Pós-Graduação: em similaridade ao programa destinado a estudantes de graduação, esta iniciativa é voltada para alunos de mestrado e doutorado regularmente matriculados em alguma das universidades da AUGM (UNB, 2023).
- Programa ESCALA de Gestores e Administradores: o objetivo deste programa é promover a cooperação e integração das universidades do grupo através da mobilidade de servidores das universidades. Os dirigentes, gestores ou administradores são direcionados a atividades que fazem parte de sua atuação, com o intuito de produzir uma estada formativa em outro país (UNB, 2023).
- Programa ESCALA Docente ou ESCALA de Ensino: esta forma de mobilidade acadêmica voltada a docentes e pesquisadores das instituições de ensino tem como principal objetivo garantir a manutenção de um espaço acadêmico ampliado regional (UNB, 2023).
- Programa ESCALA Virtual de Graduação: este programa de mobilidade acadêmica tem como objetivo fortalecer o processo de construção de um espaço acadêmico comum através da participação virtual de estudantes em atividades online oferecidas pelas universidades associadas (AUGM, 2023b).
- Programa ESCALA Virtual de Pós-Graduação: em semelhança ao programa de mobilidade virtual para estudantes de graduação, a ESCALA virtual para estudantes de mestrado e doutorado permite a integração de alunos de diferentes países em cursos e disciplinas oferecidas de forma virtual (AUGM, 2023c).
- Cidades e Universidades: consiste em uma rede de articulação de ações em conjunto com os governos locais, visando a implementação de políticas públicas relacionadas às demandas do território (UNB, 2023).

Para garantir a execução dos programas e possibilitar o desenvolvimento de novas atividades, a associação conta com seis órgãos administrativos. São eles o

Conselho de Reitores, a Presidência da Associação, o Conselho Consultivo, a Secretaria Executiva, o Grupo de Delegados Assessores e a Comissão Fiscal. O quadro 3 sintetiza as principais atribuições de cada um deles.

**Quadro 3 - Órgãos administrativos da Associação de Universidades
Montevideu**

Conselho de Reitores	Este conselho é composto pelos reitores de todas as universidades associadas à AUGM. O órgão é responsável por: - Estabelecer os traços da política geral da instituição; - Aprovar e modificar o estatuto do grupo; - Eleger os reitores que ocuparão a presidência e a vice-presidência da associação; - Escolher o país sede da Secretaria Executiva; - Eleger o Secretário Executivo da AUGM; - Escolher os integrantes da Comissão Fiscal; - Aprovar os relatórios técnico-financeiros anuais; - Discutir, aprovar e modificar o Regimento Interno dos órgãos da associação; - Deliberar sobre o ingresso de novos membros; - Aprovar programas, projetos, criação de fundos, e planos de orçamentos de atividades; - Deliberar sobre a contribuição financeira dos membros da associação.
Presidência da Associação	A Presidência e a Vice-Presidência da associação são determinadas pelo Conselho de Reitores e só podem ser ocupadas por reitores em atividade. A diretoria tem como principais atribuições: - Convocar o Conselho de Reitores; - Propor bases para a política geral da associação; - Propor o projeto de Regimento Interno; - Cumprir e fiscalizar o cumprimento das normas; - Executar as decisões tomadas pelo Conselho de Reitores; - Coordenar e supervisionar o andamento de programas e projetos em execução; - Apresentar o projeto de orçamento anual da instituição; - Adotar as resoluções de urgência que julgar conveniente, sempre se reportando ao Conselho de Reitores de forma imediata;

	- Presidir as sessões do Conselho de Reitores; - Representar a associação em outros espaços públicos e privados.
Conselho Consultivo	O órgão é composto por ex-reitores das universidades associadas e por ex-membros do Conselho de Reitores. O conselho é responsável por: - Assessorar os diferentes órgãos da associação em questões solicitadas; - Participar do processo de avaliação das atividades da AUGM; - Formular recomendações, quando necessário, aos relatórios anuais.
Secretaria Executiva	À Secretaria Executiva da AUGM compete: - Atuar de forma coordenada com o Presidente; - Cumprir e fiscalizar o cumprimento das normas do Estatuto; - Apoiar o Presidente na execução das deliberações do Conselho de Reitores; - Coordenar e supervisionar o andamento dos programas e projetos da instituição; - Elaborar e apresentar o relatório técnico-financeiro anual ao Presidente; - Gerenciar a assistência técnica e a cooperação financeira de fontes externas; - Ordenar gastos, pagamentos e gerenciar contratos; - Representar a associação em outros espaços públicos e privados; - Exercer as funções que lhe são atribuídas pela Presidência ou pelo Conselho de Reitores; - Dirigir as reuniões do Grupo de Delegados Assessores.
Grupo de Delegados Assessores	O órgão está ligado à Secretaria Executiva e é composto por representantes de cada um dos Reitores. Suas atribuições envolvem: - Assessoramento aos diferentes órgãos da AUGM; - Desenvolver pareceres e recomendações quando solicitados; - Colaborar com o desenvolvimento e avaliação das atividades da associação.

Comissão Fiscal	Composta por dois titulares e dois suplentes, a Comissão Fiscal é eleita pelo Conselho de Reitores e tem como objetivos: - Fiscalizar os fundos e gastos da associação; - Inspecionar os registros contábeis; - Analisar o relatório técnico-financeiro; - Cumprir as funções de inspeção e controle fiscal atribuídas ao órgão pelo Conselho de Reitores.
-----------------	--

Fonte: AUGM. Estatuto. 2023d.

A instituição se configura como uma organização em rede. Neste sentido, a administração central da AUGM assume um papel de mediação de conflitos, enquanto as universidades membros são responsáveis pela operacionalização dos programas propostos pela Secretaria Executiva da associação, desenvolvendo arcabouços institucionais diferentes de acordo com suas especificidades. Para garantir a frequência e a estabilidade destas atividades, a instituição desenvolveu uma tipificação que baseia as ações das universidades-membro (Moreira, Gonçalves, 2016).

2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE MERCOSUL E AUGM

O contexto político e socioeconômico do início dos anos 1990 é marcado pelo avanço da globalização e pela necessidade de fortalecer a integração entre os países da América do Sul. Essa lógica guia a construção do bloco comercial MERCOSUL, que, desde sua concepção inicial, objetiva promover a integração e o desenvolvimento regional.

A consolidação do Mercado Comum do Sul é essencial para a formação de um campo organizacional de políticas de Cooperação Sul-Sul. O MERCOSUL cria um ambiente favorável ao desenvolvimento de outras instituições que tem como foco central a cooperação internacional.

Espelhando-se nas propostas de integração do sul do Continente Americano, a Associação de Universidades Grupo de Montevideu se forma em agosto de 1991. A AUGM, constituída por países que também integram o MERCOSUL, pretende construir uma rede de cooperação entre universidades públicas de diversos países da América do Sul, a fim de fomentar a integração e o desenvolvimento territorial a partir da educação.

Embora os princípios de integração e desenvolvimento regional sejam comuns tanto ao MERCOSUL quanto à AUGM, a estrutura organizacional das duas instituições toma rumos diferentes. Enquanto o Mercado Comum do Sul segue uma estrutura centralizada, com órgão deliberativos e resoluções comuns que devem ser implementadas pelos governos dos Estados Parte, a Associação de Universidades Grupo de Montevideu se organiza de forma descentralizada.

Cada universidade associada é responsável pela construção de suas normativas de acordo com a realidade local e as especificidades da instituição. A organização em rede da AUGM é a materialização de sua inovação. Por se distanciar do modelo organizacional de outras instituições que visam a CSS, ela se configura como uma empreendedora social. Mas, mesmo com estruturas organizacionais totalmente diferentes, as duas instituições são atores importantes no campo organizacional das políticas de Cooperação Sul-Sul.

2.6 INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE ACADÊMICA NA UFSCAR

2.6.1 Internacionalização do Ensino Superior, Cooperação Internacional na Ciência e Tecnologia e Cooperação Sul-Sul

Em 2011, a professora Léa Velho, do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em artigo publicado no Jornal da Unicamp, constatou que a internacionalização é pauta constante nas políticas de ciência, tecnologia e inovação de variados países. Para a pesquisadora, uma simples observação de documentos oficiais de agências financiadoras nos permite identificar diferentes práticas e programas que visam a internacionalização do ensino superior (Velho, 2011).

Andrade e Costa (2014) apontam que a internacionalização do ensino superior é uma prática histórica, presente na Europa desde a formação das primeiras instituições de ensino. Segundo Schwartzman (2009), cerca de 10% dos universitários do século XVII estavam matriculados em universidades fora de seu país de origem. Se por séculos os cursos superiores foram lecionados em latim, permitindo maior mobilidade dos estudantes, a partir do século XIX as universidades europeias, especialmente as da França, da Alemanha e da Inglaterra, passam a trabalhar e publicar em suas próprias línguas, em um movimento de afirmação nacionalista.

No final do século XX, especialmente a partir dos anos 1970, sob a influência do processo de globalização que se iniciava, diversas instituições de ensino europeias passaram novamente a desenvolver programas voltados para a mobilidade acadêmica. Nos anos 1980, a internacionalização já se configura como uma estratégia de desenvolvimento para as universidades do continente. As ações de mobilidade vão se desenvolvendo cada vez mais e, nos anos 1990, os programas de intercâmbio assumem o protagonismo nas políticas de internacionalização do ensino superior (Andrade, Costa, 2014).

Na literatura, encontramos diferentes conceituações para o termo “internacionalização do ensino superior”. Forim (2020), em seu trabalho “Um estudo da mobilidade acadêmica internacional em cursos de graduação da Universidade Federal de São Carlos no âmbito dos programas AUGM, BRACOL, BRAMEX e acordos bilaterais de cooperação”, reúne as definições de sete autores: Rudzki, Sebastián, Teichler, Gracel-Ávila, Knight, Morosini e Altbach. Nas definições sistematizadas pela pesquisadora, percebe-se um elo: as práticas de internacionalização têm como objetivo principal amplificar a capacidade de produção de conhecimento, a partir do contato entre diferentes instituições de ensino. A autora destaca também a ideia de internacionalização abrangente, conceito desenvolvido por Hudzik (2011 *apud* Forim, 2020), que consiste em

um compromisso, confirmado através de ações, para infundir perspectivas internacionais e comparativas na educação superior, no ensino, pesquisa e extensão. Ela molda o espírito (*ethos*) institucional e os valores da instituição e aborda toda a educação superior. É essencial que seja incorporada pela liderança institucional, governança, professores, estudantes e todos os serviços acadêmicos e unidades de apoio. É um imperativo institucional, e não apenas uma possibilidade desejável (Forim, 2020, p. 26 e 27).

Nesse sentido, a internacionalização pode ser entendida como um processo de integração de uma nova dimensão internacional, intercultural e global às práticas de ensino, pesquisa e extensão das instituições de ensino superior (Knight, 2008).

Na América Latina, a internacionalização é uma prática presente na fundação das instituições de ensino superior e de pesquisa científica. Kreimer (2011), identifica três fases da internacionalização nas universidades latino-americanas:

- Internacionalização fundadora: período histórico que se estende até o início do século XX. Nesta fase, a produção de conhecimento se dá a partir da relação estreita entre pesquisadores locais e os grandes “líderes” europeus, que guiam o desenvolvimento das disciplinas.
- Internacionalização liberal: depois que as instituições locais se estabelecem e os pesquisadores locais passam a guiar as disciplinas, as agendas de pesquisa passam a variar entre demandas locais e internacionais. Nesta fase, os pesquisadores locais possuem capacidade limitada de definir as agendas de pesquisa.
- Internacionalização liberal-orientada: consiste no período de formalização dos laços internacionais, que se desenvolvem especificamente após a Segunda Guerra Mundial, período em que os protocolos de cooperação internacional de ciência e tecnologia começam a se firmar. Nesta fase, a agenda da pesquisa científica é pautada totalmente pelos países desenvolvidos.

Com a formalização dos laços internacionais de pesquisa, a “ciência periférica” passa a ser fortemente influenciada pelo grau de internacionalização de seus pesquisadores. Ao mesmo tempo em que identificamos grupos que trabalham de forma isolada, sem qualquer grau de diálogo com outros países, observamos pesquisadores e centros de pesquisa altamente internacionalizados, que conquistam prestígio local por sua relação com as redes de pesquisa do “centro”. Kreimer (2011) aponta um desafio desta relação: até que ponto estes grupos têm autonomia para decidir sobre a produção de conhecimento? O autor aponta que, na fase da internacionalização liberal-orientada que vivemos hoje, os grupos internacionalizados estão fadados a reproduzir agendas de pesquisa e métodos elaborados para responder às demandas e interesses dos países desenvolvidos.

No Brasil, as estratégias de internacionalização se somam a outras ações que compõem as políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Seu objetivo central é fortalecer a pesquisa nacional e capacitar recursos humanos, a fim de reduzir a defasagem científica e tecnológica que enfrentamos e inserir o país no contexto global (Manços, Coelho, 2017).

A internacionalização não é um objetivo final, mas sim, um processo que visa colaborar com a melhoria na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão das instituições de ensino superior, incorporando uma dimensão intercultural em suas

estruturas organizacionais. A internacionalização pode, nesse sentido, ser materializada por um conjunto de ações que envolve diferentes atores e tem como princípio fomentar a cooperação internacional (Manços, Coelho, 2017).

No âmbito da internacionalização do ensino superior, a cooperação internacional frequentemente assume duas formas: cooperação para a mobilidade acadêmica e cooperação internacional em ciência e tecnologia (C&T). Duarte (2008) diferencia os dois tipos, ressaltando que enquanto o intercâmbio internacional se relaciona mais à interação de troca simples focada em indivíduos ou comunidades, a cooperação internacional em C&T pressupõe acordos e convenções largamente planejadas pelos estados nacionais. No caso da segunda, o Estado garante apoio institucional e financeiro para o desenvolvimento da comunidade científica:

Como característica principal, a Cooperação Científica e Tecnológica Internacional se apóia [sic] em três pilares fundamentais: os cientistas, o conhecimento e o Estado. Os cientistas contribuem com a curiosidade e a capacidade de gerar e disseminar o conhecimento em C&T. Esse conhecimento se torna um alicerce da CI no momento em que assume um caráter específico, não-universal, além de ser o objeto a ser trabalhado pelos homens da ciência e, ao mesmo tempo, objetivo de uma proposta de Estado para solucionar problemas que se apresentam ao seu desenvolvimento. Por sua vez, cabe ao Estado garantir o aparato institucional e o aporte financeiro, público ou privado, para promover a troca de recursos humanos, conhecimento e experiências para, somados os esforços, buscar o desenvolvimento em ciência e tecnologia mais amplo, rápido e consistente, garantindo a repartição das novas descobertas entre todos os que nelas investiram, assim como o desenvolvimento delas derivado (Duarte, 2008, p. 136).

A cooperação internacional é vista como uma estratégia de desenvolvimento para os países periféricos. Silva (2007) a entende como uma janela de oportunidade para países em desenvolvimento¹, que tem a possibilidade de compartilhar custos, experiências, tecnologias e centros de pesquisa, ao mesmo tempo que estreitam laços com outros Estados nacionais. Para a pesquisadora, o “processo cooperativo põe em evidência a ausência direta de disputa em termos de apropriação do conhecimento e de tecnologias entre parceiros” (Silva, 2007, p. 8), justamente

¹ Os autores pesquisados empregam esse termo, contudo, ele merece uma análise crítica, pois sua utilização se baseia em uma perspectiva econômica e liberal. Abordagens mais recentes introduzem o conceito de decolonialidade, que busca promover a consciência e o autoconhecimento das nações acerca das heranças e desigualdades resultantes do colonialismo. Uma nomenclatura mais contemporânea é "Sul Global" (Pino, 2014).

porque os resultados das ações são compartilhados em conformidade com as determinações previstas nos acordos e contratos de propriedade intelectual e industrial.

O nascimento da cooperação internacional está diretamente ligado ao fim da Segunda Guerra Mundial. Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética entendem que o contato próximo com outros países é uma estratégia possível para reforçar alianças e preservar as zonas de influência territorial conquistadas durante o conflito. O primeiro programa de cooperação técnica dos EUA com países periféricos foi lançado em 1949 e possuiu um caráter assistencialista, que visa “ajudar” no processo de desenvolvimento dos países. Até o início dos anos 1950, a cooperação internacional é fundamentada por três elementos: a transferência de técnicas e conhecimentos, a discrepância do desenvolvimento de países receptores e países prestadores e a execução de projetos de forma conjunta (Cervo, 1994).

Ao longo dos anos 1950, a divisão bipolar do mundo foi amplamente questionada pelos países da Europa Ocidental, da África, da Ásia e da América Latina. A formação de um mercado comum europeu, o repúdio à divisão ideológica do mundo e a luta pelo desenvolvimento, especialmente a partir da industrialização, foram elementos centrais para a cooperação internacional evoluir. A partir dos anos 1960, ela incorpora dois novos elementos, a captação de ciência e tecnologia por parte dos países periféricos e a presença no exterior, por parte dos países desenvolvidos (Cervo, 1994).

A chegada dos anos 1970 traz consigo uma crise de natureza econômica, energética, ambiental e social que se alastra por todo o globo. O aumento dos preços do petróleo, a conscientização sobre os desastres ambientais, o surgimento de movimentos sociais de cunho contestatório, a insatisfação dos países em desenvolvimento e a redução de taxas de crescimento dos países industrializados, abrem espaço para uma nova concepção de cooperação internacional (Milani, 2014).

É neste contexto que as noções de participação e de igualdade passam a ser empregadas nos acordos de cooperação. Os países em desenvolvimento passam a ser vistos também como atores responsáveis pela promoção da cooperação. Surge assim, a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), que traz ao Brasil condições para se inserir nos acordos de cooperação internacional. O estado brasileiro passa a enxergar a cooperação internacional tanto como uma

possibilidade de promoção do pleno desenvolvimento científico e tecnológico, como uma possibilidade concreta de adquirir protagonismo político entre os países do Sul Global. Ela assume, assim, um caráter de política externa (Cervo, 1994).

Torna-se importante ressaltar que o termo “Sul global” é uma expressão utilizada para se referir a países em desenvolvimento tanto no hemisfério Sul, quanto no hemisfério Norte. Estas nações são diversificadas em história, origem, cultura e tradições, mas possuem algo em comum: são classificadas como países que ocupam a periferia nas relações econômicas do mundo globalizado. As relações de cooperação internacional desenvolvidas entre estes países são conhecidas como Cooperação Sul-Sul (Pino, 2014).

O surgimento da CSS vincula-se ao processo de descolonização e à busca dos países em desenvolvimento por modelos alternativos e autônomos que fortalecessem suas capacidades nacionais e lhes brindassem condições de autossuficiência” (Pino, 2014, p. 80).

Quatro fatores intensificam as relações de cooperação Sul-Sul:

- As taxas de crescimento econômico dos países emergentes: que influenciam o produto interno bruto (PIB) e ampliam o peso destes países na criação e distribuição de riqueza global (Pino, 2014);
- Êxito de políticas públicas nacionais: um conjunto de ações econômicas, sociais e científico-tecnológicas levam estes países a colocar o Estado no papel de promotor do desenvolvimento (Pino, 2014);
- Execução de políticas externas afirmativas: formação de coalizões que internacionalizam estes países através de relações com outros países do Sul global que questionam a economia internacional definida pelos países centrais (Pino, 2014);
- Vontade política: Pino (2014) aponta uma combinação virtuosa de líderes políticos que entendiam a necessidade de estreitar laços políticos e econômicos com outros países em desenvolvimento.

As práticas de cooperação Sul-Sul, diferentemente das práticas de cooperação internacional tradicionais, se dão entre países que compartilham seus programas e políticas em prol do desenvolvimento. São novos modelos e novas alternativas que “refletem as mudanças tanto na geopolítica mundial como na

geografia do crescimento e na distribuição da riqueza, que se desloca a largos passos do Norte para o Sul e do Ocidente para o Oriente” (Pino, 2014, p. 81).

A posição brasileira neste contexto de cooperação Sul-Sul, assume certo protagonismo. Mesmo estando geograficamente em uma área de influência estadunidense, o Brasil se constituiu como uma potência econômica regional. Para Lima (2005), a Política Externa Brasileira (PEB) é um dos principais instrumentos que garante esta posição, pois ela tem a capacidade de abrir novas oportunidades de cooperação com países do Sul.

Similarmente, Leal e Moraes (2018) reforçam que a política externa do Brasil sempre teve como objetivo central promover o desenvolvimento do país através da ampliação e preservação da autonomia e da projeção brasileira no mundo. Entre as diferentes ações que constituem a PEB, a cooperação internacional na ciência e tecnologia, fomentada pela internacionalização do Ensino Superior, merece destaque (Leal, Moraes, 2018).

Ao analisar os dados disponibilizados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Milani, Conceição e M'Bunde (2016) identificam que a educação está entre os três setores com mais investimento, tendo utilizado 10,93% dos recursos destinados à cooperação internacional entre os anos de 2005 e 2013. Os pesquisadores observam que a maioria das atividades de cooperação técnica do setor estão relacionadas à formação, capacitação, gestão pública e transferência de tecnologia. As principais áreas da educação envolvidas nesses acordos são a educação profissional, a alfabetização de jovens e adultos, a educação não formal e a educação para pessoas com deficiência, destacando-se a concessão de bolsas para estrangeiros e programas de mobilidade acadêmica de estudantes brasileiros.

As práticas de cooperação internacional educacionais possuem a capacidade de promover desenvolvimento em três dimensões importantes da sociedade brasileira: a econômica, a política e a cultural. No plano econômico, a educação se relaciona com a qualificação da mão de obra e da construção de novas capacidades tecnológicas. Já na dimensão política, a cooperação educacional permite ao Brasil estabelecer relações de solidariedade com outros países. Por fim, no plano cultural, o intercâmbio de experiências fortalece os laços entre diferentes países e “a compreensão mútua de realidades semelhantes, mas também distintas”. (Milani, Conceição, M'Bunde, 2016, p. 28).

Maria Costa Morosini (2011), ao examinar a cooperação internacional na produção de conhecimento, identifica a existência de dois modelos nas instituições de ensino superior: um modelo de cooperação internacional tradicional (CIT), baseado na competição entre as instituições de ensino e, um modelo de cooperação internacional horizontal (CIH), que é baseado na solidariedade e na consciência internacional.

Ainda que o Brasil tenha avançado significativamente nas relações de cooperação Sul-Sul, Morosini (2011) identifica que o processo de formação dos pesquisadores brasileiros continua reproduzindo um modelo de internacionalização periférica. Este processo se inicia com a capacitação de professores e alunos de doutorado em países desenvolvidos, que, ao retornarem incorporam em suas atividades acadêmicas os contatos e experiências adquiridas no exterior. É a partir da relação Sul-Norte que as práticas de internacionalização desenvolvem a pesquisa científica e tecnológica brasileira.

Seguimos diante de uma contradição: ao mesmo que a política externa brasileira tem como um de seus pilares a cooperação internacional Sul-Sul, incentivando que estudantes de diferentes países do Sul global a cursarem o ensino superior no Brasil, o processo de formação dos pesquisadores e docentes do ensino superior continua preso à lógica das relações Norte-Sul, por exemplo ao instituir programas como Ciência Sem Fronteiras (CsF), do Ministério da Educação, em 2011. Identificamos na internacionalização do ensino superior brasileiro a convivência dos dois modelos propostos por Morosini (2011).

O desafio agora é seguir cada vez mais rumo às práticas de cooperação internacional horizontal. Para isso, os formuladores de políticas públicas de internacionalização do ensino superior precisam enfrentar

o desenvolvimento de uma política de diálogo e de intercâmbio; o trabalho em redes; a existência de fundos de organismos multilaterais; a presença de uma cultura de solidariedade internacional e do mútuo reconhecimento das capacidades de cada país ou região; o desenvolvimento da mobilidade acadêmica e estudantil; a colaboração em nível interinstitucional; a capacitação de expertos e técnicos (Morosini, 2011, p. 109).

2.6.2 As Dimensões da Mobilidade Internacional de Pesquisadores

Quando há uma reflexão sobre o processo de internacionalização e a cooperação internacional no ensino superior é bastante frequente, é comum que a mobilidade acadêmica seja uma das primeiras possibilidades a despertar no consciente. Isso se deve, possivelmente, por ser um aspecto mais visível e observável de forma mais imediata naquilo a que se refere aos movimentos de internacionalização (Araujo, Silva, 2015; Vázquez *et al.* 2014; Knight, 2014; De Wit, 2010; Oliveira, Freitas, 2016, 2017) compartilham de pensamento semelhante:

embora compreenda um conjunto amplo de políticas, estratégias e ações, os programas de mobilidade acadêmica fazem parte das principais modalidades de internacionalização (Oliveira, Freitas, 2017, p. 777).

Pode-se definir mobilidade como um período em que um estudante está matriculado em uma universidade, chamada de universidade de origem, e realiza um período de estudos em outra instituição, chamada de universidade de destino. Neste caso, existe a possibilidade de que os créditos cursados no destino sejam reconhecidos na origem (Ramos, 2009). Para outros autores, o uso do termo mobilidade está relacionado ao fato de o deslocamento no espaço possuir um prazo determinado e não ser caracterizado por uma mudança de caráter permanente (Santos, 2014; Terrier, 2009). Uma característica bastante determinante para delimitar uma mobilidade acadêmica é o fato de que aquele estudante ou pesquisador que realiza o período no exterior mantém seus vínculos formais já estabelecidos no país de origem, como exemplifica Santos (2014) ao dizer que “[...] o professor-pesquisador de uma instituição pública que viaja em mobilidade para outro país continua recebendo seu salário normalmente [...]” (Santos, 2014, p. 63).

Segundo Santos (2014), é importante fazer uma diferenciação entre a migração de estudantes e a mobilidade acadêmica internacional, que são conceitos semelhantes, porém com características distintas. Para o objeto desta pesquisa, focaremos em algumas especificações do que se configura uma mobilidade:

- A estada no país de destino é garantida em legislação especial, por exemplo, a utilização de visto de estudante;
- O retorno ao país de origem é previsto nos acordos e convênios que propiciam a mobilidade;

- O Estado pode ter uma participação, por exemplo, ao criar meios e possibilitar o desenvolvimento técnico-científico do estudante;
- Possuir um tratamento diferenciado no país de destino, mais especificamente pela instituição de acolhimento, visto que são itens previstos nos acordos e convênios.

As mobilidades podem ter propósitos diversos, bem como ter características diferentes. É possível citar, como forma de exemplo, o tempo de duração das atividades de mobilidade: visitas técnicas/acadêmicas ou participação em um evento científico podem ser consideradas como atividades de curta duração; um estágio, treinamento ou semestre de estudos como média duração; e períodos de pesquisa, graduação ou pós-graduação sanduíche pode ser consideradas atividades de longa duração (Lombas, 2017). Esta lista não é exaustiva para os tipos de mobilidade, tampouco taxativa quanto ao tipo e período de cada uma das modalidades, o intuito é apenas demonstrar que há uma diversidade no assunto.

Cabe destacar que a mobilidade acadêmica no Brasil é parte do Plano Nacional de Educação, lei promulgada em 2014 e com vigência prorrogada até 2025. Em suas estratégias podemos encontrar:

12.12) consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior (PNE, Lei nº 13.005, 2014).

Jane Knight, autora e grande expoente sobre o tema da internacionalização, destaca que a mobilidade de estudantes e professores é fator justificante dos processos de internacionalização das instituições de ensino superior. Outros autores também defendem que, embora composta por inúmeras estratégias, a mobilidade acadêmica é uma das principais delas (Knight, 2005; Oliveira, Freitas, 2017; Pessoni, Pessoni, 2021). Outros autores ainda afirmam que a mobilidade é um elo que articula todas as outras dimensões da internacionalização (Matus, 2016; Matus, Talburt, 2015; Martinez, 2019).

Conforme apontado anteriormente e também corroborado por outros autores (Castro, Neto, 2012), a mobilidade estudantil não pode ser analisada como um fenômeno recente no campo da educação.

A mobilidade não envolve, apenas, o movimento de deslocamento; ela é muito mais ampla, pois é social e envolve estruturas, meios, culturas e significados (Castro, Neto, p. 77, 2012).

As motivações para a realização da mobilidade podem ser bastante diversas, abarcando uma valorização de aspectos como conhecer novas culturas e ter contato com instituições de renomadas reputações acadêmicas, até mesmo ser um reflexo de deficiências do ensino em seu país de origem, bem como a busca por complementar ou especializar-se em uma formação já consolidada na origem, devendo-se ainda ressaltar o papel essencial das instituições de ensino superior de preparar seus estudantes para os desafios da sociedade atual (De Wit, 2009; Ramos, Leal, 2012; Oliveira, Freitas, 2017).

As vantagens pessoais envolvidas no processo de mobilidade são, certamente, transformadoras para aqueles que vivenciam este tipo de experiência. As experiências permitem um maior desenvolvimento do ser humano em sua dimensão social, habilitando-o para uma melhor atuação frente aos constantes desafios de adaptação e capacitando-o para dominar novas situações exigidas aos profissionais na era pós-industrial (Stallivieri & Monteiro, 2005). Um conceito bastante pertinente e interessante é o de capital simbólico de Bourdieu o qual é traduzido, de forma mais contemporânea, como um capital mobilidade (Oliveira, Freitas, 2016).

Podemos compreender que o capital de mobilidade é multifacetado, uma vez que antes da vivência da mobilidade, o estudante pode apresentar diferentes competências, as quais serão transformadas durante a experiência em si. Assim, esse capital é modificado à medida que o indivíduo desenvolve estratégias para se adaptar e, no processo, adquire uma diversidade de habilidades e conhecimentos (Santos, 2017, p.779).

O desenvolvimento da América Latina não permitiu que esta tivesse um destaque na economia mundial, visto que suas fases de desenvolvimento culminaram nesta situação, cujo reflexo foi um processo de internacionalização de forma periférica. Três foram os momentos de desenvolvimento, sendo a exportação de commodities primárias em troca de produtos industrializados, seguida por industrialização em substituição à importação e, por fim, um modelo de desenvolvimento voltado para o exterior (Castells, 2002; Castro, Neto, 2012).

Segundo a UNESCO, há crescimento das mobilidades em países periféricos, todavia, direcionadas a países hegemônicos, como os Estados Unidos (Lima, Maranhão, 2008; Oliveira, Freitas, 2017).

Os programas de mobilidade da Associação de Universidades Grupo Montevideu, como o Programa ESCALA de Estudantes de Graduação, de Pós-Graduação e ESCALA Docente são abordados de forma mais detalhada neste trabalho e certamente podem ser analisados como um contraponto à hegemonia da América do Norte e Europa Central na recepção de estudantes em mobilidade apontada por Pessoni e Pessoni (2021). Todavia, é de valiosa importância mencionar outros exemplos de programas e ferramentas de mobilidade acadêmica que existem no mundo.

Um grande exemplo de programa de mobilidade acadêmica, que inclusive serviu de modelo para o Ciências Sem Fronteiras do governo brasileiro que apresentaremos a seguir, é o *100,000 Strong in the Americas*, com financiamento oriundo do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América em parceria com o setor privado. O programa tinha o objetivo de garantir que cem mil estudantes americanos realizassem a mobilidade acadêmica no exterior, bem como o de receber outros cem mil estudantes estrangeiros para mobilidade nos Estados Unidos.

O Brasil, no esteio e inspirado pelo programa estadunidense, criou, também em 2011, o Ciências Sem Fronteiras, com “metas bastante ambiciosas, se comparadas aos programas tradicionais de bolsas de estudo no exterior” (Lombas, 2017, p. 317). O objetivo do programa é a promoção da consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional (CNPq, 2022). O planejamento, a implementação e os resultados obtidos do programa, enquanto uma política pública, são alvos de diversas críticas, entretanto, não diminuem a importância. O contexto econômico dos países é fator crucial para a concretização de mobilidades acadêmicas, pois faz-se necessário significativos aportes financeiros para a concretização das mesmas. No Brasil, registrou-se uma queda nos números de estudantes de graduação em mobilidade após o encerramento do CsF em 2017, conforme apontado por Pessoni e Pessoni (2021).

Segundo Castro e Neto (2012), no âmbito do MERCOSUL existe o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional (MARCA), cuja implementação ocorreu em 2006

por meio do Setor Educacional do Mercosul. De acordo com os mesmos autores, este é considerado um movimento pioneiro na área de mobilidade da região. Um dos principais objetivos do mesmo é “*Impulsar la movilidad y el intercambio académico entre estudiantes, docentes-investigadores y coordinadores académicos e institucionales de las carreras acreditadas por el Sistema ARCUSUR*”² (MARCA, 2024). Os cursos de graduação que integram o programa são aqueles avaliados e aprovados pelo Sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários do Mercosul (ARCU-SUL) (BRASIL/MEC, 2024) e participam os países membros e os associados ao bloco.

Como em tudo que nos cerca, a questão do gênero também tem desdobramentos no âmbito de mobilidades. Segundo Lombas (2017), pesquisas apontam que em se tratando de estudantes de pós-graduação e profissionais em pesquisa científica, “o número de homens supera em muito o de mulheres, girando em torno de quatro vezes mais, nas três áreas analisadas”. Este dado corrobora a necessidade de pesquisas e indicadores sobre o tema, visto que o fator gênero tem impacto em diversos segmentos da sociedade.

Há que se considerar, para além de indicadores de mobilidade e números em *rankings*, quais são os resultados acadêmicos envolvidos na mobilidade dos estudantes, sobretudo, ao tratar de estudantes em nível de graduação. Para estes, geralmente, não há uma pesquisa ou um propósito acadêmico muito consolidado, diferentemente das mobilidades de pós-graduandos e docentes. Como apontado por Ramos e Leal (2012), é conhecido que há grande oferta e procura por vagas de mobilidade, mas não há dados suficientes sobre o quanto as experiências internacionais repercutem na formação acadêmica dos estudantes. Segundo pesquisa realizada por Oliveira e Freitas (2017) “o desenvolvimento de competências acadêmicas foi o menos enfatizado por alunos brasileiros e estrangeiros” (Oliveira, Freitas, 2017, p. 793), enquanto, em oposição a isso, “para os professores entrevistados, o desenvolvimento de competências acadêmicas é apontado como o maior ganho da experiência da mobilidade” (Oliveira, Freitas, 2017, p. 793).

² Impulsionar a mobilidade e o intercâmbio acadêmico entre estudantes, docentes-pesquisadores e coordenadores acadêmicos e institucionais dos cursos acreditados pelo Sistema ARCUSUR (tradução nossa).

Um grande desafio para o processo de internacionalização, em especial para as mobilidades acadêmicas, é o financiamento para os deslocamentos e custos de subsistência em um país estrangeiro. A título de exemplificação, no caso da UFSCar, a maioria absoluta das vagas de mobilidade disponibilizadas por meio de editais de seleção são oportunidades sem auxílio financeiro no âmbito de Acordos Bilaterais de Cooperação Internacional. Nesta modalidade, os estudantes ficam isentos de pagar taxas acadêmicas nas instituições de destino, todavia, devem custear com recursos próprios os gastos com deslocamento, moradia, alimentação e seguro-viagem (UFSCar, 2024a). Isso converge com o apontado por outros autores, de que esta situação deixa “uma lacuna entre as oportunidades e o número de candidatos com potencial para imergir numa experiência internacional” (Stallivieri, 2004; Leal, Ramos, 2012).

Uma outra realidade no que tange a internacionalização e a mobilidade em um contexto de recursos financeiros escassos, é a mobilidade virtual. Soa um pouco dicotômico utilizar o termo mobilidade, visto que ele se relaciona a um movimento no espaço físico, mas é uma realidade em expansão, sobretudo após o período da pandemia da COVID-19 e por ser um fator que contribui para um efeito numérico favorável para os indicadores de internacionalização das instituições, sem que haja um investimento financeiro muito alto. Existe uma relação bastante favorável no quesito custo/benefício, uma vez que um número maior de estudantes pode ter contato com instituições estrangeiras que são referência em suas respectivas áreas, com um investimento financeiro menor (Santos, 2014).

2.6.3 A AUGM na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

A Universidade Federal de São Carlos passou a integrar a AUGM em 1994. Segundo Paulino e Meneghel (2000), a instituição enxergava sua participação na associação como uma forma de defender o ensino superior público e de divulgar as competências para promoção do desenvolvimento regional elaboradas na UFSCar.

A Secretaria Geral de Relações Internacionais é responsável por administrar os programas de mobilidade acadêmica da universidade desde 2009. O objetivo principal do órgão é criar e implementar políticas de relações internacionais por meio da “promoção, cooperação e intercâmbio científico e acadêmico entre a Universidade e instituições estrangeiras” (Forim, Rigolin, 2022, p.284).

Os três programas de mobilidade analisados nesta dissertação estão sob responsabilidade direta da SRInter, sendo eles: o programa ESCALA de Estudantes de Graduação, o programa ESCALA de Estudantes da Pós-Graduação e o programa de ESCALA Docente.

Para viabilizar a mobilidade acadêmica no âmbito da AUGM, a SRInter criou uma série de procedimentos que variam de acordo com o programa escolhido. Estudantes de graduação e pós-graduação que querem estudar em universidades no exterior devem ficar atentos aos editais lançados pela secretaria. Estudantes que querem realizar um intercâmbio na UFSCar precisam ficar atentos aos editais de suas universidades de origem. Por fim, professores que querem acessar o programa de ESCALA Docente também devem realizar a aplicação por meio de editais lançados pela Secretaria (UFSCar, 2023a, 2023b, 2023c).

No próximo capítulo serão abordados os materiais e métodos utilizados para elaboração da pesquisa e construção dos indicadores de mobilidade no âmbito de programas da AUGM na UFSCar.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa caracteriza-se como documental e quantitativa, uma vez que sistematiza dados provenientes de levantamento documental nos arquivos da Secretaria Geral de Relações Internacionais da UFSCar, com o objetivo de estabelecer uma metodologia base para futura geração de indicadores. Conforme Gil (2008, p. 50), pesquisas documentais utilizam 'materiais que não receberam tratamento analítico', como arquivos institucionais, adequando-se a estudos que demandam sistematização de dados primários. A abordagem quantitativa, por sua vez, permite “a tradução de opiniões e informações em número” (Marconi, Lakatos, 2017, p. 30), o que justifica sua aplicação nesta análise de mobilidade acadêmica. A pesquisa assume caráter descritivo, pois busca “descrever as características de determinada população ou fenômeno” (Gil, 2008, p. 42), como os padrões de mobilidade acadêmica, e exploratório, já que visa “proporcionar visão geral acerca de um fato” (Marconi, Lakatos, 2017, p. 27), podendo gerar novas hipóteses.

As fontes primárias consistem nos arquivos digitais da SRInter-UFSCar relativos às mobilidades estudantis de graduação, tanto *outgoing* (estudantes da UFSCar no exterior) quanto *incoming* (estudantes internacionais na UFSCar). A utilização de documentos institucionais como fonte primária alinha-se à recomendação de Gil (2008, p. 51) sobre a importância de “fontes confiáveis e passíveis de verificação”. Outras fontes foram consultadas, como o SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, porém, de forma secundária. Já a padronização de dados segue o princípio de que “a organização sistemática é fundamental para análises quantitativas” (Marconi, Lakatos, 2017, p. 89). A coleta demanda compilação e padronização de planilhas e documentos textuais, complementada pela criação de campos/colunas adicionais nas planilhas (como gênero), obtidos mediante consulta a formulários de inscrição e documentos pessoais. A caracterização das instituições parceiras e programas de mobilidade baseia-se em consulta a sites institucionais e documentos físicos da SRInter.

O período investigado abrange 2001 a 2024, justificado pela disponibilidade cronológica digital e pela participação da UFSCar nos programas: PEEG (2001-2023), PEEPg (2019-2023) e PED (2006-2023). Para análise financeira, calculam-se os custos das mobilidades *incoming* (aluguéis e auxílios) e *outgoing* (auxílios e passagens aéreas, estas últimas apuradas via bilhetes ou SCDP). No PEEG e PEEPg, divide-se o investimento total pelo número de mobilidades anuais;

no PED, obtém-se a média por participante. Para docentes, consideram-se valores de passagens (ou SCDP) e, nas incoming, auxílios, impostos e diárias em hotéis.

Ressalta-se a exclusão de variáveis como custos de água, energia e Restaurante Universitário para estudantes *incoming*, por serem geridos por setores externos à SRInter e indisponíveis para consulta. Tais limitações não comprometem a análise central, mas demarcam fronteiras metodológicas importantes para a interpretação dos resultados. Em dados que não foram localizados nos arquivos, os mesmos foram nomeados como “não identificados”.

O tratamento e manipulação dos dados foi realizado em software de planilhas, o Excel, bem como também foi utilizada a ferramenta PowerBi para a geração de gráficos. A compilação dos dados foi realizada de forma manual, unindo informações disponíveis em ferramentas de texto (.doc) com aquelas disponíveis em planilhas (.xls). A criação de campos, mencionada no decorrer do trabalho, representa a inclusão de colunas nas planilhas, nas quais foram inseridos dados ainda inexistentes de forma sistematizada. Cabe destacar que, em se tratando de aspectos éticos, durante a pesquisa não foram tratadas, bem como divulgadas, informações que pudessem identificar os indivíduos que realizaram a mobilidade, mantendo, assim, o sigilo e o anonimato e proteção dos mesmos.

No que tange aos procedimentos metodológicos adotados, é importante destacar algumas limitações inerentes à natureza dos dados utilizados. A pesquisa foi desenvolvida com base em dados secundários da SRInter, os quais, apesar de representarem a principal fonte institucional sobre as mobilidades acadêmicas no âmbito da AUGM, apresentam lacunas significativas em alguns períodos e variáveis. Tais limitações exigiram cautela na condução da análise, buscando evitar interpretações que pudessem incorrer em vieses de confirmação. Para tanto, foram adotadas estratégias metodológicas como o uso de séries temporais para suavizar variações pontuais, análise comparativa entre as diferentes modalidades dos programas ESCALA (PEEG, PEEPg e PED) e a explicitação, ao longo do texto, das distinções entre dados empíricos, inferências e hipóteses interpretativas. Ainda assim, reconhece-se que os dados quantitativos utilizados não são suficientes para captar, em profundidade, aspectos subjetivos ou impactos qualitativos das mobilidades.

4 PROGRAMAS DE MOBILIDADE AUGM

4.1 PROGRAMA ESCALA DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO (PEEG) (OUTGOING E INCOMING)

O programa, segundo Sosa (2019), foi “*creado en 1998, se ha desarrollado en forma ininterrumpida desde la convocatoria 2001-2002*” e tem o intuito de impulsionar a cooperação, integração e a internacionalização da educação superior na América do Sul por meio do intercâmbio de estudantes de graduação, durante um semestre acadêmico, em uma instituição membro da AUGM (AUGM, 2024a). Canzani e Sotelo (2018) e Sosa (2019) concordam que

este programa movilizó desde su creación en 2002 hasta 2018 más de 8 mil estudiantes entre las universidades miembro, ya que contó en su primera convocatoria con la participación de 15 universidades que ofertaron 15 plazas (Sosa, 2019, p. 60).³

A sistemática de distribuição de vagas ocorre na forma de vagas recíprocas, ou seja, anualmente as universidades entram em acordo durante a Reunião de Delegados Assessores e decidem oferecer oportunidades de mobilidade entre elas, sendo que uma universidade que envia um estudante, necessariamente receberá um estudante da mesma parceira para a qual enviou, desde que esta tenha candidatos enquanto origem.

O Programa ESCALA de Estudantes de Graduação é baseado na reciprocidade entre as universidades participantes. Portanto, cada universidade da AUGM envia semestralmente o mesmo número de discentes que recebe. O intercâmbio poderá ser feito com qualquer outra universidade do Grupo, desde que seja de um país diferente. (AUGM, 2024a)

A participação no programa implica em realizar investimentos financeiros e cada ator tem um tipo de responsabilidade. De acordo com o Regulamento do Programa ESCALA de Estudantes de Graduação (AUGM, 2024a), a universidade de origem é responsável por fornecer ao estudante auxílio financeiro para gastos com deslocamento e documentação necessária, a universidade de destino se compromete a disponibilizar de forma gratuita alimentação e hospedagem durante

³ Este programa mobilizou, desde a sua criação em 2002 até 2018, mais de 8 mil estudantes entre as universidades membros, pois contou em sua primeira convocatória com a participação de 15 universidades que ofereceram 15 vagas (tradução nossa).

todo o período letivo da mobilidade, bem como outras eventuais despesas acadêmicas e, por fim, o estudante deverá se responsabilizar por despesas não previstas no programa, como emissão de visto, seguro viagem e outras despesas pessoais não cobertas pela universidade de destino.

Cada universidade tem liberdade para definir de que forma os compromissos serão assumidos, por exemplo, como universidade de destino, pode optar, de acordo com seus recursos e procedimentos, fornecer a alimentação e hospedagem em auxílio financeiro ou disponibilizar vagas em moradias estudantis e refeição gratuita no Restaurante Universitário. Já como origem, também é possível que a instituição faça a aquisição de passagens aéreas/bilhetes de transporte rodoviário ou realizar o pagamento de auxílio financeiro, de forma que o próprio estudante realize a aquisição dos bilhetes necessários. No caso de pagamentos de auxílios financeiros para as universidades de origem, o programa não estabelece valores mínimos e máximos, ou seja, é discricionário de cada instituição.

O financiamento das mobilidades pelo PEEG na UFSCar são gerenciados pela Secretaria Geral de Relações Internacionais e, em 2024, teve o seguinte funcionamento: para estudantes da UFSCar em mobilidade (*outgoing*) foi pago um auxílio financeiro no valor de R\$3.000,00 para custeio, parcial ou total, de passagens aéreas e/ou bilhetes rodoviários e aquisição de seguro viagem; para estudantes em mobilidade na UFSCar (*incoming*) foram fornecidas refeições gratuitas nos Restaurantes Universitários (RU), de acordo com o funcionamento de cada *campi* e um auxílio financeiro de R\$1.500,00 para custeio de moradia e refeições não contempladas na oferta dos RUs (UFSCar, 2024b).

A forma de seleção e atribuição das vagas fica a critério de cada universidade de origem, sendo que na UFSCar são lançados editais, com periodicidade semestral. Os critérios utilizados são, majoritariamente, méritos acadêmicos, como média ponderada total, participação em eventos científicos, publicações, entre outros (UFSCar, 2024b). Salienta-se que, a partir dos editais de 2023, no intuito de aprimorar as formas de inclusão e equidade e participação de políticas afirmativas, os alunos ingressantes por algum tipo de reserva de vagas no sistema de ingresso na graduação da UFSCar têm o acréscimo de um ponto adicional.

O financiamento do programa é proporcionado pelas partes envolvidas, sendo que a universidade destino se compromete a custear a alimentação e hospedagem durante todo o período de mobilidade; a instituição de origem é responsável por

financiar, total ou parcialmente, as despesas para deslocamento e eventuais documentações necessárias e, por fim, ao estudante cabe o custeio das despesas com seguro-viagem e outras despesas não cobertas pelos auxílios mencionados (AUGM, 2024a).

Quadro 4 - Análise de dados sobre o PEEG

INDICADOR	DADOS ANALISADOS	ORIGEM DOS DADOS	ORIGEM DO INDICADOR
1	Número de mobilidades realizadas - <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	Arquivos da SRInter	Elaboração própria
2	Série histórica de número de mobilidades por ano - <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	Arquivos da SRInter	Elaboração própria
3	Gênero - <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	Arquivos da SRInter	Elaboração própria
4	Cursos de graduação e Campus - <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	Arquivos da SRInter	Elaboração própria
5	Investimento financeiro por aluno / ano - <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	Arquivos da SRInter	Elaboração própria
6	País e instituição de destino e origem - <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	Arquivos da SRInter	Elaboração própria
7	Faixa etária - <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	Arquivos da SRInter	Elaboração própria
8	Participação de estudantes bolsistas e da moradia estudantil - <i>outgoing</i>	Arquivos da SRInter	Elaboração própria

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

4.2 PROGRAMA ESCALA DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO (PEEPG) (OUTGOING E INCOMING)

Programa criado em 2011, se iniciou com uma experiência piloto entre 2012 e 2013 e se consolidou como um programa fixo a partir de 2014 (Sosa, 2019). O programa tem como objetivo promover

la cooperación y la integración de las Universidades que la conforman, así como la internacionalización de la educación superior de la Región, a través de la promoción de la movilidad de los estudiantes regulares de maestrías y doctorados, para cursar un período académico en otra Universidad Miembro de la Asociación de

*un país distinto al suyo, con pleno reconocimiento de la actividad académica realizada*⁴ (AUGM, 2024b).

Neste programa, estudantes de mestrado ou doutorado, selecionados por suas universidades de origem, têm a oportunidade de participar de atividades acadêmicas ou de pesquisa no exterior, em uma das universidades membro da AUGM. A universidade de destino será responsável por avaliar e aprovar as candidaturas, com intercâmbios que podem durar de 15 dias a um semestre acadêmico (AUGM, 2024b).

A forma de seleção ocorre de forma diferenciada dos outros programas, como o ESCALA Graduação e o ESCALA Docente. No ESCALA de Pós-Graduação as vagas não são recíprocas, ou seja, as universidades participantes podem enviar estudantes e eventualmente não receber, ou ainda, receber estudantes e não ter nenhum de seus selecionados aceitos nas universidades nas quais se candidataram. As universidades participantes definem quantas vagas irão disponibilizar e se comprometem a receber o mesmo número de alunos que enviarem ao exterior. Os estudantes podem se candidatar para até três universidades de forma simultânea, que avaliarão as candidaturas com base no mérito acadêmico e na proposta de pesquisa a ser realizada e emitirão o aceite ou não. Nesta dinâmica, os estudantes podem ser aceitos em todas as universidades que se candidataram, neste caso caberá a eles escolherem em qual realizarão a mobilidade. É possível também que eles sejam aceitos em apenas uma ou até nenhuma das universidades.

Cada universidade participante escolhe como deseja realizar os procedimentos de seleção interna para seus estudantes *outgoing*. Algumas divulgam a convocatória e permitem que os estudantes se candidatem livremente às universidades e, somente após a seleção pelo destino, definem quem realizará a mobilidade e ocupará as vagas. Em outras, como na UFSCar o procedimento é um pouco diferente, visto que primeiramente é realizada uma seleção interna por meio de edital e somente aqueles com melhores méritos acadêmicos podem realizar as candidaturas nas universidades de destino (UFSCar, 2024c).

⁴ A cooperação e a integração das Universidades que a compõem, assim como a internacionalização da educação superior da Região, através da promoção da mobilidade dos estudantes regulares de mestrados e doutorados, para cursar um período acadêmico em outra Universidade Membro da Associação de um país diferente do seu, com pleno reconhecimento da atividade acadêmica realizada (tradução nossa).

A forma pela qual as instituições participantes fornecem os auxílios previstos em regulamento também pode variar, assim como no PEEG. Há uma liberdade para que estas definam se, por exemplo como universidade de origem, procederão à aquisição das passagens aéreas em nome do estudante ou fornecerão auxílio financeiro para que o próprio interessado realize os procedimentos de compra da forma que melhor lhe convir. Já enquanto universidade de destino, também há uma variação na forma de proporcionar a alimentação e a hospedagem, podendo ser na forma de auxílio financeiro, em que o estudante em mobilidade buscará onde se hospedar e se alimentar durante o período, ou fornecendo uma hospedagem pré-determinada, como reserva em um hotel ou moradia estudantil pertencente à universidade e refeições gratuitas nos restaurantes universitários. É possível, ainda, uma mescla destas opções.

A UFSCar, enquanto instituição de origem, realiza o pagamento de um auxílio financeiro aos estudantes selecionados, de forma que eles realizem a aquisição de bilhetes aéreos (UFSCar, 2024d). Já enquanto universidade de destino, para hospedagem, fornece um auxílio financeiro para que o próprio estudante busque onde se hospedar, já quanto a alimentação, garante a gratuidade no Restaurante Universitário do campus em que a mobilidade se realiza, de acordo também com a oferta de cada *campus*. Para os dias em que não há cobertura dos restaurantes universitários, deve-se utilizar parte do auxílio fornecido para hospedagem (AUGM, 2024c).

Quadro 5 - Análise de dados sobre o PEEPg

INDICADOR	DADOS ANALISADOS	ORIGEM DOS DADOS	ORIGEM DO INDICADOR
1	Número de vagas oferecidas por ano - <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	Arquivos da SRInter	Elaboração própria
2	Série histórica de estudantes em mobilidade por ano - <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	Arquivos da SRInter	Elaboração própria
3	Investimento financeiro por aluno / ano - <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	Arquivos da SRInter	Elaboração própria
4	Gênero - <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	Arquivos da SRInter	Elaboração própria
5	País e instituição de destino/origem - <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	Arquivos da SRInter	Elaboração própria

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

4.3 PROGRAMA ESCALA DE DOCENTE (PED) (*OUTGOING E INCOMING*)

Criado em 2005, o programa busca promover

*la cooperación e integración regional de las Universidades miembro a través de la movilidad e intercambio de docentes, con el objetivo de fortalecer las relaciones académicas e impulsar la presentación de proyectos conjuntos de investigación*⁵ (AUGM, 2024d).

As mobilidades realizadas no âmbito do PED podem ter uma duração de 05 a 15 dias, a depender do plano de trabalho proposto pelos docentes em mobilidade, conforme prevê o item 19 do regulamento do programa (AUGM, 2024e). Durante o período de estadia na instituição de destino, os visitantes podem realizar “*enseñanza, investigación, extensión y gestión universitaria*” (Sosa, 2019).

O regulamento do programa também determina como as mobilidades devem ser financiadas, de forma bastante semelhante aos demais programas já mencionados. A universidade de origem é responsável por financiar, dentro de suas possibilidades, os custos com o deslocamento e, se possível, gastos com aquisição de seguro. Já a universidade de destino responsabiliza-se por prover alimentação e hospedagem para todo o período da mobilidade, podendo variar em forma, assim como ocorre nos demais programas (AUGM, 2024e). Na UFSCar o financiamento ocorre da seguinte forma: enquanto instituição de origem, realiza a aquisição das passagens aéreas por meio de agência conveniada e, enquanto universidade de destino, provê a hospedagem em hotel conveniado e pagamento de um auxílio financeiro para cobertura da alimentação. Para as mobilidades que ocorrem nos campi que não possuem convênio com rede hoteleira, são pagos auxílios financeiros que cubram os custos de hospedagem e alimentação.

O número de vagas oferecido é definido por cada universidade e elas são recíprocas, assim como para o PEEG, ou seja, as instituições participantes entram em acordo e definem, a partir de estratégias próprias, para quais instituições desejam enviar docentes e delas receberem. A forma de seleção também é discricionária de cada instituição, sendo que, na UFSCar, os docentes interessados em participar devem se inscrever no edital lançado pela SRInter, onde encontrarão o número de vagas e quais universidades a UFSCar estão disponíveis naquela

⁵ A cooperação e integração regional das Universidades membros através da mobilidade e intercâmbio de docentes, com o objetivo de fortalecer as relações acadêmicas e impulsionar a apresentação de projetos conjuntos de pesquisa (tradução nossa).

chamada. A inscrição pode ser feita para apenas uma universidade dentre as disponíveis no edital e deverá conter, além de outros documentos, uma carta convite emitida por um docente da instituição de destino. É importante destacar que a carta convite é documento essencial, pois é uma garantia de que o docente, caso seja selecionado na origem, já possui um indicativo positivo quanto à sua estada na universidade de destino. Os critérios de seleção no edital da UFSCar são estritamente acadêmicos.

Quadro 6 - Análise de dados sobre o PED

INDICADOR	DADOS ANALISADOS	ORIGEM DOS DADOS	ORIGEM DOS INDICADORES
1	Quantitativo de mobilidades realizadas - <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	Arquivos da SRInter	Elaboração própria
2	Série histórica de docentes em mobilidade por ano - <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	Arquivos da SRInter	Elaboração própria
3	Gênero - <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	Arquivos da SRInter	Elaboração própria
4	Investimento financeiro por docente / ano - <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	Arquivos da SRInter	Elaboração própria
5	Investimento financeiro por docente / ano - <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	Arquivos da SRInter	Elaboração própria
6	Departamento/Centro do docente - <i>incoming</i> e <i>outgoing</i>	Arquivos da SRInter	Elaboração própria
7	País / Universidade de destino/ origem	Arquivos da SRInter	Arquivos da SRInter

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

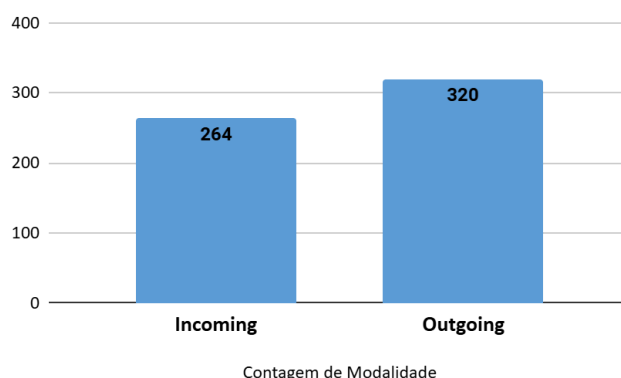
5 LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE

5.1 PROGRAMA ESCALA DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO (PEEG)

Os dados brutos disponíveis nos arquivos da SRInter não permitem séries históricas uniformes para o PEEG, por isso, as séries possuem recortes temporais diferentes para cada item analisado.

De acordo com os dados disponíveis, apurou-se um total de 584 estudantes que realizaram mobilidade acadêmica internacional, somando-se as modalidades *outgoing* e *incoming*, no período de 2001 a 2024. Apurou-se, ainda, uma prevalência de estudantes da UFSCar no exterior em relação ao número de estudantes internacionais recebidos na instituição, com uma diferença de 56 estudantes a mais que foram ao exterior.

Figura 3 - Total de mobilidades de graduação incoming e outgoing 2001 a 2024



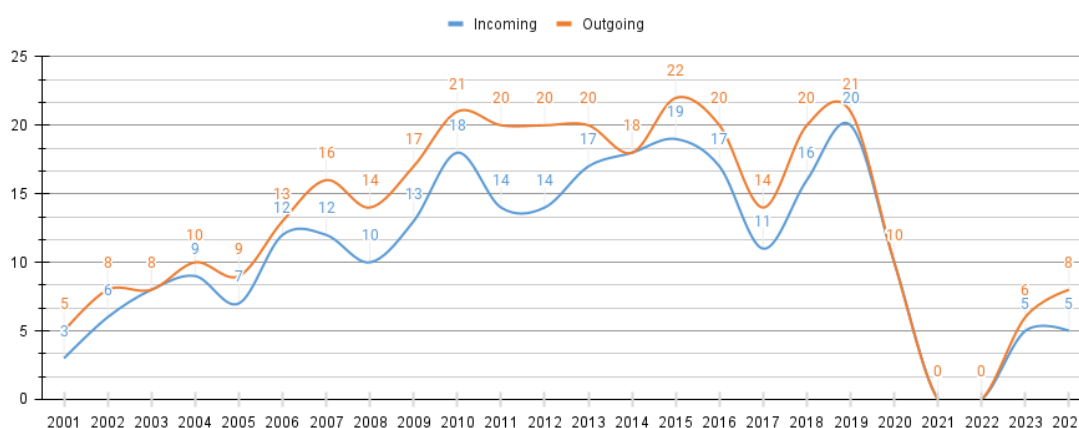
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A partir da análise da linha do tempo (Figura 4) abaixo, é possível observar que a UFSCar manteve uma participação constante no programa ESCALA de estudantes de graduação desde 2001, com uma tendência crescente no número de participantes até alcançar uma estabilização entre 2010 e 2020. Essa estabilização pode estar relacionada à locação de apartamentos para hospedagem dos estudantes que realizam mobilidade no campus São Carlos, a partir de 2011.

Entre os aspectos negativos, destacam-se as quedas observadas nos anos de 2017 e 2020. Esses declínios são atribuídos, respectivamente, à não oferta de vagas de mobilidade no primeiro semestre de 2017, devido à mudança na gestão da UFSCar (eleições para a Reitoria), e à pandemia da COVID-19, que impactou significativamente as atividades de mobilidade internacional.

Após o período pandêmico, a UFSCar retomou sua participação no programa ESCALA em 2023, embora de forma mais modesta e distante dos números alcançados até 2020. Apenas cinco estudantes participaram do programa em 2023, sendo enviados e recebidos. Em 2024, oito estudantes realizaram mobilidade *outgoing*, enquanto apenas cinco foram recebidos na modalidade *incoming*. Esse retorno com menor número de vagas está relacionado às mudanças no financiamento das mobilidades *incoming*, que serão detalhadas posteriormente ao abordarmos os investimentos financeiros no programa.

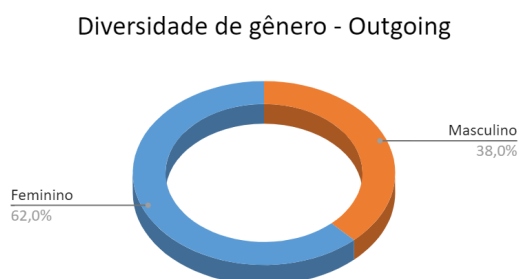
Figura 4 - Linha do tempo de estudantes em mobilidade (2001 a 2024)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

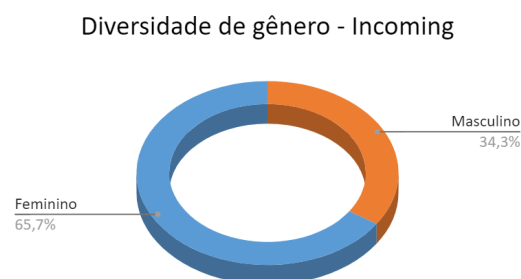
Foi possível apurar o gênero declarado em fichas de inscrição e documentos pessoais de estudantes em mobilidade no período de 2017 a 2024, permitindo uma análise baseada em 146 indivíduos, sendo 79 *outgoing* e 67 *incoming*. Observa-se uma prevalência de estudantes do gênero feminino, tanto nas modalidades *incoming* quanto *outgoing*, conforme as figuras 5 e 6. É importante destacar que os formulários e documentos analisados possuem a declaração de gênero binária (masculino e feminino), modelos utilizados até 2022. A partir de 2023 a SRInter passou a incluir nos formulários de candidatura a opção não-binário, bem como um campo aberto para outros tipos de identificação de gênero. Tal mudança não teve reflexos nos dados apresentados até 2024, mas representa uma mudança significativa que pode gerar impacto nos dados futuros.

**Figura 5 - Distribuição de gênero
*Outgoing***



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

**Figura 6 - Distribuição de gênero
*Incoming***



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Buscou-se uma análise cruzada para identificar se os cursos que mais realizam mobilidade se relacionam de alguma forma com a predominância de mobilidades de estudantes do gênero feminino. Abaixo identificamos os cursos que mais receberam e enviaram alunos, no período de 2017 a 2024, conforme as tabelas 1 e 2.

Nas mobilidades *outgoing* foi identificado o envolvimento de 39 cursos de graduação, o que demonstra que o processo de seleção interna da UFSCar possui critérios que permitem que discentes de diversas áreas realizem a mobilidade. Em relação ao gênero, o feminino é predominante e representa a maioria em 22 dos cursos apresentados na Tabela 1, enquanto o gênero masculino tem a maioria em 14 deles.

Tabela 1 - Proporção gênero por curso - <i>outgoing</i> 2017 a 2024			
Curso de graduação	Feminino	Masculino	Total
Geografia	4	3	7
Terapia Ocupacional	6	1	7
Educação Especial	5	0	5
Pedagogia - SC	4	1	5
Engenharia Agrônômica - LS	2	1	3
Engenharia Ambiental	1	2	3
Letras - Português/Espanhol	2	1	3
Letras - Português/Inglês	2	1	3
Pedagogia - So	2	1	3
Administração	0	2	2
Agroecologia	1	1	2
Ciências Sociais	2	0	2

Engenharia Agrônômica - AR	0	2	2
Engenharia Florestal	2	0	2
Gestão e Análise Ambiental	1	1	2
Letras	2	0	2
Música	0	2	2
Química - Ar	1	1	2
Turismo	1	1	2
Biotecnologia - Ar	1	0	1
Biotecnologia - SC	1	0	1
Ciências Biológicas - AR	1	0	1
Ciências Biológicas - LS	0	1	1
Ciências Econômicas	0	1	1
Ciências Biológicas - SC	1	0	1
Ciências Biológicas - So	1	0	1
Educação Física	0	1	1
Engenharia de Produção - SC	0	1	1
Engenharia Física	0	1	1
Engenharia Mecânica	1	0	1
Engenharia Química	1	0	1
Filosofia	0	1	1
Física - So	0	1	1
Fisioterapia	1	0	1
Imagem e Som	0	1	1
Licenciatura em Matemática	0	1	1
Psicologia	1	0	1
Química - SC	1	0	1
Química - So	1	0	1
Total	49	30	79

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

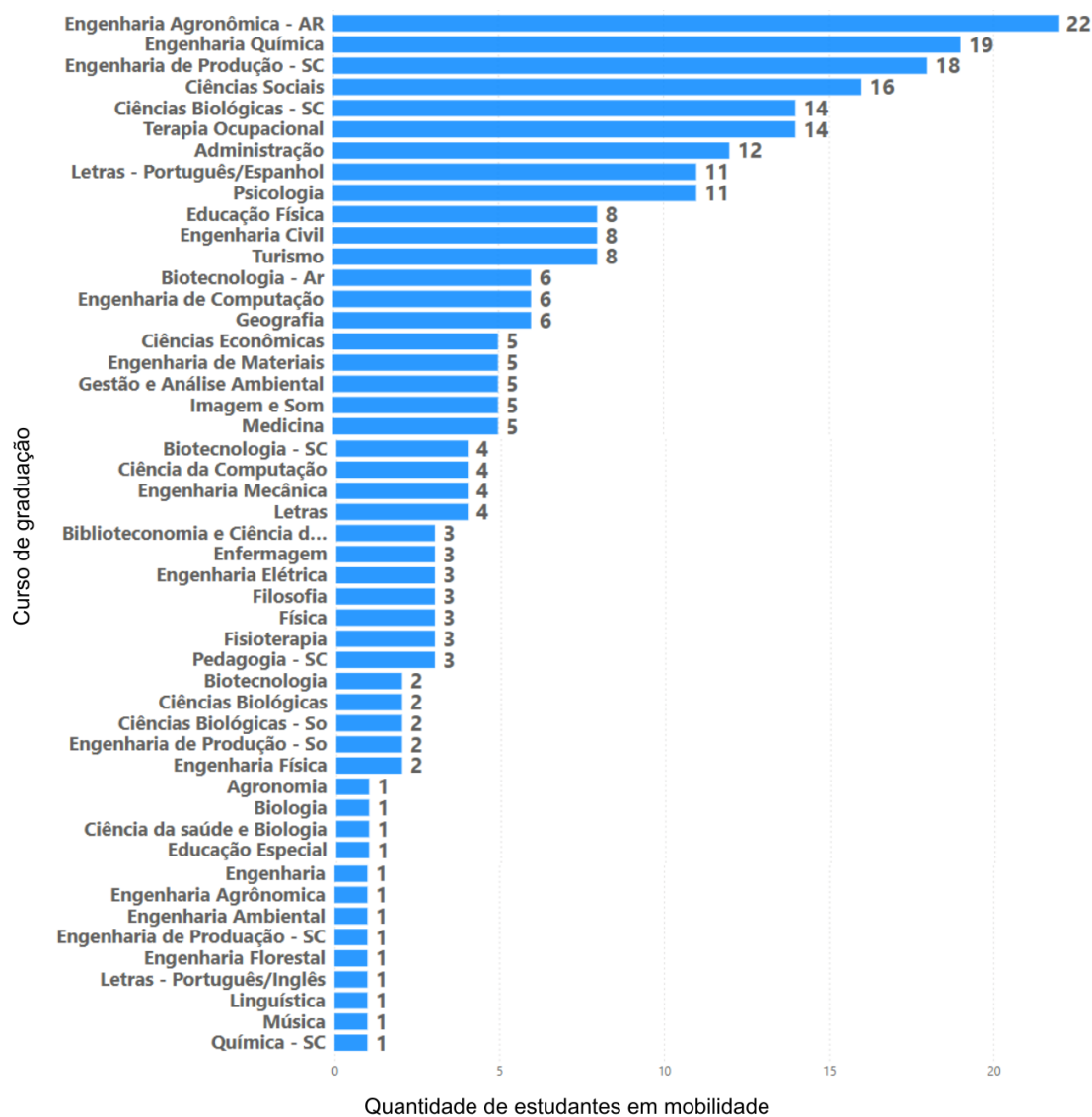
Nas mobilidades *incoming* evidencia-se uma menor variação no número de cursos envolvidos (25 no total), conforme a tabela 2, e os cursos que mais atraíram estudantes e que tem, geralmente, uma predominância de estudantes do gênero masculino, como as engenharias, apresentam números quase equilibrados entre participantes de cada gênero apurado. Os estudantes de gênero masculino que realizaram mobilidade aparecem em apenas 11 cursos e possui a maioria em apenas 4 deles. Esta análise sugere que áreas de estudo que têm uma maior presença do gênero masculino em instituições brasileiras, pode não ter essa dinâmica nas instituições estrangeiras.

Tabela 2 - Proporção gênero por curso - <i>incoming</i> 2017 a 2024			
Curso de graduação	Feminino	Masculino	Total
Engenharia Agrônômica - AR	4	5	9
Administração	2	4	6
Engenharia de Produção - SC	4	2	6
Educação Física	2	3	5
Engenharia Química	3	2	5
Gestão e Análise Ambiental	4	0	4
Psicologia	3	1	4
Terapia Ocupacional	3	0	3
Turismo	3	0	3
Biblioteconomia e Ciência da Informação	2	0	2
Biotecnologia - SC	2	0	2
Ciências Sociais	1	1	2
Engenharia Civil	1	1	2
Engenharia de Materiais	1	1	2
Engenharia Elétrica	0	2	2
Biotecnologia - Ar	1	0	1
Ciências Biológicas - SC	1	0	1
Ciências Econômicas	1	0	1
Educação Especial	1	0	1
Engenharia Florestal	1	0	1
Fiilosofia	0	1	1
Fisioterapia	1	0	1
Geografia	1	0	1
Linguística	1	0	1
Pedagogia - SC	1	0	1
Total	44	23	67

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Visando analisar quais cursos de graduação da UFSCar mais recebem e enviam estudantes, foi possível apurar com precisão o curso e o campus de um universo de 575 indivíduos, dos quais 319 são *outgoing* e 256 *incoming*.

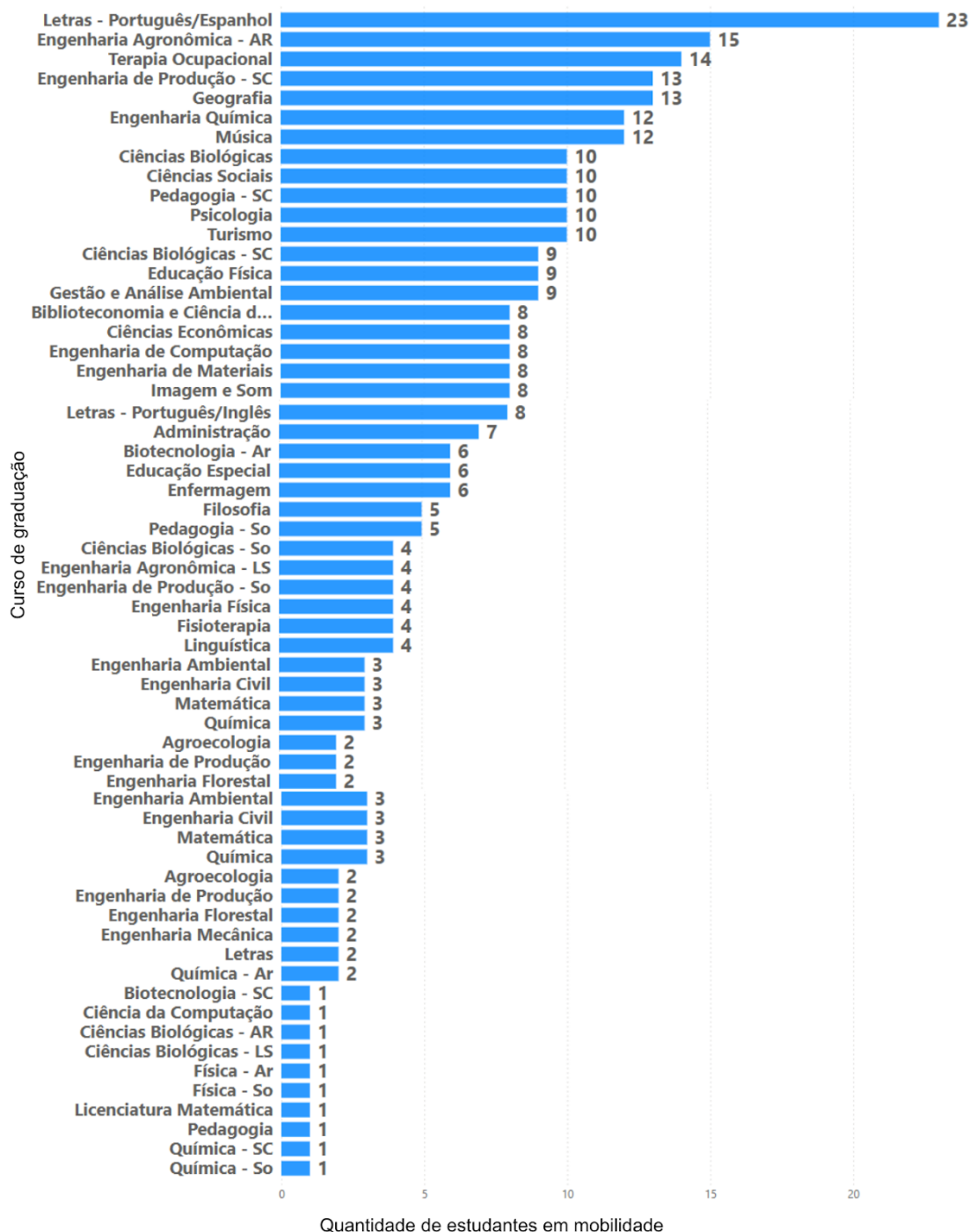
Figura 7 - Distribuição dos discentes *incoming* por curso de graduação



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Os três cursos com maior participação nas mobilidades *outgoing* são: Letras - Português/Espanhol (campus São Carlos), com 23 estudantes; Engenharia Agrônômica (campus Araras), com 15 estudantes; e Terapia Ocupacional (campus São Carlos), com 14 estudantes. Já nas mobilidades *incoming*, destacam-se os seguintes cursos: Engenharia Agrônômica (campus Araras), com 22 estudantes; Engenharia Química (campus São Carlos), com 19 estudantes; e Engenharia de Produção (campus São Carlos), com 18 estudantes. Observa-se que os cursos da área de exatas se mostram como um grande atrativo para estudantes estrangeiros.

Figura 8 - Distribuição dos discentes *outgoing* por curso de graduação

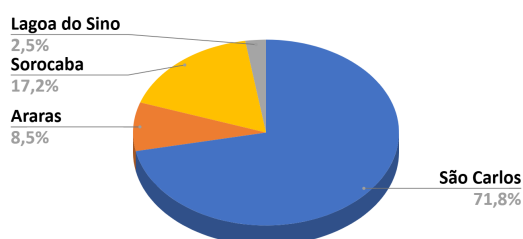


Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Ao analisar o papel de cada campus no envio e recebimento de estudantes, fica evidente o protagonismo do campus São Carlos, com quase 75% de participação em ambas as modalidades (*incoming* e *outgoing*), conforme as Figuras

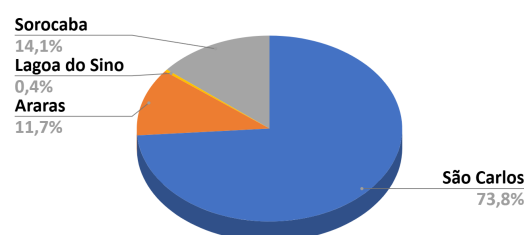
9 e 10. Para obter uma justificativa sólida para esse número, seria necessária uma pesquisa qualitativa com os estudantes, o que não é objeto desta investigação. Apontam-se, portanto, possibilidades ou fatores que podem justificar essa diferença e a prevalência do campus São Carlos, a saber: o campus concentra 33 dos 45 cursos de graduação da UFSCar; possui maior infraestrutura nas mais diversas áreas; está mais próximo da cidade; e conta com a presença física da equipe da Secretaria Geral de Relações Internacionais.

**Figura 9 - Participação por campus
*Outgoing***



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

**Figura 10 - Participação por campus
*Incoming***



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Faltam dados completos para embasar uma série histórica abrangente acerca dos investimentos financeiros envolvidos nas mobilidades. Em virtude disso, a série se iniciará com os investimentos realizados a partir de 2012, tanto para a modalidade *incoming* quanto *outgoing* do PEEG. O investimento para a concretização das mobilidades *outgoing* sempre ocorreu por meio do pagamento de auxílio financeiro em parcela única, cujo destino dos recursos deve ser a cobertura de custos com passagens, vistos consulares e seguro-viagem. Em relação às mobilidades *incoming*, o financiamento ocorre de formas distintas, dependendo do campus em que o estudante realizará o período de estudos.

Os estudantes internacionais que realizaram mobilidade no campus São Carlos, a partir de 2012, tinham à disposição dois apartamentos locados especificamente para hospedagem durante o período letivo. Cada apartamento podia abrigar até seis estudantes que, além da moradia, também tinham direito a refeições gratuitas no Restaurante Universitário. Já os intercambistas que

escolheram realizar mobilidade nos demais campi (Araras, Lagoa do Sino e Sorocaba) usufruíam de gratuidade no Restaurante Universitário e recebiam auxílio financeiro mensal para custeio de moradia e de refeições não oferecidas no RU daquele campus.

Para calcular o valor investido por estudante nas mobilidades *incoming*, somaram-se os valores pagos em aluguéis aos auxílios financeiros, e o total foi dividido pelo número de estudantes recebidos no ano. Destaca-se que foram desconsiderados os dados relacionados ao campus da mobilidade, bem como os valores pagos em contas de energia elétrica e água.

A Figura 11 demonstra certa estabilidade no custo por estudante nas mobilidades da UFSCar durante um semestre letivo. A estabilidade foi interrompida a partir de 2020, com um aumento considerável em relação ao período anterior. Esse aumento se deve aos auxílios adicionais pagos aos estudantes internacionais que já estavam na UFSCar e foram impactados diretamente pela pandemia da COVID-19, como, por exemplo, aqueles que não puderam retornar aos seus países de origem devido ao fechamento de fronteiras.

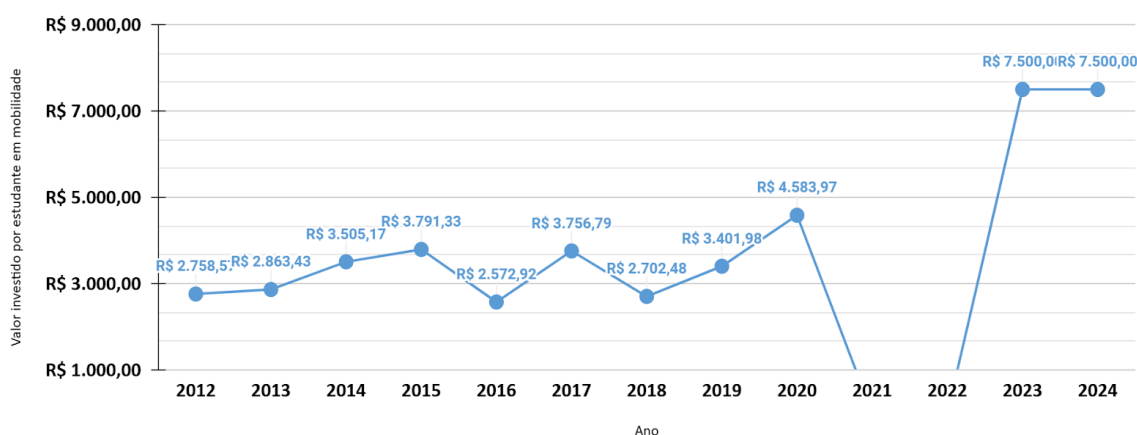
O aumento ainda mais expressivo apresentado nos anos de 2023 e 2024 se deve a uma mudança na forma de prover alimentação e hospedagem para os intercambistas. Durante a pandemia, os contratos de locação dos apartamentos na cidade de São Carlos foram rescindidos e, após o término do período pandêmico, a Administração Superior da universidade optou por descontinuar esse modelo de contratação. Como resultado, todas as mobilidades, mesmo as realizadas no campus São Carlos, passaram a ser custeadas com o pagamento de auxílio financeiro aos estudantes, o que aumentou consideravelmente o valor que cada intercambista representa no total.

O impacto dessa mudança fica evidente quando se comparam as figuras 4 e 11. Enquanto o número de vagas para mobilidade *incoming* se mantém estável e apresenta queda a partir de 2023, o custo por estudante também se mantém estável, mas apresenta um aumento a partir de 2023. Em resumo, observa-se que a descontinuidade do modelo praticado até 2020, com a locação de moradias, resultou em uma diminuição no número de vagas anuais e, por outro lado, em um aumento considerável no custo de cada estudante em mobilidade.

Em relação às mobilidades *outgoing*, em que a UFSCar é responsável por fornecer auxílio financeiro para custeio de passagens, vistos consulares e

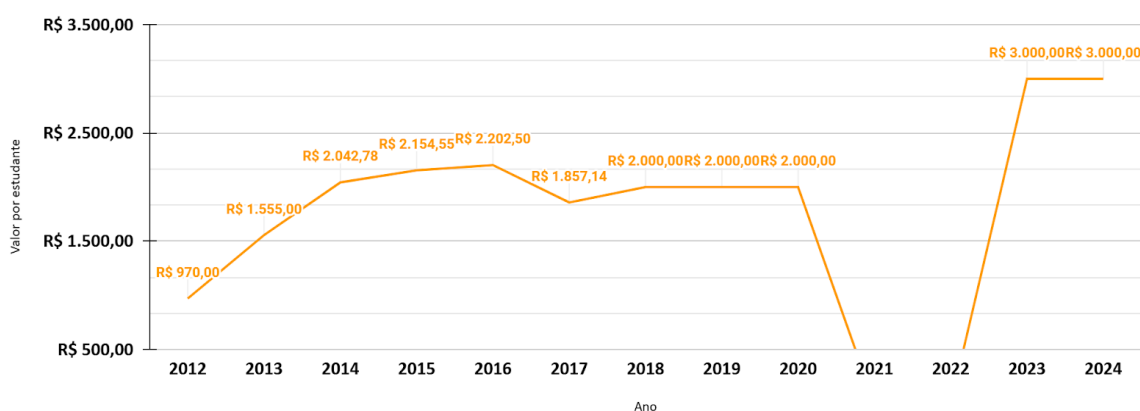
seguro-viagem, observa-se na figura 12 um crescimento entre 2012 e 2013, até atingir uma estabilidade entre 2014 e 2020. A partir da retomada das mobilidades em 2023, fica evidente um aumento nos valores pagos aos estudantes, o que pode estar relacionado ao aumento dos custos pós-pandemia, especialmente das passagens aéreas.

Figura 11 - Linha do tempo de valor investido por estudante - *Incoming*



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Figura 12 - Linha do tempo de valor investido por estudante - *outgoing*



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A escolha da universidade de destino, por parte dos estudantes interessados nas mobilidades, é limitada pelas instituições com as quais a universidade de origem estabeleceu acordos de vagas recíprocas. No PEEG, os Delegados Assessores, durante uma das reuniões, entram em contato com as instituições com as quais têm interesse em firmar acordos de vagas recíprocas para a convocatória do ano

seguinte. Na prática, isso significa que, em um acordo de vagas, necessariamente haverá um estudante indo para uma determinada instituição e, igualmente, um vindo dessa instituição (desde que haja candidatos).

Esse tipo de arranjo fica evidente a partir da análise das Tabelas 1 e 2 do Apêndice B, nas quais é possível identificar as instituições que foram destino dos estudantes da UFSCar no período de 2001 a 2024, bem como as instituições de origem dos estudantes que realizaram mobilidade na UFSCar no mesmo período e suas respectivas universidades de origem. Pode-se observar que não há grande variação entre o número de estudantes recebidos e enviados entre as instituições, justamente pela configuração de vagas recíprocas do programa.

A escolha das universidades com as quais se estabelecem vagas é discricionária dos Delegados Assessores, levando em conta os interesses de suas instituições de origem, o direcionamento estratégico e o bom relacionamento entre os gestores das mobilidades.

Foi possível precisar a data de nascimento de 553 estudantes, somando-se *incoming* e *outgoing*, no período de 2001 a 2024. Para chegar a uma idade aproximada dos participantes, a data de nascimento foi subtraída da data aproximada do início da mobilidade (01/03 para mobilidades no primeiro semestre e 01/08 para mobilidades no segundo). A partir do resultado dessa subtração foi aplicada uma fórmula de cálculo de média simples, somando as idades e dividindo o resultado pelo número de ocorrências.

Os resultados não apontam grandes variações na idade dos estudantes que realizam mobilidade no âmbito do PEEG, evidenciando uma idade média de 24 anos para discentes *incoming*. A amplitude da amostra demonstra que a menor e a maior idade registradas são, respectivamente, 20 e 42 anos. Importante destacar que foram localizados três discentes com idade superior a 30 anos, sendo 38, 40 e 42, o que sugere a possibilidade de que o cadastro tenha sido feito de forma equivocada. Nas mobilidades *outgoing* a média resultou em 22 anos, tendo como mínimos e máximos, 19 e 30 anos, respectivamente.

Pode parecer pouco significativo analisar a idade dos participantes, sobretudo de estudantes de graduação, porém, a AUGM realizou uma importante mudança no regulamento do programa e que pode representar um panorama diferente em mobilidades futuras. Até o primeiro semestre de 2023, o item 09 do Regulamento do Programa ESCALA de Estudantes de Graduação (AUGM, 2024f) limitava a

participação a estudantes menores que 30 anos. Em junho de 2023, o Conselho de Reitores da AUGM aprovou a supressão do item e retirou as limitações de idade para participação (AUGM, 2024a).

Na busca por adotar políticas de inclusão, a SRInter, a partir de 2023, passou a atribuir um ponto adicional nos processos de seleção interna para discentes que ingressaram na UFSCar em alguma das categorias com reserva de vagas, que são:

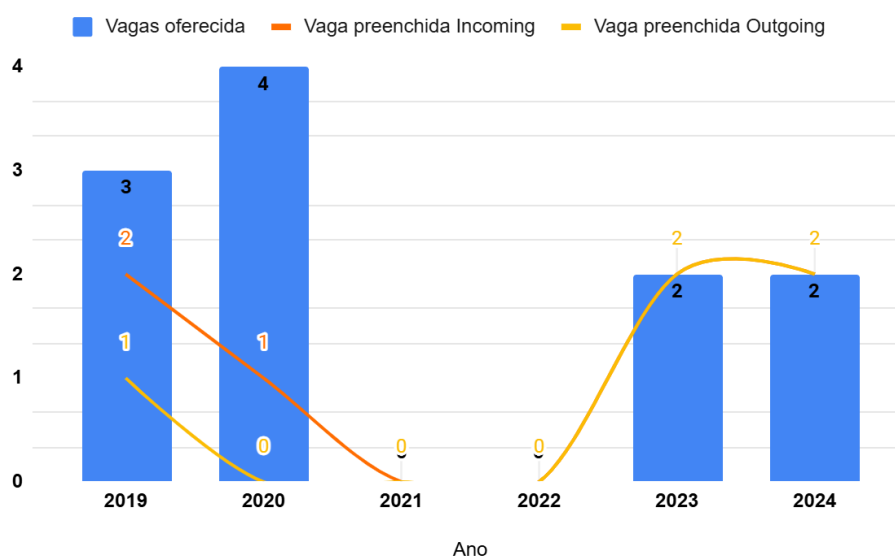
- 1B Pessoa Preta/Parda/Indígena com renda inferior ou igual a 1 salário mínimo de escola pública
- 2B Quilombola com renda inferior ou igual a 1 salário mínimo de escola pública
- 3B Pessoa com deficiência com renda inferior ou igual a 1 salário mínimo de escola pública
- 4B Pessoa com renda inferior ou igual a 1 salário mínimo de escola pública;
1I Pessoa Preta/Parda/Indígena que, independentemente de renda seja de escola pública
- 2I Quilombola que, independentemente de renda seja de escola pública
- 3I Pessoa com deficiência que, independentemente de renda seja de escola pública
- 4I Pessoa que, independentemente de renda, seja de escola pública

Os dados demonstram que entre 2023 e 2024, dos 14 estudantes que realizaram mobilidade *outgoing*, 10 deles são ingressantes em alguma das categorias mencionadas acima. Além disso, entre estes 10, 4 recebem algum auxílio assistencial da UFSCar e, dentre estes, 2 residem na moradia estudantil.

5.2 - PROGRAMA ESCALA DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO - PEEPG

Por ser um programa recente na AUGM, em comparação aos demais, ainda há poucos dados disponíveis para tirar conclusões sobre as mobilidades no âmbito do PEEPg. Todavia, essas informações são importantes e devem ser coletadas e organizadas de forma que possam ser utilizadas futuramente na criação de indicadores.

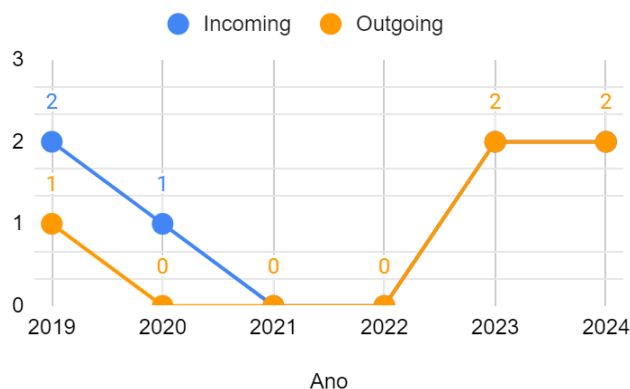
Figura 13 - Relação entre o número de vagas oferecidas e número de vagas preenchidas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Como exemplo, a Figura 13 apresenta a relação de vagas oferecidas pela UFSCar nas convocatórias de 2019 a 2024 e o efetivo preenchimento delas, tanto nas modalidades *incoming* quanto *outgoing*. Em 2019, a UFSCar aderiu à convocatória e ofereceu três vagas para estudantes *incoming*, das quais apenas duas foram preenchidas, e três vagas *outgoing*, das quais apenas uma foi preenchida. O não preenchimento das vagas *outgoing* ocorre, principalmente, devido ao não aceite do candidato pela instituição de destino, que é responsável por avaliar a proposta de mobilidade e o plano de trabalho proposto pelo discente, decidindo por sua aceitação ou não. Já nas mobilidades *incoming*, nas quais a UFSCar é a universidade de destino, o não preenchimento ocorre pela ausência de candidatos.

**Figura 14 - Linha do tempo de número de estudantes em mobilidade
*incoming e outgoing***



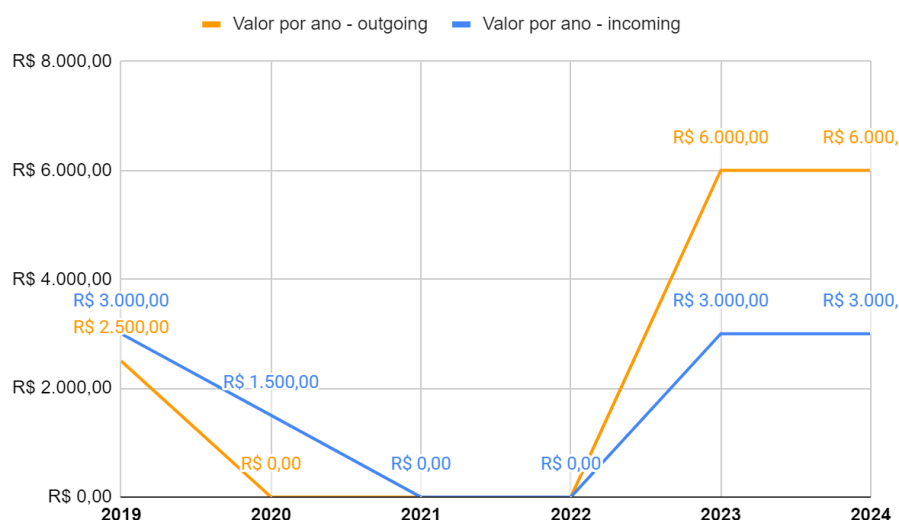
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Ao analisar a Figura 14, é possível ter mais clareza quanto ao número de mobilidades efetivamente realizadas por estudantes de pós-graduação, com o início do programa em 2019, seguido por uma queda abrupta devido ao período de pandemia da COVID-19. A figura também permite observar que a UFSCar retomou sua participação no programa em 2023, com dois estudantes da universidade realizando mobilidade no exterior e dois estudantes internacionais realizando mobilidade na UFSCar, fato que se repete em 2024.

O PEEPg demanda um investimento financeiro consideravelmente menor em comparação ao PEEG, sobretudo para as mobilidades *incoming*. Isso se deve ao fato de que a UFSCar oferece vagas de mobilidade para períodos de até 30 dias, pelos quais deve custear as despesas com hospedagem e alimentação dos intercambistas. Isso implica em um único pagamento, ao contrário do PEEG, que demanda pagamento pelo período de um semestre. Apurou-se que, desde 2019, é concedido um auxílio financeiro de R\$1.500,00 para os estudantes que realizam atividades de intercâmbio na UFSCar, além de gratuidade nas refeições fornecidas pelo Restaurante Universitário. O mesmo valor é praticado nos anos de 2023 e 2024, conforme se demonstra na Figura 15. Também é demonstrado que para as mobilidades *outgoing*, investiu-se o valor de R\$2.500,00 para cada estudante, no ano de 2019, e R\$3.000,00 para cada um a partir de 2023.

Analisando os editais das convocatórias 2019, 2020, 2023 e 2024 ficou demonstrada uma mudança significativa na forma de financiamento das mobilidades *outgoing*. Os editais 13/2018 e 25/2019 determinavam que estas mobilidades eram financiadas pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, e que os “recursos financeiros serão oriundos da Fonte de Recursos PROAP/CAPES específica para o Edital, para aquisição de passagem aérea” (UFSCar, 2024e), sem especificar o valor a ser pago. Já os editais 19/2022 e 16/2023 (UFSCar, 2024f, 2024g) garantem o financiamento das mobilidades, com recursos da UFSCar/SRIInter, e estipulam o valor de R\$3.000,00 para cada estudante. Não foi possível localizar documentos que justifiquem essa mudança, mas cabe uma investigação da motivação, sobretudo por haver uma correlação entre a mudança na forma de financiamento com a diminuição no número de vagas oferecidas, conforme apresentado na Figura 14.

Figura 15 - Investimento financeiro pós-graduação

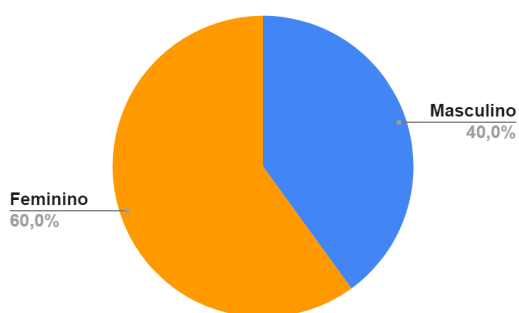


Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Para apurar a diversidade de gênero dos participantes, foram utilizadas as informações constantes nos formulários de inscrição e documentos pessoais. Os documentos possuem declarações binárias (masculino e feminino), não contemplando outras identidades de gênero. Conforme mencionado no PEEG, a SRIInter passou a incluir a opção de não-binário, bem como campo aberto a outras identidades e a não declaração, a partir de 2023.

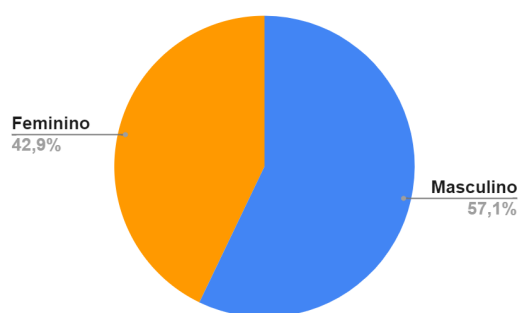
Os percentuais apresentados nas figuras abaixo representam um universo de 7 estudantes *incoming* e 5 *outgoing*, e demonstram uma proporção próxima do equilíbrio entre estudantes do gênero masculino e feminino.

Figura 16 – Distribuição por gênero dos estudantes de pós-graduação *outgoing*



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Figura 17 - Distribuição por gênero dos estudantes de pós-graduação *incoming*



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

As mobilidades *outgoing* no âmbito do PEEPg, conforme a Tabela 3, demonstram uma prevalência, ainda que pequena, de cursos da área de Exatas, sobretudo pela participação frequente de estudantes do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, que representam 60% do total de participantes. Além disso, observa-se uma preferência dos alunos deste programa pela *Universidad Nacional del Litoral*, da Argentina, como instituição de destino. Os demais estudantes, presentes na tabela, realizam seus estudos em áreas diferentes, como Ciências Humanas e Biológicas; no entanto, ambos elegeram a *Universidad Nacional de Cuyo* como destino. Isso demonstra que 100% dos estudantes realizaram mobilidades na Argentina, o que pode ser relacionado ao fato de que este país, juntamente com o Brasil, possui o maior número de universidades membros da AUGM e, conseqüentemente, o maior número de vagas disponibilizadas no programa.

Em relação ao nível de estudos, destaca-se uma proporção de três estudantes de doutorado e dois de mestrado. Sobre esse tema, é importante ressaltar que os editais lançados pela SRInter priorizam o equilíbrio no número de vagas para cada nível. Por exemplo, o edital SRInter nº 16/2023 estabelece uma vaga para cada nível de estudo.

Tabela 3 - Mobilidades PEEPg - *Outgoing*

Ano	Programa	Área	Nível	Campus	Universidade de destino	País
2019	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana	Exatas	Doutorado	São Carlos	Universidad Nacional de Cuyo	Argentina
2023	Programa de Pós-Graduação em Educação	Humanas	Mestrado	São Carlos	Universidad Nacional de Cuyo	Argentina
2023	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana	Exatas	Doutorado	São Carlos	Universidad Nacional del Litoral	Argentina
2024	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana	Exatas	Mestrado	São Carlos	Universidad Nacional del Litoral	Argentina
2024	Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas	Biológicas	Doutorado	São Carlos	Universidad Nacional de Cuyo	Argentina

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A UFSCar recebeu mais estudantes de pós-graduação do que enviou, conforme a Tabela 4, o que pode indicar que os estudantes da UFSCar enfrentaram desvantagem na competição pelas vagas no exterior, que são mais disputadas.

Observa-se um equilíbrio maior nas áreas de estudo dos intercambistas *incoming*, visto que, das sete mobilidades, três são de Ciências Exatas, três de Ciências Humanas e uma de Ciências Biológicas. Há uma maior diversidade em relação às universidades de origem, quando comparadas às de destino na Tabela 3, pois é possível identificar cinco universidades diferentes. No entanto, não há grande variação quando se analisa o nível de estudos, já que as mobilidades de estudantes de doutorado são mais frequentes (70%). Não há uma gestão específica da UFSCar, no caso das mobilidades *incoming*, para buscar equilíbrio na proporção dos níveis de estudo em relação ao número de vagas, pois a seleção é de responsabilidade das universidades de origem.

Tabela 4 - Mobilidades PEEPg - *Incoming*

Ano	Programa realizado na UFSCar	Área	Nível	Campus	Universidade de origem	País
2019	Programa de Pós-Graduação em Educação	Humanas	Doutorado	São Carlos	Universidad Nacional de La Plata	Argentina
2019	Programa de Pós-Graduação em Física	Exatas	Doutorado	São Carlos	Universidad Nacional de Mar del Plata	Argentina
2020	Programa de Pós-Graduação em Química	Exatas	Doutorado	São Carlos	Universidad de la República	Uruguai
2023	Programa de Pós-Graduação em Sociologia	Humanas	Mestrado	São Carlos	Universidad Nacional del Litoral	Argentina
2023	Programa de pós-Graduação em Imagem e Som	Humanas	Mestrado	São Carlos	Universidad de la República	Uruguai
2024	Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais	Biológicas	Doutorado	São Carlos	Universidad Nacional de Córdoba	Argentina
2024	Programa de Pós-Graduação em Química	Exatas	Doutorado	São Carlos	Universidad de la República	Uruguai

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Destaca-se, nas Tabelas 3 e 4, que todos os estudantes que realizaram mobilidade no âmbito do PEEPg são de programas de pós-graduação do campus São Carlos, fato que demanda atenção especial. Verificou-se nos arquivos da SRInter que, desde o primeiro edital da convocatória, de 2019 até a convocatória de 2025, não houve nenhuma candidatura de outros campi. Isso gerou a necessidade de investigar mais profundamente a possível motivação para essa ausência. O campus São Carlos concentra quase 70% dos programas de pós-graduação da UFSCar, mas isso não justifica a ausência de candidatos de outros campi.

Analisando os editais de seleção interna da SRInter (nºs 13/2018, 25/2019, 19/2022, 16/2023 e 19/2024), observa-se que apenas o primeiro possui alguma restrição quanto ao perfil de candidatos, pois limitava as candidaturas a estudantes de doutorado matriculados em programas pertencentes aos Centros do campus São Carlos (Centro de Ciências Biológicas e de Saúde - CCBS, Centro de Ciências

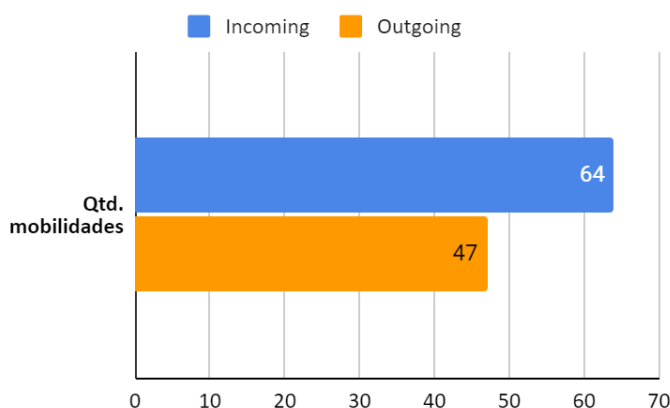
Exatas e de Tecnologia - CCET, e Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH) e a um centro do campus Sorocaba (Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade - CCTS). Os demais editais não apresentam quaisquer restrições quanto ao campus ou à área de estudos. Essa situação evidencia a necessidade de um aprofundamento nas investigações, com o intuito de averiguar a motivação para a falta de representatividade dos campi Sorocaba, Araras e Lagoa do Sino nas candidaturas.

5.3 - PROGRAMA ESCALA DOCENTE - PED

Assim como mencionado no PEEG, este programa também carece de dados brutos contínuos para a elaboração de séries históricas, portanto, os períodos de apuração são recortados de acordo com a disponibilidade de informações.

Os arquivos permitem apurar a concretização de mobilidades docentes no âmbito do PED, entre 2006 e 2024, na proporção de 64 docentes que realizaram mobilidade na UFSCar e outros 47 docentes da UFSCar que realizaram mobilidade no exterior em universidades membros da AUGM, conforme a Figura 18.

Figura 18 - Quantidade de mobilidades docentes no período de 2006 a 2024 - *incoming* e *outgoing*

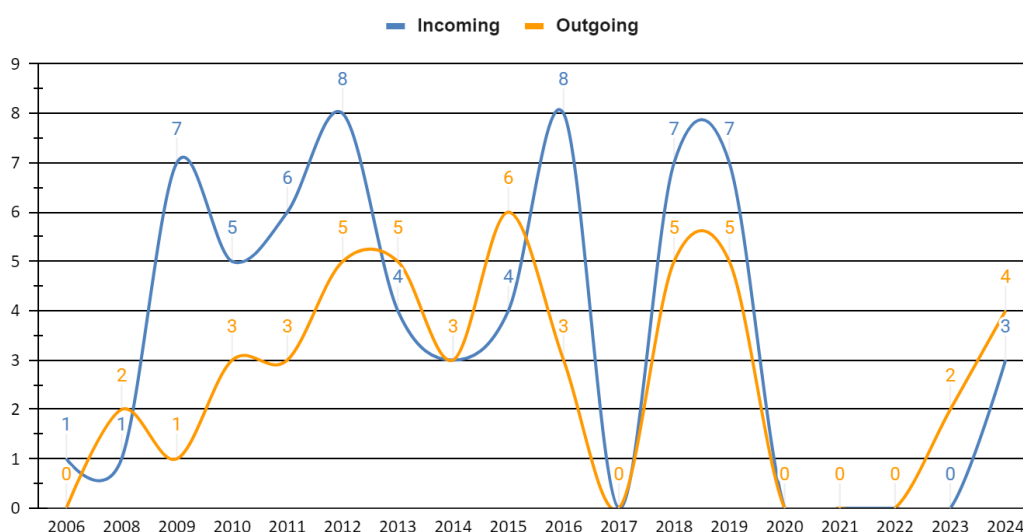


Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Por meio da Figura 19 foi possível demonstrar a evolução da participação da UFSCar no programa, de 2006 a 2024, evidenciando-se uma consistência na oferta de vagas, exceto nos anos de 2017, em que, segundo os arquivos, não foi possível

a participação devido à falta de recursos financeiros; e de 2020, 2021 e 2022, em decorrência da pandemia de COVID-19. A mesma figura corrobora a situação apresentada na Figura 18 sobre a diferença entre os números *incoming* e *outgoing*. É possível identificar que a UFSCar atraiu mais docentes internacionais do que teve seus docentes atraídos para mobilidades nas universidades membros da AUGM. Considerando que o PED possui um sistema de vagas recíprocas, as vagas nas instituições de destino com as quais a UFSCar acordou são garantidas para aquele período. Ou seja, podemos inferir que não houve candidatos da UFSCar para o preenchimento das vagas.

Figura 19 - Linha do tempo de mobilidades docente por ano no período de 2006 a 2024 - *incoming* e *outgoing*



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Assim como em outros programas de mobilidade, o período da pandemia impactou significativamente a série histórica. Cabe destacar que a UFSCar participou da convocatória de 2020 e realizou o processo de seleção, porém, as mobilidades não puderam ser concretizadas. A retomada ocorreu em 2023, quando foram ofertadas três vagas no edital de seleção interna (UFSCar, 2024f), mas apenas dois docentes efetivamente realizaram a mobilidade.

É relevante observar que, nessa convocatória, não houve candidaturas de docentes internacionais para mobilidade na UFSCar, gerando um movimento oposto

aos períodos anteriores. A mesma tendência se repetiu na convocatória de 2024 (UFSCar, 2024g), com quatro vagas preenchidas na seleção interna para as mobilidades *outgoing*, mas apenas três efetuadas na modalidade *incoming*.

O formulário de candidatura do PED, modelo próprio da AUGM, não possui campos para declaração de gênero ou data de nascimento e é válido para as duas modalidades, *outgoing* e *incoming*. Até 2019, as candidaturas nos editais da SRInter eram realizadas exclusivamente com este formulário, acompanhado do currículo Lattes e de uma carta-convite. Dessa forma, não é possível determinar o gênero declarado e a idade dos participantes entre 2008 e 2019. A partir de 2023, os editais internos passaram a utilizar formulários digitais que incluem questões sobre autodeclaração de gênero e data de nascimento.

No intuito de buscar alternativas para a apuração de gênero, foram utilizadas fontes alternativas de informações como passaportes e cadastro dos docentes da UFSCar no SCDP, todavia, há lacunas nos dados e informações não localizadas que foram classificadas como “Não identificado”.

Para as mobilidades *incoming* o formulário segue o mesmo modelo, mas as candidaturas devem ser acompanhadas de um documento pessoal de identificação, permitindo a extração do gênero e data de nascimento com maior agilidade. No entanto, observou-se que documentos emitidos pela República Oriental do Uruguai não contêm essa informação, gerando lacunas na série histórica

Tabela 5 - Distribuição por gênero no Programa ESCALA Docente segundo modalidades *outgoing* e *incoming*

Gênero	<i>Outgoing</i>	<i>Incoming</i>
Feminino	12	21
Masculino	16	21
Não identificados	19	22
Total	47	64

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O número de docentes do gênero feminino (12 *outgoing*, 21 *incoming*) é menor do que o de docentes masculinos (16 *outgoing*, 21 *incoming*), embora a diferença não seja muito grande. A categoria “Não identificados” apresenta os maiores números, sugerindo que há uma parcela significativa de docentes dos quais não foi possível encontrar o gênero na análise documental. A quantidade de “não identificados” sugere que não é possível assumir conclusões sobre a diversidade de

gênero nas mobilidades, visto que a margem para a prevalência entre um gênero e outro é grande.

O levantamento dos investimentos financeiros em mobilidades docentes revelou que a modalidade *outgoing* é financiada por meio da aquisição de passagens aéreas via agência de viagens contratada pela administração. Apesar de registros desde 2008, só foi possível elaborar uma série histórica ininterrupta dos valores das passagens a partir de 2013, devido à ausência de alguns dados anteriores nos arquivos da SRInter e ao fato de que, até então, esses valores não eram registrados no SCDP.

**Tabela 6 - Valor total e médio de passagens por ano
- *outgoing* 2013 a 2024**

Ano	Valor total em passagens	Número de mobilidades	Valor médio de passagens
2013	R\$ 14.148,53	5	R\$ 2.829,71
2014	R\$ 7.418,50	3	R\$ 2.472,83
2015	R\$ 17.595,32	6	R\$ 2.932,55
2016	R\$ 3.015,98	3	R\$ 1.005,33
2018	R\$ 9.695,03	5	R\$ 1.939,01
2019	R\$ 10.982,51	5	R\$ 2.196,50
2023	R\$ 11.512,67	2	R\$ 5.756,34
2024	R\$ 15.811,50	4	R\$ 3.952,88

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

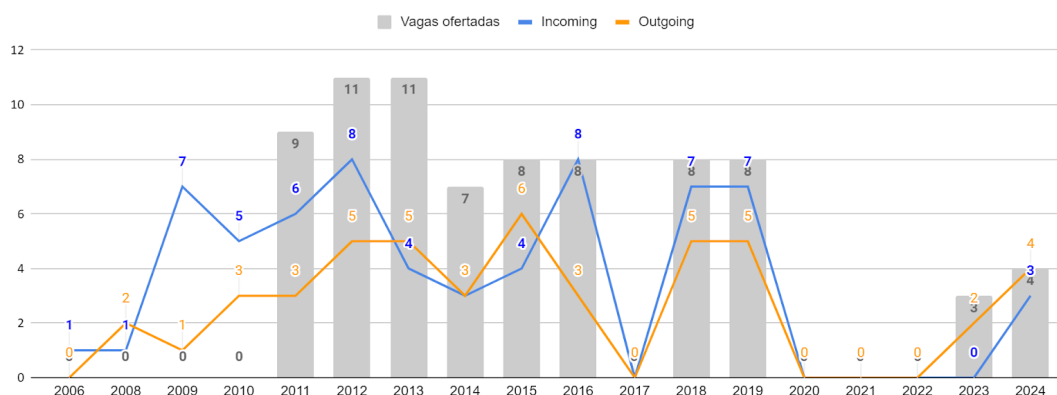
A análise combinada da Tabela 6 com a Figura 19 algumas tendências:

- De 2011 a 2024, constatou-se que, em praticamente todos os anos, nem todas as vagas oferecidas foram preenchidas;
- A UFSCar parece ser mais atrativa para docentes estrangeiros, do que seus docentes atraídos por instituições membro da AUGM. Isso se evidencia ao comparar o número de vagas ofertadas e a proporção de docentes da instituição que realizaram mobilidade no âmbito do PED;
- Houve uma redução no número de vagas ofertadas ao longo dos anos: 11 vagas/ano entre 2011 e 2013, 8 vagas/ano de 2014 a 2019 e apenas 3 ou 4 vagas em 2023 e 2024. Não há registros documentais

que explicam essa queda, mas a baixa procura por parte dos docentes da UFSCar pode ser um fator contribuinte;

- O principal declínio no número de vagas ocorreu no período pós-pandemia, quando a oferta foi reduzida pela metade em comparação ao período anterior. Em 2023, observou-se uma retomada cautelosa da mobilidade docente, semelhante ao que ocorreu nos programas de mobilidade discente. Em 2024, o número de vagas oferecidas passou de 2 para 4, indicando um sinal de maior segurança, mas ainda de forma contida;
- O custo das passagens aéreas pode estar diretamente relacionado à redução das vagas, especialmente nos últimos anos. A análise da Tabela 6 revela um aumento significativo no valor médio das passagens em comparação com períodos anteriores. Para esse cálculo, não foram considerados fatores como antecedência na aquisição, cidade ou país de destino. No entanto, é importante ressaltar que foram registradas 27 viagens para a Argentina e 6 para o Uruguai.

Figura 20 - Linha do tempo PED de vagas ofertadas e vagas preenchidas *incoming* e *outgoing*

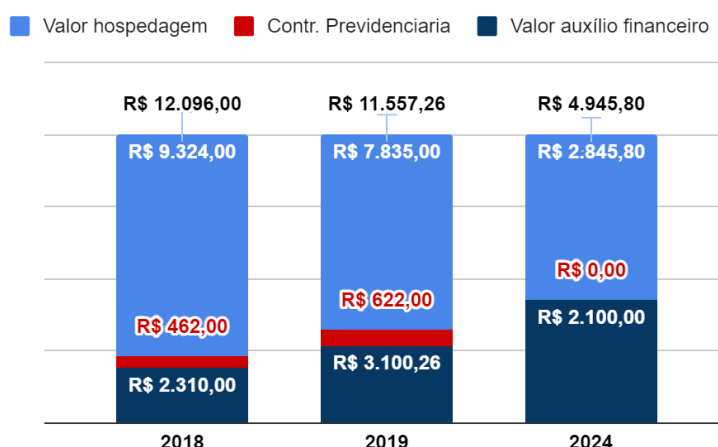


Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Apurou-se que o investimento financeiro para as mobilidades *incoming* é composto por pagamento de auxílio financeiro em espécie, hospedagem em hotéis conveniados (para os *campi* que possuem essa opção) e, até 2019, pagamento de

percentual de contribuição previdenciária calculada sobre o valor total do auxílio financeiro. O recorte temporal analisado compreende o período entre 2018 e 2019 pois, apesar de haver dados de períodos anteriores referentes a pagamento de auxílio financeiro, faltam informações referentes ao valor das diárias em hotéis conveniados. A figura 21 apresenta os valores investidos nas mobilidades *incoming*, nos anos 2018, 2019 e 2024 e a partir dela podemos concluir que o valor médio investido na mobilidade de cada docente foi de R\$1.728,00, R\$1.653,89 e R\$1.648,60, respectivamente. Os resultados sugerem um equilíbrio entre o custo das mobilidades *incoming* ao longo do período apurado, em contraponto aos custos relacionados às *outgoing*.

Figura 21 - Investimento financeiro PED *incoming* por ano



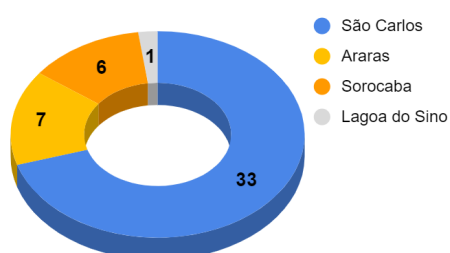
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Para compreender as unidades acadêmicas envolvidas no envio e recepção de docentes, buscou-se identificar os departamentos e/ou programas de pós-graduação que enviaram docentes, bem como emitiram convites no âmbito do PED. O levantamento, constante no Apêndice C, revela que a área de Engenharia de Produção, composta pelo Departamento de Engenharia de Produção (campus São Carlos e Sorocaba) e o Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, liderou a mobilidade docente com 5 enviados e 8 recebidos. Essa liderança é acompanhada da área de Letras, composta pelo Departamento de Letras e pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística, que juntos enviaram 4 docentes e receberam 8. Outras unidades com destaque nos movimentos de mobilidade neste

programa são o Departamento de Engenharia Civil, com 4 enviados e 5 recebidos, e o Departamento de Tecnologia Agroindustrial e Socioeconomia Rural, que tanto enviou, quanto recebeu, 05 docentes⁶.

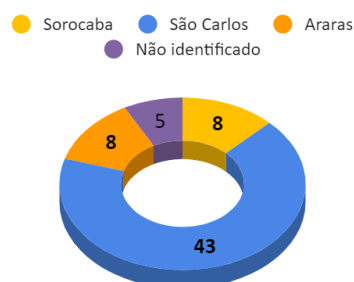
Assim como evidenciado no Programa ESCALA de Estudantes de Graduação, no PED podemos observar a mesma relação de uma maior atratividade da UFSCar no campo das exatas, sobretudo das engenharias.

Figura 22 - Participação docente por campus - *outgoing*



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Figura 23 - Participação docente por campus - *incoming*⁷



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

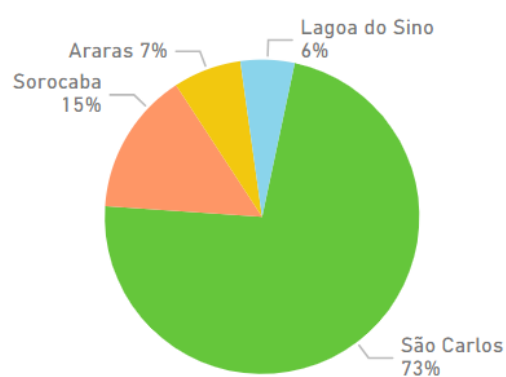
Segundo os indicadores da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFSCar (UFSCar, 2025), a instituição possui, em fevereiro de 2025, 1.244 docentes efetivos, distribuídos nos quatro campi na proporção de: São Carlos - 905 (73% do total), Sorocaba - 183 (15% do total), Araras - 87 (7% do total) e Lagoa do Sino - 69 (6% do total). Se analisarmos proporcionalmente a quantidade de mobilidades por campus, conforme Figuras 22 e 23, encontramos uma situação próxima do equilíbrio na modalidade *outgoing*, visto que São Carlos representa 70,21% e Araras 14,89%. Em contrapartida, os campi Sorocaba e Lagoa do Sino representam, respectivamente 12,77% e 2,13%, ou seja, abaixo da proporcionalidade mencionada anteriormente. Esta situação indica uma possível necessidade de verificação dos procedimentos e de políticas internas de distribuição proporcional de vagas.

⁶ Observa-se, nos documentos da SRInter, que as cinco mobilidades *outgoing* foram realizadas pelo mesmo docente, em anos diferentes. Já nas mobilidades *incoming*, apurou-se que entre as cinco realizadas, três delas foram pelo mesmo docente, também em anos diferentes.

⁷ As mobilidades classificadas como "não identificado", na figura 23, representam lacunas nas informações, ou seja, há registros parciais das mobilidades, porém, não permitem a identificação da unidade acadêmica que recebeu o docente.

Nas mobilidades *incoming* também observamos um equilíbrio, com uma pequena vantagem na comparação proporcional, entre os campi Araras e Sorocaba (cada um representando 12,50% das mobilidades). O campus São Carlos representou 67,19% das atividades de recepção dos docentes. Destaca-se ainda, que em 12,50% das mobilidades não foi possível localizar o departamento e campus de destino, as quais foram denominadas como “Não identificado” na Figura 23.

Figura 24 – Percentual de vagas ocupadas por campus da Universidade Federal de São Carlos



Fonte: Indicadores ProGP. UFSCar, 2025.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento e a sistematização dos dados relacionados à mobilidade acadêmica de discentes e docentes, da e na UFSCar, nos programas ESCALA da AUGM, evidenciam o compromisso da universidade com o grupo, por meio da participação constante em suas atividades.

As informações relacionadas ao Programa ESCALA de Estudantes de Graduação demonstram que ele é o mais antigo da AUGM, com participação constante da UFSCar desde 2001. No período analisado, de 2001 a 2024, 584 estudantes de graduação participaram do programa em diversos cursos e áreas do conhecimento. A análise dos dados também evidenciou a necessidade de aperfeiçoar a gestão da mobilidade acadêmica, uma vez que a ausência de dados sistematizados até o momento dificultava a avaliação precisa do impacto dessas mobilidades na formação dos participantes e no fortalecimento das relações institucionais da UFSCar. Esse fator impactou as séries históricas e gerou inconsistências nos recortes temporais analisados. Dessa forma, ressalta-se a importância da padronização na coleta e arquivamento das informações, processo que se tornou mais eficiente com a informatização dos dados. A proposta de sistematização, visando a criação de indicadores, apresentada neste trabalho, busca suprir essa lacuna e fornecer subsídios para futuras tomadas de decisão.

No que concerne ao Programa ESCALA de Estudantes de Pós-Graduação, os documentos demonstram que se trata de um programa relativamente recente, cuja participação da UFSCar teve início na convocatória de 2018, com mobilidades realizadas a partir de 2019. Essa iniciativa foi impactada pela pandemia, gerando um hiato de três anos, período em que o programa poderia ter se fortalecido internamente na universidade. Há margem para ampliação da participação, considerando que o investimento financeiro nas mobilidades de pós-graduação é relativamente baixo. Uma alternativa para o custeio dessas mobilidades seria a articulação com os programas de pós-graduação, buscando alternativas de financiamento. O fato de ser um programa recente implica a existência de poucos dados a serem analisados, dificultando a identificação de padrões.

O Programa ESCALA Docente também conta com uma participação significativa da UFSCar desde 2006, tendo proporcionado mobilidade para 111 docentes. Destaca-se que a UFSCar recebe mais docentes do que envia no âmbito desse programa, o que pode indicar um menor interesse dos docentes da instituição

em realizar mobilidades para países da América do Sul, todavia, é necessário uma análise aprofundada sobre o tema, com objetivo de investigar o que gera este tipo de resultado. Além disso, o número de vagas no programa diminuiu após a pandemia, possivelmente em razão do aumento dos custos com passagens aéreas internacionais. No entanto, a representação dos diferentes campi da UFSCar nas mobilidades mostrou-se equilibrada, considerando os percentuais de docentes que participaram em relação ao total de docentes em cada campus.

Outro ponto relevante é o papel dos docentes não apenas como participantes da mobilidade, mas também como representantes institucionais dentro da AUGM, a partir da atuação em Núcleos Disciplinares, Comitês Acadêmicos e Comissões Permanentes pode fortalecer o posicionamento da UFSCar na rede e ampliar suas possibilidades de colaboração internacional. Um aprofundamento nessa dimensão pode trazer novas perspectivas para a gestão e o impacto desses programas.

As áreas do conhecimento predominantes nas mobilidades indicam uma preferência de discentes estrangeiros pelos cursos da área de ciências exatas da UFSCar, enquanto os estudantes da UFSCar que buscam mobilidade pertencem majoritariamente às ciências humanas. O mesmo padrão foi observado nas mobilidades docentes, com uma maior concentração de docentes recebidos em departamentos ligados às ciências exatas.

No quesito diversidade de gênero, observou-se uma predominância de discentes do gênero feminino tanto na graduação quanto na pós-graduação. Entretanto, apenas a partir de 2023 a SRInter passou a incluir outras opções de gênero, além do binário, nos formulários para estudantes de graduação. Para docentes e discentes de pós-graduação, os formulários da AUGM ainda não contemplam questões relacionadas ao gênero, o que demanda que a SRInter adote mecanismos complementares de apuração, como formulários adicionais. Os resultados referentes à diversidade de gênero também demonstram uma necessidade de aprofundamento da pesquisa, objetivando identificar a causa dos resultados apresentados e os impactos que eles geram na internacionalização da universidade.

Uma grande lacuna nos dados da AUGM é a ausência de informações sobre cor e raça, dado relevante para as instituições brasileiras na avaliação de políticas de inclusão. Sugere-se que a SRInter inclua questões sobre cor e raça em formulários adicionais ou modifique os existentes sempre que possível. No âmbito

da inclusão, a SRInter tem trabalhado para fortalecer políticas institucionais, como a concessão de pontuação adicional em editais para discentes de graduação ingressantes por meio de reserva de vagas.

Os dados demonstram que o número de vagas nos programas de mobilidade cresceu até 2019, mas apresentou queda após a pandemia de COVID-19 entre 2020 e 2022, sem retornar aos níveis anteriores a partir de 2023. Houve uma diminuição significativa na oferta de vagas no Programa ESCALA de Estudantes de Graduação, influenciada pela mudança na forma de financiamento das mobilidades *incoming*, resultando em um aumento no investimento por estudante.

Este estudo ressalta a importância da internacionalização para além da mobilidade acadêmica. Estratégias como a cooperação em pesquisa, a internacionalização do currículo e o fortalecimento de redes institucionais são fundamentais para consolidar a UFSCar como um polo acadêmico de referência na América Latina.

Como perspectivas futuras, sugere-se o aprofundamento da análise sobre os impactos da mobilidade acadêmica nos percursos acadêmicos e profissionais dos participantes. Estudos longitudinais podem fornecer uma visão mais clara dos benefícios e desafios enfrentados por aqueles que realizam a mobilidade, bem como das contribuições que trazem para suas instituições de origem e destino. Um aprofundamento dessas relações pode buscar, por exemplo, a existência de publicações e colaborações acadêmicas entre as pessoas e instituições envolvidas.

Por fim, é importante considerar a necessidade futura de criação de indicadores de impacto para as mobilidades realizadas no âmbito dos diversos programas da AUGM, ou seja, buscar a criação de uma ferramenta que permita a mensuração da política de internacionalização e os produtos que dela são produzidos. Como exemplo, sugere-se a criação de indicador que leve em consideração os produtos gerados a partir da mobilidade, como publicações de artigo em parcerias internacionais, artigos em eventos científicos internacionais, participação em redes internacionais, entre outros fatores que podem ser considerados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C.; COSTA, L. **Internacionalização das Instituições de Ensino Superior: premissas e impactos nos estudantes em mobilidade**. DEDiCA: Revista de Educação e Humanidades, março de 2014.

AUGM, Associação de Universidades Grupo de Montevideú. **Apresentação**. Disponível em: <http://grupomontevideo.org/site/institucional/presentacion/>. Acesso em: 2023a.

AUGM, Associação de Universidades Grupo de Montevideú. **ESCALA Virtual Grado**. Disponível em: <http://grupomontevideo.org/site/ESCALA-virtual-grado/>. Acesso em: 2023b.

AUGM, Associação de Universidades Grupo de Montevideú. **ESCALA Virtual Posgrado**. Disponível em: <http://grupomontevideo.org/site/ESCALA-virtual-posgrado/>. Acessado em: 2023c.

AUGM, Associação de Universidades Grupo de Montevideú. **Estatuto**. Disponível em: <http://grupomontevideo.org/site/estatutos-portugues/>. Acesso em: 2023d.

AUGM, Associação de Universidades Grupo de Montevideú. **Universidades membros**. Disponível em: <http://grupomontevideo.org/site/universidades-miembro/>. Acesso em: 2025.

AUGM, Associação de Universidades Grupo de Montevideú. **Regulamento Programa ESCALA de Graduação**. Disponível em: <http://grupomontevideo.org/ESCALAgrado/wp-content/uploads/2023/06/Regulamento-ESCALA-de-Estudantes-de-Graduacao-Port.-06.06.23.pdf>. Acesso em: 2024a.

AUGM, Associação de Universidades Grupo de Montevideú. **Regulamento do Programa ESCALA de Pós-graduação**. Disponível em: <http://grupomontevideo.org/ESCALAposgrado/wp-content/uploads/2023/06/Regulamento-ESCALA-POSGRADO-Port.-06.06.23.pdf>. Acesso em: 2024b.

AUGM, Associação de Universidades Grupo de Montevideú. **Oferta de Plazas 2024**. Disponível em: <http://grupomontevideo.org/ESCALAposgrado/index.php/plazas/>. Acesso em: 2024c.

AUGM, Associação de Universidades Grupo de Montevideú. **ESCALA Docente**. Disponível em: <http://grupomontevideo.org/ESCALAdocente/>. Acesso em: 2024d.

AUGM, Associação de Universidades Grupo de Montevideú. **Reglamento Programa ESCALA Docente**. Disponível em:

<http://grupomontevideo.org/ESCALAdocente/wp-content/uploads/2023/06/Reglamento-ESCALA-DOCENTE-06.06.23.pdf>. Acesso em: 2024e.

AUGM, Associação de Universidades Grupo de Montevideú. **Regulamento Programa ESCALA de Graduação - versão 2018**. Disponível em https://grupomontevideo.org/site/wp-content/uploads/2019/11/ESCALA_Estudantes_de_Grado_Regulamento_Gral.pdf. Acesso em: 2024f.

AUGM, Associação de Universidades Grupo Montevideú. **Pautas reglamentarias para el ingreso de nuevas universidades en la AUGM**. 2010 Disponível em: <https://grupomontevideo.org/site/wp-content/uploads/2015/11/Pautas-ingreso-de-nuevas-universidades.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2025.

BONNEFOY, J. C., ARMIJO, M. **Indicadores de desempeño em el sector público**. Santiago de Chile: ILPES, 2005

BRASIL, Ministério da Economia. **Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica Nº 18**. Disponível em: <http://mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/206-assuntos/categ-comercio-exterior/sgp-sistema-geral-de-preferencias/1804-sgp-acordo-de-alcance-parcial-de-complementacao-economica-n-18>. Acesso em: 2023c.

BRASIL, Ministério da Economia. **Estrutura Orgânica e Funcionamento**. Disponível em: <http://mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/206-assuntos/categ-comercio-exterior/sgp-sistema-geral-de-preferencias/1803-sgp-estrutura-organica-e-funcionamento>. Acesso em: 2023a.

BRASIL, Ministério da Economia. **Objetivo**. Disponível em: <http://mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/206-assuntos/categ-comercio-exterior/sgp-sistema-geral-de-preferencias/1800-sgp-objetivo>. Acesso em: 2023b.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Indicadores: Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública**. Brasília, setembro de 2012. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/ppas-anteriores/ppa-2012-2015/outros-documentos-do-ppa-2012-2015/121003_orient_indic_triangular.pdf. acesso em: abril de 2025.

BRASIL, Presidência da República. Decreto Nº 350, de 21 de novembro de 1991, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0350.htm. Acesso em: 2023.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, 2014. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm . Acesso em: julho 2024.

BRASIL/MEC. Ministério da Educação. Marca. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/marca> . Acesso em: 2024.

CANZANI, A. M. SOTELO, J. M. **Grupo Montevideo University Association**. In: GACEL-ÁVILA, J. (org). The International Dimension of Higher Education in Latin America and the Caribbean. RIESAL e Erasmus+program, 2018.

CASTELLS, M. A **Sociedade em Rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, volume 1, 6ª edição, 2002.

CASTRO, A. A.; CABRAL NETO, A. **O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina**. Revista Lusófona de Educação, n. 21, p. 69-96, 2012.

CERVO, A. L. **Socializando o desenvolvimento; uma história da cooperação técnica internacional do Brasil**. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, vol. 37, n. 1, 1994.

CNPQ. Ciências Sem Fronteiras. **Objetivos**. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciencia-sem-fronteiras/apresentacao-1>. Acesso em: julho de 2024.

DE WIT, H. **Measuring success in the internationalisation of higher education: an introduction**. In: De WIT, H. (org). Measuring success in the internationalisation of higher education. EAIE, 2009.

DE WIT, H. **Recent trends and issues in international student mobility**. International Higher Education, n. 59, p. 13-14, 2010.

DIDRIKSSON, A. Reformulación de la cooperación internacional en la educación superior de América Latina y el Caribe. Regional Centre for Higher Education in Latin America and the Caribbean (org.) **La Educación superior en el siglo XXI: visión de América Latina y el Caribe**. Vol I. Caracas, CRESALC/UNESCO, 1998, p. 1055 - 1080.

DIMAGGIO, P. J; POWELL, W. W. **A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais**. RAE: Revista de Administração de Empresas, vol. 45, n. 2, abril/junho 2005.

DUARTE, R. P. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia: **A Participação Brasileira na Organização Européia para Pesquisa Nuclear (CERN)**. Journal of Technology Management & Innovation, vol. 3, n. 4, 2008.

FAI/UFSCar, Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Sobre: Jornadas de Jóvenes Investigadores**. Disponível em: <https://jornadasaugm.faiufscar.com/pagina/3195-sobre#/> . Acesso em: 2023.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo**. Texto para discussão 1369. Brasília: IPEA, 2009.

FORIM, A. B. **Um estudo da mobilidade acadêmica internacional em cursos de graduação da Universidade Federal de São Carlos no âmbito dos programas AUGM, BRACOL, BRAMEX e acordos bilaterais de cooperação**. São Carlos: PPGGOSP, 2020.

FORIM, A. B.; RIGOLIN, C. C. D. **Um estudo da mobilidade acadêmica internacional em cursos de graduação da Universidade Federal de São Carlos no âmbito dos programas AUGM, Bracol, Bramex e Acordos bilaterais de cooperação**. Campinas/Sorocaba: Revista da Avaliação da Educação Superior, vol. 27, n. 02, julho 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAZIANO, V. T; CAIXETA, M. B. **A Cooperação Sul-Sul no Mercosul: um caminho para a integração regional autônoma**. Marília, BJIR: Brazilian Journal of International Relations, vol. 10, n. 1, janeiro/abril 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40544.pdf> . Acesso em: abril de 2025.

KNIGHT, J. **An Internationalization Model: Responding to New Realities and Challenges**. In: Higher Education in Latin America - The International Dimension. Washington DC, The World Bank, 2005.

KNIGHT, J. **Higher Education in Turmoil: The Changing World of Internationalization**. Holanda: Sense Publishers, 2008.

KNIGHT, J. **Understanding Education Hubs within the Context of Crossborder Education**. In: Knight, Jane (Ed.). *International Education Hubs: student, talent, knowledge-innovation models*. New York: Springer, 2014.

KREIMER, P. **Internacionalização e tensões da ciência latino-americana**. São Paulo: Revista Ciência e Cultura, vol. 63, n. 2, 2011.

LEAL, C.; RAMOS, K. M. C. **Mobilidade Estudantil Internacional: contributos para o desenvolvimento pessoal e formação académico-profissional no Ensino Superior**. In: 2ª Conferência do Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa: por um Ensino Superior de Qualidade nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, 2012, Macau. 2ª Conferência do Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, 2012. p. 13-14.

LEAL, F. G.; MORAES, M. C. B. **Política externa brasileira, cooperação sul-sul e educação superior: o caso do programa estudante-convênio de graduação**. Educação & Sociedade, v. 39, n. 143, p. 343–359, abr. 2018.

LIMA, M. C.; MARANHÃO, C.M. S. **Reflexões (ainda) necessárias acerca da mobilidade estudantil**. In: VIII Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2008.

LIMA, M. R. S. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 48, n. 1, junho/2005.

LOMBAS, M. L. DE S. **A mobilidade internacional acadêmica: características dos percursos de pesquisadores brasileiros**. Sociologias, v. 19, n. 44, p. 308–333, jan. 2017.

MAGALHÃES, M. T. Q. **Metodologia para desenvolvimento de sistemas de indicadores: uma aplicação no planejamento e gestão da política nacional de transportes**. (Dissertação Mestrado). Brasília: UnB, 2004.

MANÇOS, G. R., COELHO, F. S. **Internacionalização da Ciência Brasileira: subsídios para avaliação do programa Ciência sem Fronteiras**. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, vol. 2, n. 2, dezembro/2017.

MARCA, Movilidad Académica Regional. **Objetivos**. Disponível em: https://programamarca.siu.edu.ar/programa_marca/sobre_prog_marca_objetivos.htm. Acesso em: julho de 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINEZ, C. A. F. **Geografias da mobilidade acadêmica internacional brasileira (ou Por que a internacionalização da educação superior é um problema geográfico?)**. Terra Livre, [S. l.], v. 1, n. 50, p. 13–33, 2019.

MATUS, C. **Imagining time and space in universities**. Reino Unido: Palgrave-McMillan, 2016.

MATUS, C. TALBURT, S. **Producing global citizens for the future: space, discourse and curricular reform**. In: Compare - A Journal of Comparative and International Education, v. 45, n. 2, p. 226-247, 2015.

MENDONÇA, P. M. E de; ALVES, M. A.; CAMPOS, L. C. **Empreendedorismo institucional na emergência do campo de políticas públicas em HIV/AIDS no Brasil**. RAE-Eletrônica: Revista de Administração de Empresas, vol. 9, n. 1, art. 6, janeiro/junho 2010.

MERCOSUL, Mercado Comum do Sul. **15 anos do Tribunal Permanente de Revisão (TRP)**. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/15-anos-do-tribunal-permanente-de-revisao-tp/>. Acesso em: 2023d.

MERCOSUL, Mercado Comum do Sul. **Organograma**. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/organograma-mercotel/>. Acesso em: 2023a.

MERCOSUL, Mercado Comum do Sul. **Objetivos do MERCOSUL**. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/objetivos-do-mercotel/>. Acesso em: 2023b.

MERCOSUL, Mercado Comum do Sul. **Quem somos?** Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/em-poucas-palavras/>. Acesso em: 2023c.

MILANI, C. R. S. **Evolução histórica da cooperação Norte-Sul**. In: SOUZA, A. M. (org) Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2014.

MILANI, C. R. S., CONCEIÇÃO, F. C., M'BUNDE, T. S. **Cooperação Sul-Sul em Educação e relações Brasil-PALOP**. Salvador: Caderno CHR, vol. 29, n. 76, janeiro/2016.

MILANI, C.R.S.; MUÑOZ, E.E.; DUARTE, R.S.; KLEIN, M. **Atlas da política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2015.

MOREIRA, L. C. D. P.; GONÇALVES, S. A. **Impacto do capital social no processo de formação e evolução da Associação de Universidades do Grupo de Montevidéu (AUGM)**. Santa Maria: Revista de Administração da UFSM, v. 9, n. 2, abril/junho 2016.

MOROSINI, Marília Costa. **Internacionalização da produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal**. Educação em Revista (UFMG. Impresso), 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/ypdMQYJxCLk9fBpgYdKdbLC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2023.

OLIVEIRA, A. L. FREITAS, M. E. **Motivações para Mobilidade Acadêmica Internacional: a visão de alunos e professores universitários**. Belo Horizonte: Educação em Revista, v. 32, n. 3, o. 217-246, julho-setembro 2016.

OLIVEIRA, A. L. D.; FREITAS, M. E. D. **Relações interculturais na vida universitária: experiências de mobilidade internacional de docentes e discentes**. Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 70, p. 774–801, jul. 2017.

PAULINO, S. R.; MENEGUEL, S. M. **Cooperação universitário no Mercosul: a AUGM no Brasil**. Campinas/Sorocaba: Revista de Avaliação da Educação Superior, v. 5, n. 4, dezembro 2000.

PESSONI, R. B. PESSONI, A. **Internacionalização do ensino superior e a mobilidade acadêmica**. Revista UFSM Educação, 46(1), e87/ 1–32, 2021. <https://doi.org/10.5902/1984644443070>

PINO, B. A. **Evolução histórica da cooperação Sul-Sul**. SOUZA, A. M. (org) Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2014.

RAMOS, V. C. C. **Perfil e motivações dos estudantes participantes do "Programa de Mobilidade Discente Internacional para a Graduação" da UFMG**. (Dissertação Mestrado). Minas Gerais: UFMG, 2009.

RUA, M. G. **Desmistificando o problema: uma rápida introdução ao estudo dos indicadores**. Brasília: ENAP, 2004.

SANTOS, P. C. M. de A. **Políticas públicas de mobilidade acadêmica internacional. Um estudo exploratório do dia a dia do aluno brasileiro na cidade de Lyon-França**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFBA, Salvador, Brasil, 2014;

Université Lumière-Lyon 2. Faculté Sciences de l'Éducation / Ecole Doctorale: Education, Psychologie, Information et Communication. Lyon, France, 2014.

SCHWARTZMAN, S. **Nacionalismo versus Internacionalismo en las políticas de formación de recursos humanos de alto nivel**. Seminário Internacional “Fuga de cérebros, movilidad académica y redes científicas”. México: Departamento de Investigaciones Educativas del CINVESTAV e Institut de Recherche pour le Développement, 2009.

SILVA, D. H. **Cooperação internacional em ciência e tecnologia: oportunidades e riscos**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 50, n. 1, 2007.

SOSA, F. **El aporte a la Integración Regional de los Programas Escala de la AUGM**. Revista Integración e Conocimiento, n. 8, vol. 2, 2019.

SOUZA, A.M. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014.

STALLIVIERI, L. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras**. Caxias do Sul: Educs, 2004.

STALLIVIERI, L. MONTEIRO, S. Q. M. **Diagnóstico do quadro atual das estruturas de relações internacionais acadêmicas**. Educação Brasileira, Revista do CRUB, v. 27, n. 55, p. 1-32, 2005.

TERRIER, E. **Mobilités et expériences territoriales des étudiants internationaux en Bretagne: interroger le rapport mobilités spatiales - inégalités sociales à partir des migrations étudiantes**. Géographie. Université Rennes 2; Université Européenne de Bretagne, 2009.

UFSCar, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. **Indicadores ProGPe**. Disponível em: <https://www.progpe.ufscar.br/transparencia/indicadores-progpe>. Acesso em: 2025.

UFSCar, Secretaria Geral de Relações Internacionais. **Cooperação Internacional**. Disponível em: <https://www.srinter.ufscar.br/pt-br/cooperacao-internacional>. Acesso em: 2023a.

UFSCar, Secretaria Geral de Relações Internacionais. **Editais SRInter nº 07/2024**. Disponível em: https://sei.ufscar.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1547299&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 2024a.

UFSCar, Secretaria Geral de Relações Internacionais. **Editais para graduação**. Disponível em:

<https://www.srinter.ufscar.br/pt-br/mobilidade-academica/outgoing/editais-abertos-para-graduacao/editais-abertos>. Acesso em 2024b.

UFSCar, Secretaria Geral de Relações Internacionais. **Editais para pós-graduação**. Disponível em: <https://www.srinter.ufscar.br/pt-br/mobilidade-academica/outgoing/editais-abertos-para-pos-graduacao>. Acesso em 2024c.

UFSCar, Secretaria Geral de Relações Internacionais. **Edital SRInter nº16/2023**. Disponível em: <https://www.srinter.ufscar.br/pt-br/mobilidade-academica/outgoing/editais-abertos-para-pos-graduacao/edital-16-2023-ESCALA-de-pos-augm>. Acesso em: 2024d.

UFSCar, Secretaria Geral de Relações Internacionais. **Edital SRInter nº22/2022**. Disponível em: <https://www.srinter.ufscar.br/pt-br/mobilidade-academica/outgoing/editais-abertos-para-docentes/edital-srinter-22-2022-ESCALA-docente-2023>. Acesso em: 2024f.

UFSCar, Secretaria Geral de Relações Internacionais. **Edital SRInter nº22/2023**. Disponível em: <https://www.srinter.ufscar.br/pt-br/mobilidade-academica/outgoing/editais-abertos-para-docentes/edital-srinter-22-2023-ESCALA-docente-2024>. Acesso em: 2024g.

UFSCar, Secretaria Geral de Relações Internacionais. **Edital SRInter nº13/2018**. Documento interno. Indisponível online. 2024e.

UFSCar, Secretaria Geral de Relações Internacionais. **Edital SRInter nº25/2019**. Documento interno. Indisponível online. 2024h.

UFSCar, Secretaria Geral de Relações Internacionais. **Incoming – AUGM**. Disponível em: <https://www.srinter.ufscar.br/pt-br/mobilidade-academica/incoming/augm>. Acesso em: 2023c.

UFSCar, Secretaria Geral de Relações Internacionais. **Outgoing – AUGM**. Disponível em: <https://www.srinter.ufscar.br/pt-br/mobilidade-academica/outgoing/augm>. Acesso em: 2023b.

UNB, Secretaria de assuntos internacionais. **AUGM**. Disponível em: <https://www.int.unb.br/br/214-redes-internacionais/901-augm>. Acesso em: 2023.

VÁZQUEZ, L. K. MESA, F. R. LÓPEZ, D. A. **To the ends of the Earth: student mobility in Southern Chile.** International Journal of Educational Management, v. 28, n. 1, p. 82-95, 2014.

VELHO, L. **Internacionalização da ciência: acaso ou necessidade?** Campinas, Jornal da Unicamp, 5 a 11 de setembro de 2011.

APÊNDICE A – Estrutura Organizacional do Mercosul

Quadro 1 - Estrutura organizacional do MERCOSUL em 2023

Conselho do Mercado Comum (CMC)	As principais atribuições do CMC são: - Velar pelo cumprimento do Tratado de Assunção e seus derivados; - Formular políticas ações necessárias à conformação do mercado comum; - Exercer a titularidade jurídica do MERCOSUL; - Negociar acordos em nome do bloco; - Manifestar-se sobre propostas enviadas por outros órgãos da instituição; - Criar reuniões e pronunciar-se sobre acordos que lhe sejam remetidos; - Eleger o Diretor da Secretaria do MERCOSUL; - Tomar decisões financeiras e orçamentárias; - Homologar o Regimento Interno do Grupo Mercado Comum.
Grupo Mercado Comum (GMC)	O GMG possui as seguintes atribuições: - Velar pelo cumprimento do Tratado de Assunção e seus derivados; - Propor projetos de Decisões ao CMC e garantir o cumprimento das medidas aprovadas; - Trabalhar para garantir avanços no estabelecimento do mercado comum; - Deliberar sobre a criação, modificação ou extinção de órgãos que compõe a estrutura organizacional do MERCOSUL; - Negociar acordos em nome do bloco, por delegação do CMC;

	- Aprovar o orçamento e a prestação de contas anual apresentada pela Secretaria Administrativa do MERCOSUL; - Adotar Resoluções financeiras e orçamentárias, com base em orientações do Conselho; - Escolher o Diretor e supervisionar as atividades da Secretaria Administrativa do MERCOSUL; - Validar Regimentos Internos da Comissão de Comércio e do Foro Consultivo Econômico Social. Para dar conta de suas atribuições, o GMC se divide em 15 subgrupos de trabalho. Realiza reuniões temáticas e organiza grupos para discutir questões específicas da organização.
Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM)	A CCM possui oito comitês técnicos que a auxiliam a cumprir suas atribuições: - Velar pela aplicação da política comercial intra-MERCOSUL e pelos acordos com outros países; - Discutir e se posicionar sobre solicitações apresentadas pelos Estados-Partes; - Avaliar a evolução das políticas comerciais para a união aduaneira; - Informar ao Grupo Mercado Comum sobre a evolução e a aplicação dos instrumentos de política comercial comum e sobre os trâmites de solicitações realizadas pelo grupo; - Propor modificações ou elaborar novas normas para as políticas aduaneiras no MERCOSUL; - Revisar as alíquotas tarifárias de itens específicos da tarifa externa comum; - Estabelecer comitês técnicos para cumprir de forma adequada suas funções.

Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL)	As principais atribuições do Parlamento do Mercosul são: - Acelerar os procedimentos internos nos Estados-Partes, visando aplicar as normas deliberadas pelos órgãos deliberativos do MERCOSUL; - Operar na harmonização de legislações visando o avanço do processo de integração; - Realizar recomendações ao Grupo Mercado Comum. Para cumprir suas atribuições, o PARLASUL criou sete subcomissões.
Foro Consultivo Econômico-Social (FCES)	Suas principais atribuições são: - Representar os setores econômicos e sociais no MERCOSUL; - Desenvolver pareceres quando consultado; - Analisar as Recomendações do GMC.
Secretaria do MERCOSUL (SM)	As principais tarefas da Secretaria do Mercado Comum do Sul são: - Servir como arquivo oficial da documentação do MERCOSUL; - Publicar e difundir as decisões adotadas no âmbito do MERCOSUL; - Organizar os aspectos logísticos das reuniões dos órgãos deliberativos da instituição; - Auxiliar, na logística de reuniões realizadas na sede permanente; - Informar os Estados-Partes sobre as medidas implementadas por cada país para incorporar em seu ordenamento jurídico as normas estabelecidas pelo MERCOSUL; - Registrar as listas nacionais de árbitros e especialistas; - Apresentar anualmente ao CMC um relatório de atividades e sua prestação de contas.
Tribunal Permanente de Revisão (TPR)	Órgão jurídico que tem como principais atribuições:

	- Garantir a correta interpretação, aplicação e cumprimento do Tratado de Assunção e dos protocolos subsequentes; - Emitir opiniões consultivas solicitadas pelos Tribunais Superiores dos países membros; - Emitir laudos sobre Medidas Excepcionais de Urgência.
--	--

Fontes: BRASIL, 2023b. MERCOSUL, 2023a.

APÊNDICE B – Quantidade de Alunos

Tabela 1 – Quantidade de alunos por país/universidade de destino

Argentina	
Univ. destino	Qtd. estudantes
UNL	74
UNC	27
UBA	24
UNR	22
UNER	20
UNT	17
UNCUyo	14
UNNE	14
UNLP	11
UNS	6
UNMdP	2
UNQ	1
UNSL	1
Total	233

Bolívia

Univ. destino	Qtd. estudantes
UMSA	1
Total	1

Chile

Univ. destino	Qtd. estudantes
USACH	20
UPLA	5
UV	2
Total	27

Paraguai

Univ. destino	Qtd. estudantes
UNA	17
UNI	9
UNE	9
Total	35

Uruguai

Univ. destino	Qtd. estudantes
UdelaR	24
Total	24

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Tabela 2 - Quantidade de alunos por país/universidade de origem

Argentina	
Univ. de origem	Qtd. estudantes
UNL	69
UNC	22
UBA	17
UNR	19
UNER	14
UNT	14
UNCUyo	9
UNNE	15
UNLP	7
UNS	6
UNMdP	2
UNQ	0
UNSL	1
Total	195

Bolívia

Univ. de origem	Qtd. estudantes
UMSA	1
Total	1

Chile

Univ. de origem	Qtd. estudantes
USACH	14
UPLA	2
UV	1
Total	17

Paraguai

Univ. de origem	Qtd. estudantes
UNA	13
UNI	13
UNE	5
Total	31

Uruguai

Univ. de origem	Qtd. estudantes
UdelaR	20
Total	20

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

APÊNDICE C – Unidades da UFSCar envolvidas na mobilidade acadêmica

Tabela 1 - Unidades acadêmicas da UFSCar envolvidas - *incoming* e *outgoing*

Unidade acadêmica	<i>Outgoing</i>	<i>Incoming</i>
Centro de Ciências da Natureza	1	0
Dep. de Administração	0	1
Dep. de Artes e Comunicação / Música	0	1
Dep. de Biotecnologia e Produção Vegetal e Animal	1	2
Dep. de Ciências Ambientais	1	1
Dep. de Ciências Ambientais - So	3	0
Dep. de Ciências da Natureza, Matemática e Educação	1	1
Dep. de Ciências Sociais	3	2
Dep. de Ciências Sociais / PPG em Antropologia Social	0	2
Dep. de Ecologia e Biologia Evolutiva	0	1
Dep. de Economia	0	3
Dep. de Educação	0	1
Dep. de Educação Física e Motricidade Humana	1	0
Dep. de Enfermagem	3	1
Dep. de Engenharia Civil	4	5
Dep. de Engenharia de Materiais	2	2
Dep. de Engenharia de Produção	4	5
Dep. de Engenharia de Produção - So	1	2
Dep. de Engenharia Mecânica	0	1
Dep. de Física, Química e Matemática	1	0
Dep. de Geografia, Turismo e Humanidades	1	1
Dep. de Gerontologia	1	0
Dep. de Hidrobiologia / PPG em Ecologia e Recursos Naturais	1	0
Dep. de Letras	3	6
Dep. de Letras / PPG em Linguística	1	2
Dep. de Medicina	3	2
Dep. de Metodologia de Ensino	0	1
Dep. de Psicologia	3	3
Dep. de Química	0	1
Dep. de Sociologia	1	0
Dep. de Tecnologia Agroindustrial e Socioeconomia Rural	5	5
Dep. de Terapia Ocupacional	2	2
Incubadora / Pró-reitoria de Extensão	0	1
Não identificado	0	5
NuMI- Ecosol//GR	0	1
PPG em Engenharia de Produção - So	0	1
PPG em Literatura	0	2
TOTAL	47	64

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

APÊNDICE D – Relatório Técnico Conclusivo

Relatório Técnico Conclusivo

Carta de Encaminhamento

São Carlos, __ de _____ de 2025.

Assunto: Recomendações para gestão documental e criação de indicadores de mobilidade acadêmica internacional no âmbito dos Programas ESCALA da AUGM

À Secretaria Geral de Relações Internacionais

Encaminho em anexo, para conhecimento da Secretaria Geral de Relações Internacionais da UFSCar, relatório técnico conclusivo da pesquisa de mestrado intitulada “INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE ACADÊMICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar): ANÁLISE DE DADOS DA PARTICIPAÇÃO DOCENTE E DISCENTE NOS PROGRAMAS DA ASSOCIAÇÃO DE UNIVERSIDADES GRUPO MONTEVIDÉU (AUGM).”, realizada no Programa de Pós-graduação em Administração e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos, sob orientação da Profa. Dra. Camila Carneiro Dias Rigolin.

O estudo teve como objetivo o levantamento e sistematização de dados relacionados às mobilidades acadêmicas de discentes de graduação e pós-graduação, bem como de docentes, nos Programas ESCALA da Associação de Universidades Grupo Montevideú, visando a construção de indicadores de mobilidade no âmbito da AUGM.

Respeitosamente,

Bruno Soto de Andrade

Programa de Pós-Graduação em Administração e Sociedade

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Relatório Técnico Conclusivo

INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta os resultados do levantamento e sistematização de dados de mobilidade acadêmica internacional, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no âmbito dos programas ESCALA da Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM). O objetivo é identificar, quantificar e analisar os dados referentes à mobilidade acadêmica na UFSCar no âmbito dos programas da AUGM geridos pela Secretaria Geral de Relações Internacionais (SRInter). A partir disso, pretende-se levantar, sistematizar e analisar os dados existentes, para, em momento consequente, propor o desenvolvimento de indicadores que permitam avaliar a eficiência e a efetividade desse tipo de internacionalização, bem como seus impactos na instituição.

CONTEXTO

A internacionalização das universidades tem se consolidado como uma estratégia fundamental para ampliar a cooperação acadêmica, fortalecer a pesquisa e promover o intercâmbio de conhecimentos entre instituições de diferentes países. No contexto latino-americano, redes como a Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM) desempenham um papel central ao fomentar programas de mobilidade acadêmica, facilitando o trânsito de estudantes e docentes entre universidades da região. Essas iniciativas permitem não apenas a troca de experiências e metodologias de ensino, mas também o fortalecimento de laços institucionais e culturais, contribuindo para a formação de profissionais com uma visão global e interdisciplinar. A Universidade Federal de São Carlos, ao integrar e fortalecer sua participação nesses programas, demonstra seu compromisso com a internacionalização e o aprimoramento da qualidade acadêmica.

Nesse cenário, a mobilidade acadêmica se apresenta como um dos eixos estratégicos da internacionalização, possibilitando que estudantes e docentes vivenciem diferentes contextos educacionais e desenvolvam competências interculturais. No entanto, a efetividade dessas ações depende da sistematização de dados, da análise dos impactos dessas experiências e da criação de políticas institucionais que incentivem uma participação mais equitativa e estruturada. A experiência da UFSCar nos programas ESCALA da AUGM evidencia tanto os

avanços conquistados na internacionalização da universidade quanto os desafios que ainda precisam ser superados, como o financiamento das mobilidades e a inclusão de grupos historicamente subrepresentados. Dessa forma, a estruturação de mecanismos de acompanhamento e avaliação dessas iniciativas torna-se essencial para maximizar os benefícios da mobilidade acadêmica e consolidar a UFSCar como um polo de referência na cooperação internacional.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo baseia-se na coleta, organização e análise de dados sobre a mobilidade acadêmica de discentes e docentes da UFSCar nos programas ESCALA da AUGM. Foram utilizados registros institucionais, relatórios administrativos e formulários de inscrição para compilar informações sobre os participantes, suas áreas de conhecimento, os destinos e a evolução histórica da participação da universidade nos programas. A sistematização dos dados foi realizada por meio de categorização e comparação dos diferentes períodos analisados, permitindo a identificação de padrões, lacunas e tendências.

RESULTADOS

Os resultados do Programa ESCALA de Estudantes de Graduação demonstram que ele é a iniciativa mais consolidada da AUGM, contando com a participação da UFSCar desde 2001. Ao longo do período analisado, 584 estudantes de graduação foram contemplados, abrangendo diversas áreas do conhecimento. No entanto, a análise dos dados evidenciou desafios na gestão da mobilidade acadêmica, como a falta de sistematização de informações até então, o que dificultava a avaliação precisa do impacto dessas mobilidades. Além disso, foi observada uma queda significativa na oferta de vagas a partir de 2020, impulsionada principalmente pela mudança na forma de financiamento das mobilidades *incoming*, que aumentou os custos individuais por estudante. Esses fatores destacam a importância da padronização e informatização dos dados para um acompanhamento mais eficiente da participação da UFSCar no programa.

O Programa ESCALA de Estudantes de Pós-Graduação é uma iniciativa relativamente recente, com a participação da UFSCar iniciada na convocatória de 2018 e a realização das primeiras mobilidades em 2019. O programa foi fortemente impactado pela pandemia da COVID-19, que gerou um hiato de três anos,

dificultando seu fortalecimento dentro da universidade. A análise dos dados revelou que há margem para expansão da participação da UFSCar, especialmente porque o investimento financeiro necessário para essas mobilidades é relativamente baixo. No entanto, a principal dificuldade enfrentada é a falta de financiamento específico, tornando essencial a articulação com os programas de pós-graduação para viabilizar as mobilidades. Além disso, por ser um programa recente, há uma quantidade limitada de dados disponíveis, dificultando a identificação de padrões claros e a formulação de estratégias de aprimoramento baseadas em séries históricas.

Já o Programa ESCALA Docente apresenta uma participação significativa da UFSCar desde 2006, com um total de 111 docentes que realizaram mobilidade no período analisado. Um dado relevante é que a UFSCar recebe mais docentes do que envia, o que pode indicar um menor interesse dos professores da instituição em realizar mobilidades para países da América do Sul. Além disso, o número de vagas no programa sofreu uma redução após a pandemia, possivelmente em decorrência do aumento dos custos de passagens aéreas internacionais. Apesar dessas limitações, a distribuição das mobilidades entre os campi da UFSCar mostrou-se equilibrada em relação ao total de docentes de cada unidade. Outro aspecto importante observado foi o papel dos docentes não apenas como participantes do programa, mas também como representantes institucionais dentro da AUGM, fortalecendo a presença da universidade na rede por meio de sua atuação em comitês e núcleos disciplinares.

O levantamento de informações sobre os programas ESCALA enfrentou diversas dificuldades, principalmente relacionadas à ausência de sistematização dos dados ao longo dos anos. Até recentemente, os registros sobre a participação da UFSCar nos programas não estavam organizados de forma padronizada, dificultando a construção de séries históricas e a comparação entre diferentes períodos. A falta de um banco de dados unificado impôs desafios para consolidar informações sobre os participantes, os destinos e os impactos das mobilidades acadêmicas.

Outra dificuldade identificada foi a inconsistência nos recortes temporais dos registros disponíveis. Em alguns casos, os dados estavam fragmentados e dispersos entre diferentes setores da universidade, tornando o processo de levantamento mais trabalhoso e sujeito a lacunas informacionais. Além disso, a pandemia da COVID-19 impactou significativamente a continuidade dos programas, criando um hiato que

dificultou a análise de tendências e a avaliação dos impactos das mobilidades acadêmicas no período recente.

Por fim, a ausência de informações detalhadas sobre aspectos sociodemográficos dos participantes, como cor e raça, gênero e condições socioeconômicas, representou uma limitação importante na análise. A falta dessas informações impede uma avaliação mais aprofundada sobre a inclusão e a equidade no acesso às mobilidades, exigindo esforços adicionais para que a UFSCar possa adotar mecanismos mais precisos na coleta e sistematização desses dados no futuro.

Tendo isso em vista, este relatório visa propor uma coleta de dados mais completa no que se refere aos discentes e docentes que realizam a mobilidade acadêmica, tanto na modalidade *incoming*, quanto *outgoing*. Esta coleta deve ser realizada de forma complementar aos modelos de formulários disponibilizados pela AUGM. Por isso, recomendo:

- A criação de um formulário padrão, de preenchimento obrigatório, para os entrantes na modalidade *incoming*. O formulário deverá conter, além das informações básicas já coletadas, questões para auto declaração de gênero, auto declaração de cor/raça e idade;
- A modificação do formulário de candidatura no processo de seleção interno, para as mobilidades *outgoing*, incluindo, além das informações básicas já coletadas, questões para auto declaração de gênero, auto declaração de cor/raça e idade.

Abaixo seguem as recomendações:

ADAPTAÇÃO DE FORMULÁRIOS

Modelo de formulário para mobilidades *Outgoing*

SEÇÃO 1

1- E-mail

2 - E-mail alternativo (se houver)

3 - Nome

4 - Nome social (se for o caso)

5 - Identificação de gênero

- Feminino
- Masculino
- Não-binário
- Prefiro não dizer
- Outros. (especifique)
- Prefiro não dizer

6 - Autodeclaração de cor/raça

- Amarela
- Branca
- Indígena
- Parda
- Preta
- Prefiro não declarar

7 - Data de nascimento

8 - Idade

9 - Número do RA (Registro Acadêmico)

10 - Endereço atual

11 - Número do telefone celular (incluir código de área)

12 - Número de telefone fixo (se houver)

13 – Nacionalidade

- Brasileira
- Outros. Especifique

14 - Número do RG ou CIN para Brasileiros e CRNM para estrangeiros

15 - Órgão emissor do RG / CIN / CRNM

16 - Data de emissão do documento

17 - Número do passaporte

18 - Data de validade do passaporte

19 - Contato de emergência (incluir nome, telefone e grau de parentesco)

SEÇÃO 2**DADOS ACADÊMICOS**

20 - Curso de graduação na UFSCar (acompanha a lista de cursos de graduação existentes)

21 - Campus

- Araras
- Lagoa do Sino
- São Carlos
- Sorocaba

22 - Nome do(a) coordenador(a) de curso na UFSCar

23 - E-mail do(a) coordenador(a) de curso na UFSCar

24 - Insira aqui o percentual de integralização de créditos atual

SEÇÃO 3

INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E BOLSAS

25 - É ingressante por reserva de vagas?

Até 2023 Tipos de ingresso: 1, 1D, 2, 2D, 3, 3D, 4, 4D

A partir de 2024 Tipos de ingresso: 1B, 2B, 3B, 4B, 1I, 2I, 3I, 4I

26 - É morador de alojamento/moradia cedida pela UFSCar?

- Sim
- Não

27 - É estagiário pela ProGPE/UFSCar?

- Sim
- Não

28 - Assinale caso receba algum dos benefícios abaixo relacionados

- ProACE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis: bolsa moradia em espécie, bolsa moradia mãe/pai, bolsa alimentação, auxílio alimentação emergencial, auxílio transporte, bolsa auxílio pré-escolar (BAPE), bolsa PIAPE, bolsa PAEIQ, bolsa PAPEL, bolsa PACUPIA, auxílio inclusão e acessibilidade, bolsa permanência, PROMISAES
- ProGrad - Pró-Reitoria de Graduação: bolsa tutoria matemática, bolsa treinamento, bolsa tutoria ações afirmativas, tutoria PAAEG
- ProEx - Pró-Reitoria de Extensão: bolsa de extensão
- Não recebo nenhuma bolsa ou auxílio
- Outras. Especifique

SEÇÃO 4

DADOS DA MOBILIDADE

29 - Universidade de destino

(acompanha a lista de universidades do edital)

30 - Curso na universidade de destino

Link do curso na universidade de destino

SEÇÃO 5

DOCUMENTAÇÃO

31 - Histórico escolar completo do sistema SIGA

32 - Atestado de matrícula do sistema SIGA

33 - Atestado de nível do sistema SIGA

34 - Documento de identificação pessoal, de acordo com a universidade escolhida

35 - Carta de recomendação de um(a) docente do departamento/curso a que pertence (a carta poderá ser em português ou espanhol, não há modelo estabelecido e precisa ser assinada, podendo ser assinatura digital)

36 - Carta de motivação, declarando o motivo pelo qual (porque) deseja realizar a mobilidade (em português ou espanhol), conforme modelo disponível no ANEXO IV

37 - Currículo lattes atualizado

38 - Tabela de simulação de pontuação, devidamente preenchida, com a expectativa de pontuação a ser computada

SEÇÃO 6

COMPROVAÇÃO DE PONTUAÇÃO

Questões relacionadas às possibilidades de pontuação do edital

Mensagem final sobre coleta de dados em atendimento a Lei Geral de Proteção de Dados

Modelo de formulário para mobilidades *Incoming*

1 - Nome

2 - Nome social (se for o caso)

3 - Data de nascimento

4 - Idade

5 - Identificação de gênero

- Feminino
- Masculino

- Não-binário
- Prefiro não dizer
- Outros. (especifique)
- Prefiro não dizer

6 - Autodeclaração de cor/raça

- Amarela
- Branca
- Indígena
- Parda
- Preta

Mensagem final sobre coleta de dados em atendimento a Lei Geral de Proteção de Dados

CRIAÇÃO DE INDICADORES

Outra sugestão, em decorrência dos resultados da pesquisa, é que a Secretaria Geral de Relações Internacionais inicie a criação de indicadores e séries históricas, de forma que sejam uma ferramenta de avaliação da eficiência e eficácia das mobilidades acadêmicas no âmbito da AUGM.

Tais indicadores também podem, a critério da Secretaria, ser expandido para outras mobilidades geridas por ela.

Indicadores

- 1. Indicador de diversidade de gênero** (PEEG, PEEPg e PED): com o intuito de observar se as mobilidades estão favorecendo, de alguma forma, os participantes de determinado gênero em detrimento de outros;
- 2. Indicador de investimento financeiro** empregado nas mobilidades (PEEG, PEEPg e PED): com o intuito de avaliar o quanto a instituição investe anualmente nas mobilidades da AUGM, objetivando ter embasamento para a busca de aumento de vagas;
- 3. Indicador de diversidade etária entre os participantes:** com o intuito de verificar se as políticas de internacionalização não criam obstáculos para a participação nas mobilidades;
- 4. Indicador de inclusão e políticas afirmativas:** com o intuito de mensurar o impacto de políticas afirmativas nos editais.

Séries históricas

- Número de mobilidades realizadas no Programa ESCALA de estudantes de Graduação, *incoming* e *outgoing*;
- Número de mobilidades realizadas no Programa ESCALA de estudantes de pós-graduação, *incoming* e *outgoing*;
- Número de mobilidades realizadas no Programa ESCALA Docente, *incoming* e *outgoing*.